

**Elaboração de estudo analítico sobre a inter-relação  
entre população jovem e meio ambiente.**

**Ref. JOF-0275/2017**

**Produto 3**

Documento final em forma de artigos analíticos elaborados com base no produto 2 aprovado

**Equipe Interdisciplinar de Pesquisadores**

Marcela Cury Petenusci	Arquiteta e Urbanista
Vera Lúcia Blat Migliorini	Arquiteta e Urbanista
Adriana Silva	Educomunicadora e Anal. de Pol. Públicas
Rosalinda Chedian Pimentel	Economista e Administradora
Lilian Rodrigues de Oliveira Rosa	Historiadora e Analista de Políticas Públicas
Maria Paula Fernandes de Freitas	Engenheira Química e pesq. ambiental
Sandra R. Molina	Historidora e pesquisadora
Marlene de Cássia Trivelato Ferreira	Psicóloga da Educação
Laura Soares Abbad	Pedagoga e Agente Cultural
Michelle Cartolano Ribeiro	Historiadora e educadora patrimonial
Mariah Silva Leandro Campos	Graduanda em Gestão Ambiental
Helena de Oliveira Rosa	Graduanda em Relações Internacionais

22 de dezembro de 2017

## **Resumo**

Este trabalho de pesquisa, realizado por equipe multidisciplinar, elaborou um estudo analítico sobre a inter-relação entre população jovem (15 a 29 anos) e meio ambiente, conforme estabelecido no edital **JOF-0275/2017**. A partir de uma sistematização sobre as informações acessadas, organizou-se um referencial teórico/bibliográfico, considerando cinco grandes áreas de interesses: (1) clima, (2) recursos hídricos, (3) educação e justiça ambiental, (4) conservação ambiental e inclusão social e (5) patrimônio genético, mantendo como base, análises críticas sobre a participação social, o trabalho decente e o acesso ao território sempre em diálogo com as deliberações da Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. O referido trabalho apresenta uma visão de contrapeso entre os desafios, as oportunidades e os direitos, propondo respostas às 12 perguntas estabelecidas, a fim de colaborar com gestores na formulação de políticas públicas. Os pesquisadores realizaram uma revisão bibliográfica e utilizaram como instrumentos de pesquisa entrevistas semiestruturadas e questionários junto a públicos específicos. Após organização em capítulos, foram elaborados cinco artigos.

## Apresentação

O cientista político Leslie Lipson, ao escrever “Os grandes problemas da Ciência Política” (1976), afirmou que “entender as coisas é o começo da liberdade porque esta consiste no domínio sobre o meio”. Este trabalho reitera que entender as coisas é a base sólida que viabiliza a criação e a implementação de políticas públicas estruturantes. Em se tratando da inter-relação entre população jovem e meio ambiente, tema central da pesquisa que se apresenta, parte-se do pressuposto que compreender cada elemento – (1) população jovem e (2) meio ambiente – nas suas especificidades é condição basal para a organização do conhecimento que se deseja partilhar com os leitores deste relatório.

Considerando que “quem não compara as coisas humanas com o que elas querem significar, vê-as não só de uma forma superficial, mas definitivamente falsa” (ADORNO & HORKEIMER, 2007) foi importante promover um certo aprofundamento em algumas áreas; realizar a escuta mais apurada de vários atores sociais representativos deste seguimento e expandir a linha condutora previamente estabelecida em edital para oferecer referencial que contribua com o desafio lançado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) e pelo Fundo de Populações das Nações Unidas (UNFPA).

Ao fincar âncoras no hoje para analisar o presente foi inevitável considerar perspectivas de futuro e assim foi feito, com base “na evolução do sistema econômico ego-cêntrico para o eco-cêntrico” (SCHARMER, 2014)<sup>1</sup> e, tomando por base que a sustentação do tempo presente está na história passada, inevitável também foi criar linhas cronológicas que permitissem localizar, a qualquer momento, fatos originários da realidade contemporânea.

Desta forma, será possível observar contribuições vindas da psicologia e da antropologia para entender quem é o jovem para o qual, ou com o qual se deseja fazer composições na área do meio ambiente. Assim como perceber uma linha fortemente construída sobre as práticas cidadãos e os fatos históricos políticos ambientais, tendo em vista que a relação entre ações conscientes para a preservação do planeta está correlacionada ao ato de cidadania. Por sua vez, também alinhavará os conteúdos previamente solicitados, contribuições vindas da economia, pois, afinal, esta baliza a visão de sociedade exposta nestes artigos. É Scharmer (2014) quem valida a prática da interdisciplinaridade utilizada na pesquisa. Para o autor,

---

<sup>1</sup> Otto Scharmer é economista, professor do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT) e escreve sobre mente, coração e vontade aberta. Apresenta uma metodologia para mudar a sociedade a partir da economia (Teoria U), que clama pela presença de um “Eu” integrado, sensível, pleno. Declara a necessidade da abertura do coração e da mente dos líderes, os quais denomina de agentes de mudança.

abordar problemas em silos, “lidar com um grupo de sintomas por vez”, não funciona. Segundo ele, pelo contrário, “essa abordagem parece fazer parte do problema”.

Usando a Teoria U (SCHARMER, 2010)<sup>2</sup> como instrumento metodológico, antes mesmo de avançar pelas perguntas propostas em edital, a serem conhecidas ao longo do trabalho, uma questão foi abordada como primeira: “por que realizar um estudo sobre as inter-relações entre os jovens e o meio ambiente?”. A resposta aparente é de que o relatório subsidiará a criação de políticas públicas, o que por si só se justifica, mas no campo da pesquisa, a pergunta ganhou dimensão. Ao pensar na desconexão entre juventude e meio ambiente, realidade originária da demanda, com base no referencial teórico formulado a partir da Teoria U, estabeleceu-se que outras desconexões anteriores ou concomitantes deveriam ser consideradas. Scharmer (2014) aponta algumas delas: (a) uma desconexão entre a economia financeira e a economia real; (b) entre o imperativo do crescimento infinito e os recursos finitos do planeta terra; (c) entre “os que têm” e “os que não têm”; (d) entre a liderança institucional e as pessoas; (e) entre o produto interno bruto (PIB) e o bem-estar; (f) entre a governança e os “sem-voz”; (g) entre as formas de posse reais e a melhor utilização social da propriedade; e, (h) entre a tecnologia e as necessidades sociais reais. Estas contextualizações são significativas, pois colaborarão no momento da definição das muitas juventudes (incluídas e excluídas).

É a partir destas desconexões que Scharmer (2014) concebe três divisores: (1) o ecológico; (2) o social e (3) o espiritual-cultural, mencionados aqui porque eles foram observados nos resultados de pesquisa. O ecológico, refere-se ao fato da população utilizar 50% mais recursos que o planeta é capaz de regenerar para satisfazer as necessidades atuais de consumo. O social, ainda segundo Scharmer (2014), aponta o fato de dois bilhões e meio de pessoas no planeta sobreviverem com menos de US\$ 2 ao dia. E o divisor espiritual-cultural contrapõe o fato de o ecológico basear-se em uma desconexão entre o “eu” e a natureza, e o social ter raízes em uma desconexão entre o “eu” e os “outros”. No caso do divisor espiritual-cultural, este reflete uma desconexão entre o “eu” e o “Eu”. Para Scharmer, significa afirmar haver uma desconexão entre o “eu” atual e o “Eu” do futuro (SCHARMER, 2014 p. 5). No caso da juventude, este último é muito relevante de ser considerado.

---

<sup>2</sup> A Teoria U é um movimento, uma jornada a ser percorrida, dividida em três momentos. A descida pela haste da esquerda, a passagem pelo fundo do U, e a subida pela haste da direita. Trata-se de um percurso intenso para encontrar, ao longo do trajeto, as respostas para as perguntas elaboradas antes do início da jornada. Ao desce pela haste da esquerda o pesquisador se mantém, suspenso, para ver, com novos olhos, o que está exposto. É o momento em que os padrões do passado são recuperados. Então, o pesquisador se propõe a redirecionar o trajeto e o faz depois de “Sentir” a partir do campo. A ação “Sentir”, deve ser profunda, acompanhada do ouvir, do dialogar, e principalmente, descomprometida com o que anteriormente estava estabelecido. Após “Sentir”, o pesquisador chega à base do U, quando então vive o “*Presencing*”. Conecta-se à fonte de toda a questão e se prepara para “Deixar ir resquícios do passado” e “Deixar vir” o futuro emergente. Na sequência, o pesquisador precisa “Cristalizar”, visão e intenção. Depois de prototipar propostas, inicia o processo de colocar em prática os encaminhamentos.

Metodologicamente a pesquisa atuou em quatro frentes. A primeira delas abrangeu uma revisão bibliográfica sobre os temas abordados. Os centrais e os transversais. A segunda frente realizou entrevistas semiestruturadas. Utilizando-se do sistema *on-line*, 346 jovens, entre 15 e 29 anos, responderam à pesquisa. Ainda nessa fase, uma segunda abordagem, no mesmo formato, foi realizada com os dirigentes de entidades ambientais em todo o Brasil. A terceira frente compreendeu entrevistas com atores sociais diversos, localizados mediante apontamento, em especial, a partir da identificação com o tema. A quarta frente permitiu um trabalho de busca de conteúdos diversificados; considerou-se entrevistas já realizadas, transcrição de vídeo com personagens de interesse; identificação de projetos de campo com o envolvimento dos jovens, análise de relatórios e abordagens livres realizadas junto ao público alvo a partir da participação duas pesquisadoras jovens (graduandas 19 e 21 anos) e análise crítica dos dados levantados por equipe multidisciplinar. Os resultados desses estudos foram organizados em cinco capítulos e organizados em relatório técnico, previamente encaminhado ao Ministério do Meio Ambiente (MMA). Depois da validação realizada pelos analistas do MMA, os dados mais relevantes para a temática da juventude e meio ambiente foram articulados e condensados no formato de cinco artigos, que se apresentam no presente produto.

- 1. Mudanças Climáticas e Juventudes: uma conexão necessária**
- 2. Recursos Hídricos e o envolvimento da juventude nas agendas ambientais**
- 3. Educação Ambiental e Juventudes: caminhos para a justiça ambiental**
- 4. Conservação Ambiental com Inclusão Social**
- 5. A questão do patrimônio genético e a juventude dos povos indígenas e comunidades tradicionais**

## 1. Mudanças Climáticas e Juventudes: uma conexão necessária

Esse artigo apresenta o resultado de várias iniciativas de pesquisa para responder a quatro perguntas. A primeira delas aborda a questão da participação ativa ou não dos jovens na política nacional global de mudança do clima. A segunda, questiona quais são os mecanismos de garantia de participação social dos jovens na agenda internacional e nacional sobre as mudanças climáticas. A terceira, refere-se aos instrumentos disponíveis para apoiar e qualificar essa participação. E a quarta, objetivamente, indaga se os jovens podem contribuir para a agenda pós Paris.

Feita a identificação do referencial existente sobre o tema, optou-se, como metodologia, pela realização de enquetes e busca por vivências e relatos, a partir da internet. Ao final, com os dados organizados, os conteúdos foram relacionados, e o que se apresenta é uma análise pautada na trajetória histórica política das mudanças climáticas com destaque para a presença e a ausência do público jovem.

Apesar das dimensões desta pesquisa, tendo como geografia o Brasil e as relações do mesmo com o mundo político exterior, a juventude, em sua mais ampla concepção, como sujeito e as mudanças climáticas como objeto de análise, a recorrência foi um ponto comum. Isso significa afirmar que mesmo com a significativa abrangência do tema, os atores sociais que atuam neste cenário protagonizam de maneira a fazerem-se comumente presentes. Desde a ONU, como agência internacional, o Ministério do Meio Ambiente, como condutor das políticas públicas e alguns representantes das juventudes, reunidos em organizações sociais, há uma certa identidade. O desafio então, foi encontrar os jovens, interlocutores do tema, ainda que não evidentes, para conduzir o estudo a fim de se obter as respostas para as quatro indagações originárias da pesquisa.

### **Quem são os jovens imparáveis que acreditam que outro mundo seja possível?**

*“We are unstoppable, another world is possible”*. Jovens brasileiros entoaram um grito de guerra assertivo, em dezembro de 2015, durante encontro na COP 21, em Paris<sup>3</sup>. Afirmando serem imparáveis e crentes de que um outro mundo seja possível, eles chamaram a atenção das lideranças políticas para as questões das mudanças climáticas. Três anos antes, jovens indígenas dos povos Macuxi, Wapichana, Taurepang, Sapará e Ingarikó, do Estado de

---

<sup>3</sup> A brasileira Raquel Rosenberg, representante do Engajamundo, apresentou um discurso em nome da YOUNGO - coalizão de jovens da UNFCCC - na COP 21, em Dezembro de 2015.

Roraima, se reuniram em defesa do Meio Ambiente Saudável e pelo Desenvolvimento Sustentável dos territórios tradicionais<sup>4</sup>. Em 2017, integrantes do Levante Popular da Juventude, da Paraíba, realizaram ações durante a semana de Luta em Defesa do Meio Ambiente. Os jovens destacaram a dependência do petróleo, a emissão de gases, os efeitos dos agrotóxicos no solo, rios e lagos e o desmatamento.

Embora não seja possível certificar qual o percentual dos jovens brasileiros está engajados no debate sobre o Meio Ambiente, é certo concluir que o tema faz parte da agenda de muitos deles, conforme pesquisa realizada especialmente para este artigo. Em buscas realizadas na internet, entre o período de 20 de novembro a 10 de dezembro de 2017, a partir do uso de palavras chaves, permitiram a elaboração de um quadro que colocou em destaque as iniciativas das quais os jovens fazem parte<sup>5</sup>. Ao tentar reconhecer as atividades a favor das questões ambientais, cada qual em seu estado, observou-se, com exceção de um estado brasileiro, que independente do número de envolvidos, os jovens aparecem como personagens desta narrativa sobre o Meio Ambiente.

Algumas análises, a partir do quadro elaborado, permitiram concluir que as reivindicações variam de acordo com a localidade do interlocutor, mas a proteção do planeta é comum a todos. As postagens sobre o tema estão protagonizadas pelo governo, em um primeiro momento, seguidas por coletivos juvenis organizados especialmente para tratar do Meio Ambiente.

Outro detalhe a ser considerado é o fato de a pesquisa chamar pelo tema “mudanças climáticas” e apresentar resultados em que a relação não é imediata. Esse relato corrobora com a análise de que muitos outros temas – agricultura – educação – consumo, por exemplo, contornam e/ou imbricam com as questões do clima e, por isso, a elas estão diretamente interligados.

Considerando a formação continental do Brasil, o número de publicações digitais sobre o tema mostra que a adesão da juventude está centrada nos grandes centros e bastante vinculada às ações oficiais, ou seja, a presença do jovem na mídia eletrônica segue como resposta a convocações feitas por instituições, como participação em conferências, fóruns e conselhos, destinando a essas instituições, significativa importância como geradoras da mobilização deste público. Em um segundo momento, o jovem aparece como crítico, assinando seus depoimentos

---

<sup>4</sup> Encontro Estadual da Juventude Indígena de Roraima, de 15 a 17 de setembro de 2012, no Centro Regional Lago Caracaranã, Terra Indígena Raposa Serra do Sol.

<sup>5</sup> As palavras chaves de busca foram juventude – meio ambiente – mudanças climáticas, seguidas no nome do estado. Foram descartadas ações governamentais e partidárias, anteriores e a 2005. Para cada estado avaliou-se as primeiras 30 aparições.

e apresentando suas insatisfações com a política de preservação do meio ambiente. Foram descartadas, mas é oportuno mencionar, a ligação comum entre os jovens e alguns partidos políticos. Outro encontro temático, este sim analisado, é a relação comum entre a juventude e os sindicatos rurais, tópico mais recorrente fora dos grandes centros urbanos.

Pesquisar o jovem a partir da internet não foi uma escolha fortuita. Baseou-se nos dados da Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílio (Pnad), realizada em 2014 pelo IBGE, que revelou que metade dos domicílios brasileiros acessavam à internet. O Unicef realizou pesquisa específica em 2013, para entender o uso da internet pelo jovem, e concluiu, naquele ano, que 70% da população, entre 12 e 17 anos, acessavam a internet.

Em uma pesquisa realizada em outubro de 2017<sup>6</sup>, a partir de aplicações de enquetes por meio de sistema on-line, 346 jovens, na maioria universitários, de diversas localidades do Brasil, se posicionaram sobre várias questões relacionadas ao Meio Ambiente. Em relação às práticas a favor da preservação ambiental, sendo possível a escolha de mais de uma opção, constatou-se que 10 jovens anunciaram que foram ou são membros de conselhos de Meio Ambiente e 75 participaram ou participam de projetos na comunidade. Entre os graduandos, 55 participaram ou participam de projetos da universidade. Somente nove, do total, foram ou ainda são membros de alguma entidade ambiental. Entre os respondentes, 22 participaram de manifestações de rua a favor do meio ambiente. Um número mais expressivo, 161 jovens, assinaram algum tipo de documento, no modelo abaixo assinado, pedindo a preservação do Meio Ambiente. Do total, 106 já decidiram seus votos em pleitos políticos eleitorais, a partir da plataforma verde dos candidatos.

O pequeno número de narrativas referentes às atividades de campo em comparação com a quantidade de assertivas sobre ações mais passivas, como assinar um documento, na maioria das vezes on-line, ou fazer uma escolha eleitoral, sugere uma análise. Entre os jovens pesquisados, percebe-se uma acomodação, comum entre aqueles que não foram motivados às manifestações mais ativas. Seriam esses jovens da recente pesquisa, imparáveis como aqueles que entoaram o grito de guerra, em Paris?

É pertinente contextualizar que para muitos estudiosos é um equívoco asseverar a existência de uma única juventude. A juventude tem significados distintos para pessoas de diferentes estratos socioeconômicos e é vivida de maneira heterogênea, segundo contextos e circunstâncias. Esse

---

<sup>6</sup> Atividade de pesquisa prevista no JOF 0235/2017 coordenada pelo Ministério do Meio Ambiente e pelo Fundo de Populações das Nações Unidas. Este material será recorrendo em todos os artigos, cada qual com seu recorte temático.



é um dos embasamentos para a utilização do termo juventudes no plural. Contudo não se apela para uma visão fragmentada por tipos de jovens, e se ressalta que há elementos comuns a todos os jovens. Uma política de/para/com juventudes combina o plural com a unicidade dos jovens, em especial em relação a outras gerações. De fato, dando ênfase especial à identidade juvenil se considera que existem diferentes culturas juvenis, com características comuns, inclusive por influência da cultura de massas e dos processos de globalização (UNESCO, 2004, p. 25).

Segundo Bourdieu (1983), as divisões entre as idades são arbitrárias. Ele afirma que a fronteira entre a juventude e a velhice é um objeto de disputas em todas as sociedades. A variação compreendida – 15 a 29 anos – é ampla. Perto dos 15 o jovem está na adolescência. Próximo dos 29, perto à idade adulta. Se no início do ciclo ele é aprendiz, ao final da formação profissional, em muitos casos na fase dos 21 aos 25 anos, ele adentra ao campo do trabalho e, neste caso, as demandas sociais são significativamente diferentes (BOURDIEU, 1983, p. 2).

Atentos a essas diferenças, considerando a pluralidade dos jovens e a formação das identidades, algumas pesquisas revelam o perfil dos jovens brasileiros, em um esforço de aprofundar quem são eles, e assim, contribuir para a promoção de políticas que levam à uma maior conservação dos recursos naturais e redução dos impactos que ocasionam as mudanças no clima (SILVA, 2016).

Em Portugal, pesquisas realizadas em São Tomé e Príncipe, indicam, conforme Baía e Rodrigues (2015), que jovens com maior nível de escolaridade apresentam atitudes mais favoráveis em relação ao ambiente, o que reforça a ideia de que quanto maior o nível de conhecimento mais favoráveis serão as atitudes relacionadas à conservação. Mas esta premissa não se sustenta sem uma adequada definição de formação educacional; se conservadora ou crítica.

Em recente trabalho, Saito (2017) revela a importância de debater as questões globais e a educação ambiental frente às mudanças climáticas. Trata-se de conscientizar a sociedade e refletir a instituição de uma Educação em Mudanças Climáticas. Segundo Silva, Costa e Borba (2016), a Educação em Mudanças Climáticas (EMC) trata de uma nova proposta, baseada na educação ambiental, educação para a sustentabilidade e educação para o desenvolvimento sustentável.

A juventude está impactada com as mudanças climáticas conforme pode ser observado no relatório apresentado pela ONU em 2015.

A juventude é afetada de maneira singular pelas crises e conflitos humanitários globais. Este tema começou a ser tratado com mais intensidade a partir de uma resolução de dezembro de 2015 do Conselho de Segurança da ONU, que estabeleceu que a juventude possui um papel positivo e de fundamental importância na promoção e na manutenção da paz e segurança internacional. Tal marco passou a pressionar os

Estados-membros das Nações Unidas a concederem mais voz para a juventude nos processos de participação nas tomadas de decisão em nível local, regional e internacional (ONU 2015).

A partir desta constatação a Rede de Soluções para o Desenvolvimento Jovem da ONU – SDSN Youth -, preparou um relatório intitulado “Os impactos das Mudanças Climáticas na Juventude, Paz e Segurança” e entregou em agosto de 2017. O documento foi um dos primeiros a relatar sobre o impacto do tema na juventude. O estudo revela que a juventude é afetada de maneira singular pelas crises e conflitos humanitários globais. A iniciativa reflete a constatação feita pela ONU de que a juventude possuiu um papel positivo e de fundamental importância na promoção e na manutenção da paz e segurança internacional.

O Relatório do Banco Mundial (2017) colabora com o debate sobre as várias juventudes, apresentando como dado, a existência de disparidades entre estudantes ricos e pobres. Segundo o documento, a crise global de aprendizagem não apenas impede esses jovens de terem salários decentes, (no caso da América Latina), mas também aprofunda as diferentes juventudes. A pertinência deste dado está relacionada com as respostas abertas da pesquisa com os 346 jovens. A maioria deles relaciona a consciência sobre as questões ambientais ao mundo escolar.

Se de um lado estão os jovens mais adolescentes, do outro os mais adultos; de um lado os mais ricos e do outro os mais pobres; também estão em lados diferentes jovens homens e jovens mulheres; moradores da zona rural e moradores da área urbana. Uma pergunta norteadora, para análise no campo das políticas públicas, é se o desejo está centrado em unir todas as juventudes diferentes, ou ao reconhecê-las propor ações que considerem todas as identidades juvenis, mas cada qual em seu cenário sociocultural.

As mudanças climáticas são comuns a todos eles, mas em se tratando de políticas públicas, é básico compreender cada agrupamento e suas necessidades. Se para os jovens moradores na zona rural, as questões da agricultura ocupam a pauta, para os residentes nos grandes centros, os temas são outros. Mas ambas as temáticas seguem associadas às questões climáticas.

A Agência Jovem de Notícia (2016), uma organização voltada para informar o público jovem, entendeu como assunto pertinente ao seu leitor, a informação de que as 82 megacidades que compõem a rede C40, estão trabalhando coletivamente para enfrentar as mudanças climáticas. Juntas, elas representam 11% da população global e 25% do PIB também global. Os temas que afligem estas localidades urbanas, onde muitos jovens estão vivendo, são inundações e os riscos de gestão da água.

O jovem tem sido alvo de atenção, não só pela sua representatividade quantitativa na população, mas pela necessidade de se defender propostas para o futuro. Em 2011, conforme publicação do Carta Capital (CARVALHO, 2011), uma pesquisa realizada pelo Instituto Box1824, aplicada em 173 cidades, (23 estados brasileiros), com a participação de jovens de 18 a 24 anos, tinha como objetivo reconhecer o sonho deste público. O trabalho mostrou que 91% dos respondentes acreditavam que as pessoas consumiam mais do que precisavam. Deste público, 67% concordaram que era possível transformar uma comunidade sem necessariamente ter que investir recursos financeiros. Esta informação ganha relevância quando se observa que 5% declararam ter o sonho de tornar-se uma pessoa rica e 74% disseram ter vontade de participar de projetos comunitários.

De volta à pesquisa on-line, 2017, o aquecimento global apareceu como sendo o tema que mais preocupa o participante. Também com mais de uma opção de escolha, 243 respostas, seguida de crise hídrica, com 237; Amazônia, com 227; preservação dos povos e comunidades, com 180; justiça ambiental, com 108 e patrimônio genético, com 57 respostas.

Gráfico 1

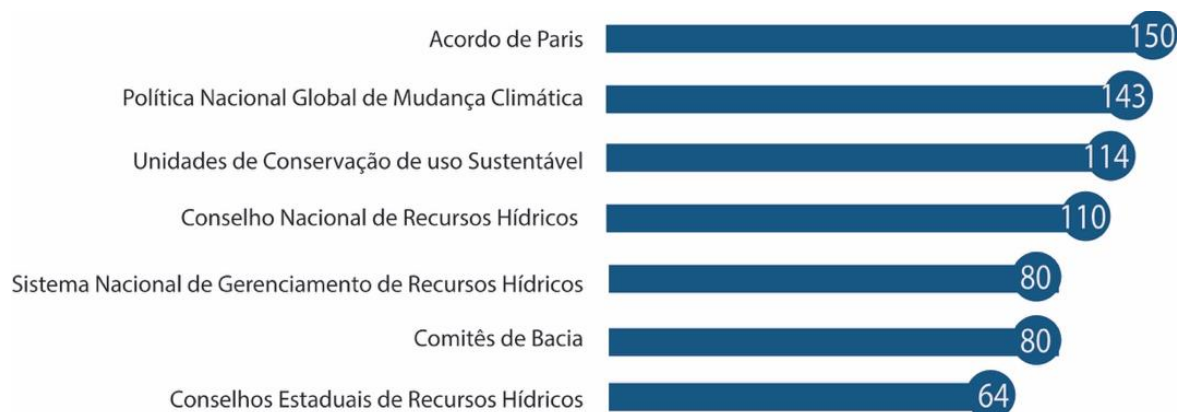


Fonte: Elaborado pelo autor, 2017.

Uma segunda questão avaliou quais temas eram mais comuns aos jovens. O resultado mostrou que 274 ouviram falar sobre escassez hídrica; 198 conhecem o que é justiça ambiental; 194 falaram sobre o valor socioambiental da água; 124 sabem o que é interferência antrópica no ciclo hidrológico; 120 ouviram sobre proteção do patrimônio genético. Para avaliar se o jovem reconhece o tema “Acordo de Paris”, incluiu-se no questionário, uma pergunta específica. Verificou que sim, 150 jovens do total, reconhece o tema, mesmo não tendo que defini-lo.

Gráfico 2

Você conhece ou já ouviu falar sobre quais destes instrumentos associados à política ambiental?

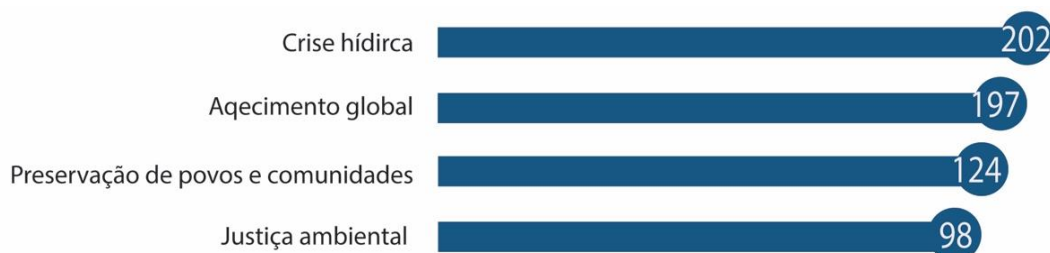


Fonte: Elaborado pelo autor, 2017.

Embora o aquecimento global seja o tema que mais preocupa os respondentes, a questão que eles mais se entendem capazes de contribuir para a reversão do problema é a crise hídrica, seguida da mudança do clima. Talvez um entendimento seja possível a partir desta relação. Embora cada um possa fazer sua parte na diminuição do aquecimento, o tema está muito centrado nas mãos dos detentores do poder político e econômico. A questão hídrica, também passa por eles, mas todos têm torneiras em suas casas e ações individuais impactam sensivelmente os resultados nesta área.

Gráfico 3

Com quais questões abaixo você já pensou que poderia contribuir?



Fonte: Elaborado pelo autor, 2017.

Do microcenário que é a escola, refletida na pesquisa acima, à amplitude do planeta, o tema meio ambiente está em todos os campos e exige comprometimento individual e coletivo; abrangente e restrito. Considerando o potencial da população jovem, 1,8 bilhão no mundo, segundo a ONU, com uma concentração de 87% nos países em desenvolvimento, inevitável abordar a relação entre jovens e educação. Se por um lado este quantitativo representa um grande potencial de força de trabalho, também significa um acumulado de ideias que pode ser

revigorante, uma característica inerente à juventude. O desafio apresentado aqui é conseguir que a escola incentive a vivacidade juvenil a buscar respostas para os desequilíbrios ambientais.

Ao divulgar o 10º Fórum da Juventude da Unesco, realizado em 2017, texto midiático sobre o encontro informa que essa é a maior população jovem que o mundo jamais teve e faz considerações afirmando que embora essa “quantidade apresente um enorme potencial para a mudança, problemas como instabilidade política, mudança climática, mercados de trabalho desafiadores e oportunidades limitadas de participação política e cívica aumentaram a pressão sobre mulheres e homens jovens em todas as partes”.

O debate proposto pela Unesco sugere repensar o engajamento da juventude.

Como resposta a esses desafios, está surgindo uma nova geração de jovens agentes da mudança. Eles estão trabalhando em soluções inovadoras para resolver alguns dos maiores problemas que afetam os jovens de hoje – e o planeta, de forma geral. Jovens defensores da paz estão surgindo nas regiões do mundo assoladas por conflitos, determinados a equipar os jovens de seus países com habilidades de resolução de conflitos. A crise da mudança climática está levando ao surgimento de sinceros jovens ativistas ambientais, que desafiam seus governos a eliminar uso do plástico e a desenvolver soluções sustentáveis (UNESCO, 2017).

Para que ocorra um maior engajamento dos jovens relacionados às mudanças climáticas, deve-se analisar o importante conceito da equidade intergeracional, tratado por organizações não governamentais. Este conceito parte da fundamentação da sustentabilidade, a qual considera que as futuras gerações têm o mesmo direito de usufruir os recursos naturais.

Em 2005, durante a COP11, de Montreal, jovens de todos os lugares reuniram-se pela primeira vez para criar encontros preparatórios que passaram a ser chamados de "Conferências da Juventude", em inglês, *Youth Conferences* (COY). Com a proposta de fortalecimento da participação dos jovens nas negociações climáticas, o encontro entrou para a agenda mundial do Meio Ambiente.

Quatro anos depois desta iniciativa, em 2009, durante a COP15, de Copenhague o secretariado da UNFCCC concedeu, oficialmente, um estatuto de eleitor provisório às organizações não governamentais juvenis, fazendo da juventude o 7º eleitorado a participar das negociações. Esse grupo passou a ser identificado como YOUNGO. Composta por muitos indivíduos, organizações e delegações lideradas por jovens que trabalham em campos relacionados às mudanças climáticas, o Youngo assumiu a organização, anualmente, da COY.

Para entender melhor a proposta da COY, os principais temas abordados, desde 2012 a 2017 foram:

Quadro nº 1 - COY ano a ano

Tema central

COP18	COY 8	2012	Doha Qatar	-	A COY 8 demonstrou o papel instrumental que YOUNGO desempenha na UNFCCC através da criação de políticas, intervenções, ações e lobby; exemplificando a importância da juventude: sua criatividade, paixão e dedicação para resolver as mudanças climáticas.
COP19	COY 9	2013	Warsaw Poland		O COY9 procurou construir a capacidade dos jovens para o seu envolvimento efetivo no processo da UNFCCC através de insumos políticos e atividades de advocacia direcionados.
COP20	COY 10	2014	Lima Peru		O principal ponto da COY 10 era estabelecer um ambiente de informação, coordenação e organização para os jovens do mundo, a fim de desenvolver uma Agenda para o Clima da Juventude para a COP20 e COP21.
COP21	COY 11	2015	Paris France		O COY11 reuniu mais de 5000 jovens participantes de todo o mundo. Este evento sem precedentes foi uma excelente oportunidade para mostrar uma juventude mobilizada, inclusiva, capaz e responsável na cimeira histórica do clima de Paris.
COP22	COY 12	2016	Marrakech Marrocos		Os jovens se reuniram em Marrakech para fortalecer o papel da juventude na implementação do Acordo de Mudança Climática de Paris. O foco da COY12 foi sobre o papel da educação e da capacitação para formar os jovens a agirem sobre as mudanças climáticas.
COP23	COY 13	2017	Bonn Germany	-	A Conferência da Juventude terá lugar durante o fim de semana antes da abertura da COP 23. O evento é uma reunião internacional anual de jovens ansiosos para trabalhar na resolução de desafios climáticos. A conferência é um evento oficial de YOUNGO <sup>7</sup>

Fonte: Elaborado pelo autor, 2017.

Em 2015, a brasileira Raquel Rosenberg, dirigente do Engajamundo, fez uso da palavra na COP21. Ela disse:

[...] Vocês nos mostraram que juntos podemos superar diferenças e nos deram esperanças na humanidade e na solidariedade. Esse é o primeiro passo em direção ao fim da era dos combustíveis fósseis e do desmatamento. Este é o primeiro passo em direção a um novo tipo de sociedade. Em 92 vocês foram ao meu país, em um espírito de cooperação. Vocês aceitaram que, vocês dos países desenvolvidos, tinham mais responsabilidade que outros, em causar as mudanças climáticas e que, vocês também deviam compensar os mais afetados. Com o passar dos anos, este processo tornou-se mais secreto.

A sociedade civil foi mantida fora das salas e começamos a nos perguntar o que vocês têm para esconder? Agora nós sabemos. Países ricos, vocês poderiam ter feito muito mais. Vocês não ofereceram nenhum financiamento novo ou adicional. Nós não vimos uma meta para chegar realmente a zero. Suas metas nacionais de redução de emissões (iNDCs) ainda nos levam a um mundo 3 graus mais quente e vocês se recusaram a empreender uma revisão que permitisse desviar para baixo a trajetória da curva de aquecimento antes de 2020. Vocês se eximiram da responsabilidade pelos danos que as suas mudanças climáticas já estão causando. As juventudes das gerações anteriores à minha foram as primeiras a saber da existência das mudanças climáticas e entenderam os desafios que nós, como humanidade, enfrentamos.

Na minha geração, a mudança do clima foi da ciência à realidade, impactando diretamente a vida das pessoas, especialmente os mais pobres e marginalizados. Hoje, o mundo está finalmente caminhando para uma solução. Mas o que atingimos aqui hoje, ainda está bem longe de suficiente. Nós precisamos ver ações reais. O trabalho está apenas começando. Vamos trabalhar duro pela justiça climática como jamais

<sup>7</sup> Este texto ficou no futuro, pois até o fechamento deste relatório, não havia publicação de resultados nos sites oficiais da COY.

fizemos e vamos cobrar vocês dentro de suas fronteiras. Vocês fizeram um pedaço de papel, mas as pessoas, nas comunidades, são as que estão fazendo a verdadeira mudança. Minha meta e a de milhões de outros jovens é garantir que as próximas gerações só conheçam as mudanças climáticas em livros de história. Nós podemos fazer isso. Nós vamos ascender mais rápido do que os oceanos porque nós somos imparáveis, outro mundo é possível (RAQUEL ROSENBERG 2015, transcrição literal de vídeo do youtube)

Apoiados pelas ferramentas disponibilizadas pela Análise do Discurso Francesa, vinda da Linguística (ORLANDI, 2001), (POSSENTI, 2002), é possível, assim como coloca Possenti (2002), ao definir o limite da análise, fazer muitas interpretações do texto acima, mas com o cuidado de que não é possível fazer todas. Rosenberg, quando termina sua fala, levanta-se e de braços para cima, tocando as palmas, chama um grito de guerra e é acompanhada pelos presentes, naquele momento, como pode ser visto no vídeo, não muitos jovens. Os que estão no local seguem entoando, várias vezes, o que pode ser chamado de um grito de guerra: “nós somos imparáveis, outro mundo é possível”.

A escolha da palavra “imparáveis”, segundo Orlandi (2001), não se dá de maneira aleatória, pois ao escolher uma palavra, automaticamente deixamos de escolher outra e isto significa. Imparáveis, no caso, pode representar a energia jovem, que não para nem mesmo para descansar. Mas, pode também (neste caso, a análise só se valida se relacionada a outras informações que compõe o universo de conhecimento do analista), significar o não comprometimento dos jovens com outros temas (políticos e econômicos, em especial). Eles são imparáveis porque não estão negociando, mas defendendo suas causas a partir delas mesmas.

As repetidas vezes em que Rosenberg (2015) diz “vocês”, cria nitidamente a diferença entre os dois públicos: vocês do outro lado, humanidade adulta, tomadores de decisão e nós, do lado de cá, jovens imparáveis. Ao expressar-se: “vocês, países ricos”, novamente ela delimita espaços entre os desenvolvidos e os não desenvolvidos. Poderia ser esta, simplesmente uma interpretação textual, sem maiores relevâncias, mas, como já enunciado, as palavras significam e, só significam, conforme especifica o filósofo Mikhail Bakhtin (2002), porque são carregadas de ideologias. Entende-las possibilita novas conexões. Neste caso, estariam os jovens dispostos a se juntarem com os que estão do outro lado da juventude? Crianças, adultos e velhos? A questão pode embasar a formulação de novas políticas. O ideal seria convidá-los para se juntarem, ou apoiá-los a seguirem em linhas paralelas? Estas respostas podem nortear muitas tomadas de decisões.

Quando Rosemberg (2015) fez uso da palavra, ela estava em uma conferência e este modelo de reunião tem se apresentado como um dos instrumentos de participação mais ativos,

entre os jovens. Mas é este, um mecanismo a ser acessado por todos? Neste caso, vale partilhar alguns dados estatísticos que evidenciam, outra vez, a existência de muitas juventudes, neste caso, aqueles que acessam e aquelas que não acessam esses instrumentos. Deve-se avaliar que em países em desenvolvimento, grande parte dos jovens representam a força ativa, entretanto a baixa renda familiar também está associada à evasão escolar. De acordo com o IBGE (censo 2010), cerca de 10 milhões de jovens não estudam nem trabalham, o que representa 16% dos brasileiros entre 17 e 22 anos. Um terço destes jovens, aproximadamente, não completou o ensino fundamental e cerca da metade não completa o ensino médio. Esses excluídos do campo da educação, poderiam, se quisessem, participar de conferências internacionais? A resposta imediata é sim, pois não existe determinante que os deixem de fora. Mas, uma análise um pouco mais profunda da realidade destes jovens, a grande maioria não falante de uma segunda língua, tantos outros preocupados com suas sobrevivências, distantes de temas planetários, certificaria que a presença destes em eventos como as conferências internacionais somente se daria em função de articulações por parte de outras instituições.

Além do COY, outro instrumento internacional de mobilização dos jovens é o Movimento Climático Juvenil Internacional (International Youth Climate Movement – IYCM). Trata-se de uma rede internacional de juventude envolvida em questões de mudanças climáticas. Jovens, organizações nacionais e/ou redes de organizações nacionais e transnacionais lideram projetos de conhecimento e mobilização para inspirar e informar mais jovens sobre os riscos climáticos. Além disso, eles organizam atividades em vários campos, como a participação de jovens nos assuntos climáticos, a educação sobre mudança climática ou outros assuntos ligados à adaptação/mitigação das mudanças climáticas.

O processo de formulação de políticas públicas, com o advento da sociedade moderna, tornou-se essencial, pois envolve a tomada de decisão na área ambiental com vistas à preservação/conservação de recursos naturais, as necessidades da sociedade e das atividades econômicas. Isso quer dizer que uma política pública ambiental é uma tomada de decisão sobre a gestão dos recursos naturais. Esta equação precisa ser difundida na ordem máxima de sua propagação. É primordial articular ações e compromissos em que estão envolvidos a sociedade em geral e os poderes legalmente constituídos. Nesse contexto, como apregoam vários autores, alguns componentes são objetos de análises nas políticas públicas ambientais: (1) formulação de uma agenda pública (em destaque a Agenda 2030, mas, antes, outras foram defendidas, bem como os Objetivos do Desenvolvimento Social - ODS para citar apenas dois); (2) os atores que apresentam, interpretam, respondem e participam dos pontos dessa agenda (neste aspecto, a meta é localizar a juventude, entender como ela se comporta e o que é preciso ser feito para



que ela se envolva de maneira proativa); (3) os recursos naturais afetados; (4) os recursos materiais, humanos e financeiros necessários (neste ponto é sabido que a pauta política precisa ser pressionada); (5) as instituições que tratam da agenda; (6) os instrumentos econômicos aplicados e, (7) as ferramentas de avaliação das políticas da agenda.

Vários elementos são necessários no momento de elaboração de uma política pública conforme afirmam Dagnino, Cavalcante e Costa (2017). O conhecimento do assunto, a formulação do problema, a identificação da necessidade e a fixação do objetivo estão na base do processo. A consideração das opções é um elemento intermediário. A intervenção é a política pública em campo, mas é arriscado avançar sem a avaliação das consequências. Também devem ser considerados os agentes formadores de políticas, as regras para tomada de decisão, bem como os agentes externos que influenciam o seguimento das decisões.

Por isso, a formulação de uma política pública ambiental pode ser mais problemática do que outras questões. Primeiro, porque os impactos ambientais não respeitam os direitos de propriedade, nem as divisões territoriais. Segundo, porque a formulação de uma política deve envolver órgãos de governo, comunidades tradicionais e organizações civis. Terceiro, porque na formulação de uma política sempre há debates acalorados sobre a questão de julgamento de valor, equidade e justiça social e acessibilidade às mesmas.

Portanto, pode-se afirmar que a criação e escolha de políticas públicas ambientais, baseiam-se em ações de grupos distintos, mas, sobretudo, devem considerar métodos que analisem custos e benefícios a serem alcançados por essas decisões.

Na tentativa de organizar o trajeto das políticas públicas na área de juventude e meio ambiente, elaborou-se o quadro abaixo.

**Quadro 3. Legislação e Ações (políticas públicas)**

Documento	Ano	Autoria	Observação
Política Nacional de Educação Ambiental	1999	Lei Nº 9.795, de 27 de abril de 1999, regulamentada pelo Decreto Nº 4.281, de 25 de junho de 2002	Anterior à Lei de 1999, foi publicada a Política Nacional de Meio Ambiente Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981. Depois a Política Nacional de Recursos Hídricos Lei no 9.433, de 8 de janeiro de 1997.
I Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente	2003	Ministério do Meio Ambiente	16 mil escolas; 6 milhões de pessoas.
I Encontro da Juventude pelo Meio Ambiente	2003	Ministério do Meio Ambiente	

Políticas Públicas DE/PARA/COM Juventudes	2004	Unesco	
Conselho Nacional da Juventude (Conjuve)	2005	Lei no 11.129, de 30 de junho de 2005	
II Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente	2005 2006		12 mil escolas; 3.8 milhões de pessoas; 2 recortes de Juventudes 11 – 14 anos – Estudantes de 5a. a 8a. séries 16 – 29 anos – Coletivos Jovens de Meio Ambiente (CJs)
II Encontro da Juventude pelo Meio Ambiente	2005		
Relatório Pesquisa Perfil dos Conselhos Jovens e Meio Ambiente	2005	Ministério do Meio Ambiente	
Relatório Nacional Brasil Pesquisa sobre juventudes no Brasil Projeto Juventudes Sul-americanas: Diálogos para construção da Democracia regional	2008	Ibase Instituto Pólis	Pesquisa quantitativa sobre as juventudes da América do Sul, da qual se apresenta uma síntese dos resultados referentes ao Brasil.
Agenda Juventude Brasil: Pesquisa Nacional sobre a opinião dos jovens brasileiros.	2013	Participatório da juventude Secretaria Nacional da Juventude	
Estatuto da Juventude – mais direitos para a juventude que transforma o Brasil	2013	Lei Nº 12.852, 5 de agosto de 2013.	Ao dispor sobre os direitos dos jovens, sobre as diretrizes das políticas públicas de juventude e sobre o estabelecimento do Sistema Nacional de Juventude, o Estatuto torna a realização de políticas especialmente dirigidas às pessoas entre 15 e 29 anos uma obrigação do Estado, independente da vontade de governos.
Sistema Nacional de Juventude SINAJUVE	2013	Instituído pela Lei Nº 12.852, de 5 de agosto de 2013.	
Situação da População Mundial: O poder de 1,8 bilhão Adolescentes e jovens e a transformação do future	2014	UNFPA Fundação da População das Nações Unidas	O mundo é o lar de 1,8 bilhão de jovens entre 10 e 24 anos de idade, e essa população jovem está crescendo mais rápido nos países mais pobres. Fazem parte dessa geração, 600 milhões de meninas adolescentes com necessidades específicas, desafios e aspirações para o futuro.

Direitos Humanos da Juventude	2015	Luana Bonone Coleção Caravana Organização dos Estados Ibero - americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura – OEI Secretaria de Direitos Humanos – Governo Federal Brasil	<b>Diferentes visões sobre a Juventude</b>
Plano Nacional de Juventude e Meio Ambiente (PNJMA)	2015	Instituído pela Portaria Interministerial nº 390, de 18 de novembro de 2015	
Agenda Juventude Brasil: leituras sobre uma década de mudanças	2016	Regina Novaes, Gustavo Venturi, Eliane Ribeiro e Diógenes Pinheiro (org) – Unirio	

Fonte: Elaborado pelo autor, 2017.

### Considerações finais

“Políticas climáticas vão depender principalmente da juventude”, afirma professor da PUC-RJ, o pesquisador das mudanças climáticas, Sérgio Besserman em artigo publicado no Jornal da PUC (ERNST, 2016). Em assim sendo, é preciso construir um referencial de conhecimento que facilite a inter-relação entre a juventude e o Meio Ambiente. Nesse sentido, responder pontualmente cada uma das perguntas deste relatório de pesquisa se apresenta como essencial.

- (1) A juventude está ativa na política nacional global de mudança do clima? Se não, por que? Se, sim, como?

A partir do que seguiu exposto acima, a juventude está ativa, mas ainda vinculada ao sentido da reação e não da ação. São necessários ainda, mecanismos públicos que fomentem o protagonismo desejado. O modelo mais comum de engajamento tem sido adesões em Fóruns e Conferências, mas não existem insumos suficientes para analisar o resultado destas atividades nas localidades. O destaque percebido no campo midiático/on-line expõe uma atenção maior para o Brasil e menor para as cidades, os bairros, as escolas, embora possam ser observados iniciativas pontuais, neste caso, não conduzidas pelos poderes públicos.

Do lado da juventude, o instrumento mais comum de organização tem sido os coletivos.

- (2) Quais os mecanismos de participação de jovens existem na agenda internacional e nacional do clima?

Na mesma linha, os mecanismos mais evidentes são os Fóruns e Conferências, apoiados por legislações específicas como o Plano Nacional de Juventude e Meio Ambiente. Entretanto, o destaque é maior para o debate político, e menor para as ações de campo nas localidades.

- (3) Quais instrumentos existem para apoiar e qualificar essa participação?

A criação do Plano Nacional de Juventude e Meio Ambiente fomentou a criação de uma rede de jovens, mas não foi possível, com certeza pelo prazo curto de implementação do Plano, avaliar se este fomentou também a criação de planos estaduais e municipais de Juventude e Meio Ambiente. Seria esta uma unidade de medida importante para valorar a iniciativa do MMA. Outrossim, para além da entrega de cartas e propostas, é preciso, ainda como criação de indicadores para acompanhamento das políticas públicas, manter o trabalho em processo contínuo. A partir das reivindicações, quais foram efetivamente os avanços? Poderíamos responder a esta questão? Para que a resposta seja afirmativa, é necessário a criação de mapas de risco, com pontos de partida, metas a serem cumpridas, delimitações das conquistas e referências de recurso temporal e financeiro. Estes mecanismos não foram expostos na pesquisa realizada. E, sem eles, a avaliação de políticas públicas fica comprometida.

(4) Os jovens podem contribuir para a agenda pós Paris?

Com certeza a resposta é positiva. Sim os jovens podem contribuir para a agenda pós Paris, em especial pelo fato de haver uma luz focada nesta porção da população. Entretanto, também neste caso, é preciso entender se esta colaboração deve ser medida no campo da política ou no campo das mudanças na localidade. São análises diferentes, que precisam ser feitas, mas exigem outros instrumentos de pesquisa. Trata-se aqui da diferença entre macro e micro política, e estas definições norteiam um plano de ação no campo das políticas públicas.

### **Referências**

AGÊNCIA JOVEM DE NOTÍCIA. **Mudanças climáticas e adaptação da crise da água**. Disponível em <<http://www.agenciajovem.org/wp/mudancas-climaticas-e-adaptacao-da-crise-da-agua/>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

ASSAD, Eduardo Delgado; PELLEGRINO, Giampaolo Queiroz. O clima e a potência ambiental. In: **Agroanalysis**. Caderno Especial. V. 27, n. 04, p. E3-E5. 2007.

BAÍA, Darnel; RODRIGUES, Maria José. Atitudes dos jovens face às questões ambientais associadas às mudanças climáticas. In: FERNANDES, P. O.; PEREIRA, A. I.; MARTINS, A. (Coord.). **Encontro de Investigadores - USTP: livro de resumos**. P. 58-59. Bragança: Instituto Politécnico de Bragança, 2015. Disponível em <<http://hdl.handle.net/10198/11716>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

BANCO MUNDIAL. **Relatório do Banco Mundial mostra disparidades entre estudantes ricos e pobres globalmente**. Brasília: ONUBR, 2017. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/relatorio-do-banco-mundial-mostra-disparidades-entre-estudantes-ricos-e-pobres-globalmente/>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

BASÍLIO, Ana Cecília; FÉLIX, Joana d'Arc Bicalho. O comportamento do consumidor jovem em relação à responsabilidade socioambiental e a necessidade da comunicação para a sustentabilidade. In: **Universitas: Arquitetura e Comunicação Social**. V. 7, n. 2, p. 1-27. Jul/Dez 2010. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5102/uc.v7i2.1134>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

BARBIERI, Alisson Flávio. Mudanças climáticas, mobilidade populacional e cenários de vulnerabilidade para o Brasil. In: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana. Ano XIX, n. 36, p. 95-112. Brasília, jan/jun 2011. Disponível em <<file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/249-Texto%20do%20artigo-508-1-10-20110628.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

CARVALHO, Vinícios. Juventude e Mudanças Climáticas. **Carta Capital**. 2011. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/juventude-e-mudancas-climaticas>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991. P. 01 a 26.

CONFALONIERI, Ulisses Eugenio Cavalcanti (Coord.). **Análise da vulnerabilidade da população brasileira aos impactos sanitários das mudanças climáticas**. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <<http://slideplayer.com.br/slide/5634917/>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

COSTANZI, Rogério Nagamine. **Trabalho decente e juventude no Brasil**. Brasília: Organização Internacional do Trabalho, 2009. 220p. Disponível em: <[http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasilvia/documents/publication/wcms\\_230674.pdf](http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasilvia/documents/publication/wcms_230674.pdf)>. Acesso em: 20 dez. 2017.

DAGNINO, Renato; CAVALCANTI, Paula Arcoverde; COSTA, Greiner (Orgs.). **Gestão Estratégica Pública**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2016. 496p. Disponível em: <<http://redept.org/uploads/biblioteca/gestao-WEB-final.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

DIAS, Pedro Leite da Silva; RIBEIRO, Wagner Costa; NUNES, Luci Hidalgo. **A contribution to understanding the regional impacts of global change in South America**. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/globalchangeinsouthamerica.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

ERNST, Carolina. Políticas climáticas vão depender principalmente da juventude. **Jornal da Puc**. 2016. Disponível em: <<http://jornaldapuc.vrc.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inford=4657&sid=50>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

FREITAS, M.A.V. **Vulnerabilidade, Impactos e Adaptação à Mudanças do Clima no Brasil**: Recursos Hídricos e Geração de Energia Elétrica. Rio de Janeiro, 2004.

LIPSON, Leslie. **Os grandes problemas da Ciência Política**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976

LIMA, Magda Aparecida de. Agropecuária brasileira e as mudanças climáticas globais: caracterização do problema, oportunidades e desafios. In: **Cadernos de Ciência & Tecnologia**. V.19, N. 3, P. 451-472. Brasília, set./dez. 2002. Disponível em:

<<http://www.aquecimento.cnpem.embrapa.br/bibliografia/agropecuarias mudancas climaticas 2003MALima.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

HAIKON, Iago. **A juventude e a luta contra as mudanças climáticas**. Publicado em 13 de Abril de 2015. Disponível em: <<http://www.engajamundo.org/2015/04/13/juventude-e-luta-contra-mudancas-climaticas/#>>. Acesso em: 17 nov. 2017.

MARENGO, José A. **Mudanças climáticas globais e seus efeitos sobre a biodiversidade: caracterização do clima atual e definição das alterações climáticas para o território brasileiro ao longo do século XXI**. 2.ed. Brasília: MMA, 2007. Disponível em: <[http://www.mma.gov.br/estruturas/chm/\\_arquivos/14\\_2\\_bio\\_Parte%201.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/chm/_arquivos/14_2_bio_Parte%201.pdf)>. Acesso em: 20 dez. 2017.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Acordo de Paris**. 2016. Disponível em: <[http://www.mma.gov.br/images/arquivos/clima/convencao/indc/Acordo\\_Paris.pdf](http://www.mma.gov.br/images/arquivos/clima/convencao/indc/Acordo_Paris.pdf)>. Acesso em: 20 dez. 2017.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. São Paulo: Pontes, 2001. 100 p.

POSSENTI, Sírio. **Os Limites do Discurso**. Curitiba: Criar Edições, 2002. 260 p.

RODRIGUES, I. A. A dimensão sócio-ambiental e o manejo de áreas naturais sob proteção. In: BARBOSA, S. R. C. S. (org.) *A Temática Ambiental e a Pluralidade do Ciclo de Seminários do NEPAM*. Campinas: Núcleo de Estudos e Pesquisas e Ambientais/UNICAMP, 1998. p. 153-178 / n.4. Textos NEPAM, Série Divulgação Acadêmica.

SAITO, Carlos Hiroo. Quais seriam as Questões Globais que desafiam a Educação Ambiental? Para além do modismo, uma análise sistemática e uma visão sistêmica. In: **REMEA - Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**. Edição Especial XVI Encontro Paranaense de Educação Ambiental. P. 4-24. Rio Grande, Set. 2017. Disponível em <<https://www.seer.furg.br/remea/article/view/7138/4767>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

MAGNO, Carlos Lima; COSTA, Francisco Alexandre; BORBA, Gilva Luiz. A educação em mudanças climáticas: uma abordagem interdisciplinar. In: **HOLOS**. Ano 32, V. 4, p.176-188. 2016. Disponível em: <<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/3950/1522>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

ROSEMBERG, Raquel. 2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=MVnGHZexQk>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

SILVA, Tarcísio Augusto Alves. Políticas públicas de juventude e meio ambiente: o que a percepção socioambiental dos jovens pode dizer? In: **Ciências Sociais Unisinos**. V. 52, N. 2, P. 214-222. Maio/Agosto 2016. Disponível em: <[http://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias\\_sociais/article/view/csu.2016.52.2.08/5481](http://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/view/csu.2016.52.2.08/5481)>. Acesso em: 20 dez. 2017.

TAYRA, Flávio; RIBEIRO, Helena. Além das questões técnicas econômicas: uma revisão de valores para o desenvolvimento sustentável. In: **Revista Pensamento Realidade**. Ano VIII.

N. 16. 2005. Disponível em: <file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/8427-20572-1-SM.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2017.

UNESCO. Políticas públicas de/para/com as juventudes. Brasília: Unesco, 2004. 304 p. Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001359/135923por.pdf>. Acesso em dezembro de 2017.

\_\_\_\_\_. 10º Fórum da Juventude da Unesco. 2017. Disponível em: <<https://pt.unesco.org/courier/outubro-dezembro-2017/repensar-o-engajamento-da-juventude-na-unesco>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

## **2. Recursos Hídricos e o envolvimento da juventude nas agendas ambientais**

Este trabalho tem como objetivo levantar e avaliar hipóteses que inter-relacionam a população jovem com as agendas ambientais prioritárias do MMA, especialmente quanto à participação da população jovem no Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, com vistas à implantação do terceiro objetivo específico do PNJMA, que busca ampliar a participação de jovens na gestão dos recursos hídricos.

Também visa observar o nível de envolvimento, conhecimento e de participação dos jovens na gestão de recursos hídricos no Brasil, procurando averiguar se a crise hídrica é uma preocupação da população jovem e identificar como estas relações e interações se manifestam nos processos educação ambiental e de participação social.

Dessa forma, em um primeiro momento são apresentadas algumas informações que, mesmo não diretamente relacionadas à questão da juventude, permitem construir um quadro conceitual básico acerca da situação dos recursos hídricos em geral e especialmente no Brasil, além de uma síntese da política brasileira para a gestão destes recursos. A seguir são trazidas algumas experiências de processos participativos de gestão das águas, enfatizando as situações em que se observa o envolvimento das populações jovens. Na sequência são apresentados os resultados das pesquisas realizadas durante a elaboração deste trabalho, que permitirão avaliar o nível de participação dos jovens na gestão dos recursos hídricos no formato qualitativo. Finalizando, os resultados da pesquisa são discutidos e apresentam-se algumas recomendações, considerando também o trabalho de alguns estudiosos que agregam a dimensão simbólica associada à questão das águas.

### **Quadro geral da situação dos recursos hídricos**

A importância e as contradições associadas ao acesso e à gestão da água são fatos reconhecidos pela maioria dos estudiosos do assunto. Não seria exagero afirmar que o fluxo da água, para o equilíbrio ambiental do planeta, é tão vital como o fluxo sanguíneo para o corpo humano. E mesmo sabendo que sem água não há vida, o homem que se diz “civilizado” segue despejando todos os seus dejetos sobre os rios e mares, poluindo os recursos hídricos e ameaçando a sua própria sobrevivência na Terra.

A água não é essencial ao homem apenas para a manutenção adequada das funções vitais do seu organismo, já que o uso da água se vincula a inúmeras atividades humanas, desde os atos simples associados à higiene pessoal e ao preparo de alimentos até aqueles relacionados ao desenvolvimento econômico, próprios tanto das práticas agrícolas como da produção industrial.



Segundo REBOUÇAS (2006), o termo água normalmente está associado ao elemento natural e, portanto, desvincula-se da sua utilização, enquanto o termo recurso hídrico refere-se à água como bem econômico, passível de utilização. Neste contexto, nem toda água do planeta pode ser considerada como recurso hídrico, pois sua utilização nem sempre é economicamente viável.

É a água doce que se destina ao consumo humano e ao desenvolvimento de atividades industriais e agrícolas, além de ser vital aos ecossistemas vegetais e animais, sendo composta pelas “aguas interiores”, por se localizar nos domínios terrestres (continentes e ilhas), na forma de rios, lagos, represas e aquíferos subterrâneos.

Essas águas apresentam características de qualidade muito variadas, que lhes são conferidas pelos ambientes de origem, por onde circulam, percolam ou onde são armazenadas. Considerando a importância crescente da influência dos fatores antrópicos na qualidade das águas – formas de uso e ocupação do meio físico e das atividades socioeconômicas - torna-se necessário, com frequência crescente, distinguir as suas características naturais daquelas engendradas pela ação do homem (REBOUÇAS, 2006, p. 1).

A história da geologia reconhece a Terra como um sistema dinâmico, onde a crosta terrestre (litosfera) é constituída por placas rochosas de diferentes tamanhos que estão em permanente movimento, tecnicamente conhecido como “tectônica das placas”. Durante este processo, as erupções vulcânicas decorrentes deste movimento lançaram grande quantidade de gases na atmosfera, e entre eles combinaram-se o oxigênio e o hidrogênio originando o vapor de água da atmosfera. Com o tempo e à medida em que as temperaturas baixaram, estes vapores se condensaram e caíram na superfície na forma de chuva. O escoamento desta água provocava a erosão das rochas originando partículas que se acumulavam formando depósitos.

Nesse processo, parte do CO<sub>2</sub> contido nas rochas fundidas é novamente lançada à atmosfera pelos vulcões. O ciclo todo – ligando vulcões à erosão das rochas, a bactérias do solo, as algas oceânicas, a sedimentos carbonáticos e novamente a vulcões – atua como um gigantesco processo de realimentação, que contribui para a regulação da temperatura da Terra. Esses processos engendraram, certamente, as condições propícias à existência de água na Terra nos três estados físicos fundamentais – líquido, sólido e gasoso – e ao desenvolvimento da vida (REBOUÇAS, 2006, p. 3).

A questão da água não pode estar desvinculada do restante do planeta, e como tal, apoiada na ideia chave que Lovelock (1991 apud REBOUÇAS, 2006) que apresenta, ao propor a Teoria de Gaia, os intensos vínculos entre todas as partes vivas e não vivas do planeta, configurando um fluxo permanente de matéria e energia.

Trata-se de uma visão sistêmica que envolve diversas disciplinas cujos especialistas não se habituaram a trocar ideias ou trabalhar em conjunto. O estudo da Terra como sistema pressupõe o reconhecimento de sua composição a partir de seis “esferas”: a litosfera, que é a

camada sólida externa que envolve seu núcleo; a hidrosfera, composta por toda a água existente no planeta; a criosfera, que também seria parte da hidrosfera, composta pelas geleiras e calotas polares; a atmosfera, que constitui a camada de gases que envolve o planeta; a biosfera, que contém todas as suas formas de vida; e a antroposfera, a esfera humana ou da inteligência, que embora seja parte da biosfera deve ser considerada distintamente, já que sua atuação implica a profunda alteração de todas as esferas anteriores.

Estes subsistemas estão conectados entre si, de modo que qualquer alteração em uma das esferas é capaz de afetar uma ou mais entre as outras. Neste contexto, o ciclo da água é entendido como um sistema aberto em permanente movimento, caracterizado pelo fluxo contínuo de matéria e energia. Segundo o International Hydrological Programme (IHP) IV, da Unesco, divulgado em 1998, um volume de cerca de 577 mil  $\text{Km}^3$  de água por ano é transformado em vapor d'água, dos quais 503 mil evaporam dos oceanos e 74 mil das terras emersas. Esse vapor d'água retorna na forma de chuva, neve e neblina, devolvendo cerca de 458 mil  $\text{Km}^3$  de água para os oceanos e 119 mil para os continentes.

A diferença entre os volumes que evaporam e caem nos oceanos (43 mil  $\text{Km}^3$  de água por ano) representa a umidade transferida deles para os continentes; e a diferença entre o volume anual precipitado e o evaporado nas terras emersas (quase 45 mil  $\text{Km}^3$ ) constitui o excedente hídrico que alimenta os rios, a umidade dos solos e os aquíferos subterrâneos.

Segundo Rebouças (2006), nos últimos 500 milhões de anos, o volume total de água na Terra tem se mantido constante em cerca de 1.386 milhões de  $\text{Km}^3$ , embora a quantidade presente em cada um dos seus reservatórios individuais tenha variado bastante neste período. Deste total de água presente na Terra, apenas 2,5% constitui água doce; sendo que 68,9% deste volume formam as calotas polares, geleiras e neves eternas, presentes nos cumes das montanhas; 29,9% representam as águas subterrâneas doces; 0,9% constituem as águas dos pântanos e solos úmidos; e apenas 3% são as águas doces dos rios e lagos.

A quantidade de água presente nas diversas regiões do planeta depende de três variáveis: a precipitação, o escoamento superficial e a recarga da umidade dos solos. Assim, é nas regiões intertropicais e temperadas da Terra que a água ocorre em maior abundância, pois ali a diferença entre a precipitação e a evapotranspiração é positiva, o que caracteriza o “excedente hídrico”.

Uma parcela da água infiltrada no solo é móvel e alimenta cursos de água subterrâneos, que por sua vez alimentam e perenizam os rios. Desta forma, nas regiões do planeta onde o excedente hídrico é maior, os rios são caudalosos e perenes, e os reservatórios superficiais (lagos e lagoas) reforçam uma percepção de que a presença da água é abundante, “sendo a água

vista como um recurso natural renovável, inesgotável e o conceito de conservação da água significa deixa-la fluir” (Rebouças, 2006, p. 11).

Entretanto, mesmo em regiões onde há excedente hídrico, as condições geológicas podem ser desfavoráveis para a formação de reservas subterrâneas, originando rios temporários ou intermitentes nos períodos em que não chove. É o que ocorre na zona semiárida do Nordeste do Brasil. Ali, o conceito de conservação de água deve estar associado à construção de barragens para retenção dos excedentes hídricos que ocorrerem nos períodos de maior precipitação pluviométrica.

Nos casos em que a diferença entre a quantidade de água precipitada e evapotranspirada é negativo, ocorre o “déficit hídrico”, ou seja, a região é seca, onde tanto as reservas subterrâneas quanto os cursos d’água superficiais podem ser escassos ou efêmeros, exigindo sistemas de irrigação para o cultivo de plantas.

As calhas dos rios e os lagos de água doce do planeta, que são as fontes mais utilizadas para as atividades humanas, abrigam apenas 200 mil km<sup>3</sup> de água e são fundamentais para a sobrevivência dos ecossistemas. Considerando que a população mundial atual seria capaz de consumir todo este volume de água em trinta ou quarenta anos de uso, esta situação poderia ser interpretada como uma crise de água, o que não ocorre devido à renovação destes volumes de água estocada proporcionada pelo ciclo hidrológico. O problema é que este potencial de estoque da água está muito mal distribuído no planeta, daí a disputa entre nações, a intensificação do tema em algumas localidades, e a adesão maior ou menor às questões dos recursos hídricos nas pautas de negociações.

As informações até aqui organizadas, ainda que comuns aos profissionais que atuam na área, estão bem distantes do cotidiano das pessoas que se deseja sejam engajadas nas lutas políticas e de campo, locais ou internacionais. Como argumenta Leslei Lipson (1976), o conhecimento é necessário para que haja liberdade, neste caso, o conhecimento é a base para a formação de um grupo coeso que se posicione a favor da demanda da água.

Voltando à narrativa do trajeto da questão dos recursos hídricos, os países da América do Sul podem ser considerados os mais ricos do planeta no tocante ao estoque de água doce, em oposição aos países do norte da África, que seriam os mais pobres.

Considerando a distribuição da demanda pela água no mundo, verifica-se que os países que já atingiram um certo nível de riqueza e desenvolvimento associado a uma maior preocupação acerca do uso racional da água, baseado em alternativas voltadas à otimização e eficiência, tendem a reduzir suas taxas de consumo (REBOUÇAS, 2006).

O Brasil é um país de dimensões continentais que apresenta enormes diferenças tanto em seus ambientes naturais como naqueles resultantes da apropriação humana; conta com áreas significativas dotadas de vegetação exuberante, uma região semiárida; inúmeras cidades de variadas dimensões que abrigam cerca de 75% de sua população; e ainda extensas áreas pouco povoadas onde os modos de vida são ainda primitivos (REBOUÇAS, 2006).

Também conta com uma grande diversidade em termos de clima, com elevados índices pluviométricos proporcionando excedentes hídricos que garantem a alimentação de uma densa e extensa rede hídrica, o que não ocorre apenas no semiárido nordestino.

Como resultado, o Brasil destaca-se no cenário mundial pela grande descarga de água doce dos seus rios, cuja produção hídrica, 177.900 m<sup>3</sup>/s e mais 73.100 m<sup>3</sup>/s da Amazônia internacional, representa 53% da produção de água doce do continente sul-americano (334 mil m<sup>3</sup>/s) e 12% do total mundial (1.488 milhões de m<sup>3</sup>/s) (REBOUÇAS, 2006, p. 27).

Infelizmente, esta grande disponibilidade de água acabou introduzindo uma cultura do desperdício e a falta de investimentos em sistemas adequados ao controle do uso e proteção das águas, que ao invés de ser considerada como um recurso de valor econômico, acaba sendo vista como um bem livre de uso comum. Esta abordagem só pode ser revista com ações extremas no campo da Educação e da Cidadania.

As grandes bacias brasileiras, compostas pelos rios Amazonas, São Francisco e Paraná são responsáveis por 80% do total da produção hídrica do país. Apenas a área da Bacia Amazônica equivale a 57% do território e sua produção hídrica representa 78% do total nacional, entretanto, nesta região a densidade demográfica é muito rarefeita, variando de 2 a 5 hab/km<sup>2</sup>; na região do Rio São Francisco a densidade varia de 5 a 25 hab/km<sup>2</sup> cuja produção hídrica é de 1,7% do total; e na Bacia do Paraná, onde as densidades demográficas variam de 25 a 100 hab/km<sup>2</sup>, a produção hídrica representa 6% do total brasileiro. Assim, estas diferenças regionais podem representar uma situação de escassez de água.

Entretanto, os problemas de abastecimento no Brasil decorrem, fundamentalmente, da combinação do crescimento exagerado das demandas localizadas e da degradação da qualidade das águas, em níveis nunca imaginados. Esse quadro é uma consequência da expansão desordenada dos processos de urbanização e industrialização, verificada a partir da década de 1950 (REBOUÇAS, 2006, p. 28).

Também a produção rural brasileira sempre se baseou na exploração extensiva dos recursos hídricos ao mesmo tempo em que intensificou os processos de desmatamento das bacias, cujos efeitos mais comuns são a erosão do solo, o empobrecimento das pastagens e a diminuição das reservas de água no solo, deixando-o menos produtivo, um dos fatores que impulsionou as migrações do campo para as cidades.

A falta de um controle adequado das formas de uso e ocupação do solo, em geral, acaba por agravar os efeitos tanto das secas como das enchentes. Nas áreas urbanas, com a ocupação de terras ambientalmente fragilizadas pela população que não tem acesso à moradia, esta situação se agrava. Nestes casos, a legislação de proteção ambiental, ao proibir a urbanização destas áreas, muitas vezes acaba por induzir o efeito contrário, pois se não há produção de habitação social equivalente à demanda por moradia que caracteriza os grandes centros urbanos, são estas áreas frágeis, vazias e bem localizadas que acabam sendo ocupadas de forma irregular, sem sistemas de saneamento básico, comprometendo diretamente a qualidade dos mananciais de água disponíveis. Somam-se a estes problemas a falta de tratamento de esgoto, tanto domiciliar como industrial, e de destinação adequada do lixo nas cidades em geral, não apenas nas áreas de ocupação irregular. Aqui se observa a intersecção de outros temas ao da água, ampliando a necessidade da organização das informações para formação do cidadão, no caso, do brasileiro, especialmente do jovem.

No Brasil, nem mesmo na região nordeste, ocorrem casos em que se atinge o nível de “extresse da água”, caracterizado por uma disponibilidade inferior a mil m<sup>3</sup>/hab/ano, assim definido pelas Nações Unidas. No nível local, as bacias hidrográficas pertencentes ao semiárido já apresentam níveis elevados de consumo, o que demanda medidas urgentes de gerenciamento, entretanto

[...] o que mais falta não é a água, mas determinado padrão cultural que assegure a necessidade de combate aos desperdícios e à degradação de sua qualidade, que tenha em conta o seu caráter finito e de grande valor econômico, como novos passos do ajuste competitivo do mercado global (REBOUÇAS, 2006, p. 29).

Procurando respostas a estas questões, ocorreram discussões em nível internacional, como a Conferência das Nações Unidas sobre a água de 1997, que ocorreu em Mar del Plata, Argentina, quando se acordou a todos o direito ao acesso à água potável necessária para a satisfação de suas necessidades essenciais e, entre outras recomendações, sugeriu-se que todos os países formulassem e analisassem uma declaração geral de políticas voltadas ao controle do uso, à ordenação e à conservação da água, que constituiria um marco para o planejamento e execução de medidas a serem aplicadas nos diversos planos setoriais (BRASIL, MMA, 2006).

Em 1992, a Conferência Internacional sobre Água e Desenvolvimento, realizada em Dublin, definiu os seguintes princípios:

- a) a água é um recurso finito e vulnerável, essencial para a manutenção da vida, do desenvolvimento e do meio ambiente;
- b) o desenvolvimento e a administração da água devem estar baseados em uma abordagem participativa, envolvendo os usuários, planejadores e elaboradores de políticas públicas, em todos os níveis;

- c) a mulher desempenha um papel central na administração, na proteção e na provisão da água;
- d) a água tem valor econômico em todos os seus usos e deve ser reconhecida como um bem econômico.

A atual política brasileira de recursos hídricos foi elaborada inspirada nestas prioridades e princípios, assim como nas recomendações constantes na Agenda 21, mais especificamente nos capítulos 17, que trata dos oceanos e mares, áreas costeiras e utilização dos seus recursos vivos e 18, que trata da qualidade e suprimento das fontes de água potável.

A preocupação com as águas é antiga no Direito brasileiro, presente desde as Ordenações Filipinas, que proibiam a poluição das águas, decretadas em 1603 permanecendo quase trezentos anos em vigor. As constituições imperiais já definiam a água como bem jurídico submetido ao direito privado e também como fonte geradora de recursos econômicos, entretanto, a Constituição de 1934 é a primeira a enfrentar claramente a questão, “considerando os aspectos econômicos e de desenvolvimento que nele se incluem”, estabelecendo que é competência da União legislar sobre as águas, e que “lagos e quaisquer correntes em terrenos de seu domínio ou que banhem mais de um Estado, sirvam de limites com outros países ou se estendam a território estrangeiro” (Art. 20) são do domínio da União.

O Art. 118 determina que, entre outras riquezas minerais, quedas d’água “constituem propriedade distinta da do solo para efeito de exploração ou aproveitamento industrial”, e o Art. 119 vincula o direito acima à autorização ou concessão federal. Nesse enfoque, a água, enquanto fonte de energia elétrica, é entendida como elemento essencial para geração de riquezas e desenvolvimento.

As constituições seguintes, de 1946, 1967 e 1969 mantêm entendimento semelhante acerca da propriedade e aproveitamento dos recursos hídricos para geração de energia, com pequenas variações no tocante às competências dos Estados e da União.

A Constituição Federal de 1988 trouxe uma profunda alteração em relação às Constituições anteriores no que tange ao tratamento da água. Utilizando-se de aspectos que eram apenas insinuados, a Carta atual caracterizou a água como um recurso econômico de forma bastante clara e importante. Além disso, os rios foram compreendidos a partir do conceito de bacia hidrográfica e não como um elemento geográfico isolado. Tal situação é fundamental, pois permite a gestão integrada dos recursos hídricos, de forma que se possa assegurar a sua proteção e gestão racional (ANTUNES, 2014, p. 1151).

As águas podem ser de propriedade pública ou privada, e como tal submetidas a regimes jurídicos de Direito Privado ou de Direito Público, e em ambos os casos merecem tutela jurídica especial.

O Código de Águas – Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934 - constitui o principal instrumento da legislação brasileira de proteção dos recursos hídricos. Seu maior objetivo era

regulamentar o uso da água para geração de energia elétrica, incluindo, então, a possibilidade de desapropriação das águas em caso de necessidade pública e, por outro lado, de intervenções governamentais para garantir sua qualidade e salubridade.

Entretanto, o Código de Águas estabelece o uso não oneroso da água, o que hoje em dia considera-se ultrapassado. “Pela legislação atualmente em vigor, salvo em alguns Estados, não há um preço para a água em estado bruto. Isso faz com que o desperdício e descaso com a proteção e qualidade dos recursos hídricos seja, em geral, muito grande” (Antunes, 2014, p. 1153).

Considerando a questão das águas particulares, é importante destacar que o Código de Águas define para estas e também para as águas comuns, o regime de inspeção e autorização, a fim de garantir a saúde, a segurança pública, a qualidade e os direitos de terceiros, deixando claro que a água, independentemente do seu domínio, constitui um bem de interesse público.

A Política Nacional de Recursos Hídricos – PNRH é estabelecida pela Lei 9.433, de 08 de janeiro de 1997, regulamentando a nova concepção relativa à proteção legal do meio ambiente no tocante a estes recursos, já preconizada na Constituição de 1988. Também conhecida como Lei das Águas, foi responsável pela criação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH).

Os fundamentos desta política, definidos no seu artigo 1º, deixam claro que a água não pode ser apropriada de forma privada e sem custos, e que portanto as atividades econômicas dependentes dos recursos hídricos devem estar submetidas ao pagamento pelo seu uso, e permitem observar que tal política altera completamente o entendimento expresso até então de que as questões relativas aos recursos hídricos podem ser resolvidas sem considerar as particularidades de suas localizações geográficas, na medida em que adota as bacias hidrográficas como unidade básica de gestão, cujo sucesso estará vinculado à realização de ações conjuntas envolvendo toda a sociedade.

Seus objetivos, bastante vinculados ao conceito de desenvolvimento sustentável, são definidos no Art. 2:

- I - assegurar à atual e às futuras gerações a necessária disponibilidade de água, em padrões de qualidade adequados aos respectivos usos;
- II - a utilização racional e integrada dos recursos hídricos, incluindo o transporte aquaviário, com vistas ao desenvolvimento sustentável;
- III - a prevenção e a defesa contra eventos hidrológicos críticos de origem natural ou decorrentes do uso inadequado dos recursos naturais.
- IV - incentivar e promover a captação, a preservação e o aproveitamento de águas pluviais.

Para a implementação da PNRH são definidos, no Art. 5, cinco instrumentos: os planos de recursos hídricos; o enquadramento dos corpos d'água em classes, segundo seus usos preponderantes, a outorga de direitos de uso de recursos hídricos; a cobrança pelo seu uso; e o sistema de informação sobre os recursos hídricos.

Os Planos de Recursos Hídricos podem ser criados em nível local, regional e nacional, a fim de assegurar o uso da água em padrões de qualidade compatíveis com o seu uso e diminuir, através de medidas preventivas permanentes, os custos de combate à poluição. Nesse sentido, devem direcionar e fundamentar a implantação da PNRH e a gestão destes recursos, e ser de longo prazo.

A Seção II do PNRH institui o enquadramento das águas em classe segundo seus usos preponderantes, que será regulamentado em legislação ambiental específica. Este enquadramento é importante porque a organização de um sistema administrativo que possa exercer a fiscalização do controle da qualidade das águas demanda a definição das mesmas a partir de uma classificação das águas conforme o uso preponderante, definida em resoluções de nº 357/2005 e 430/2011 do CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente, e fornece subsídios para os processos de gestão, na medida em que a numeração atribuída às classes de água é inversamente proporcional às exigências em termos de qualidade compatível com o seu uso.

A outorga de direito de uso dos recursos hídricos, definida na Seção III da PNRH, representa uma das mais importantes alterações trazidas pela mesma, pois através dela o Estado passa a ter então o controle sobre a captação e o lançamento de resíduos nos corpos d'água. Seus objetivos são assegurar o seu controle qualitativo e quantitativo e o exercício efetivo dos direitos de acesso à água.

A cobrança pelo uso da água, também introduzida pela PNRH, baseia-se em um princípio geral do Direito Ambiental que exige de quem lucra com o uso dos recursos o adequado pagamento dos custos decorrentes desta utilização e, portanto, não deve ser entendida como um tributo, e sim como uma forma de alcançar objetivos específicos, que são (Art. 19):

- I - reconhecer a água como bem econômico e dar ao usuário uma indicação de seu real valor;
- II - incentivar a racionalização do uso da água;
- III - obter recursos financeiros para o financiamento dos programas e intervenções contemplados nos planos de recursos hídricos.

Outro importante instrumento pela PNRH é o Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos, que coleta, trata, armazena e recupera informações sobre recursos hídricos e fatores intervenientes em sua gestão (Art. 25). Tem como princípios promover a descentralização da



obtenção e produção de dados e informações, a coordenação unificada do sistema e o acesso aos dados e informações garantido à toda a sociedade (Art. 26); e como objetivos reunir, dar consistência e divulgar os dados e informações sobre a situação qualitativa e quantitativa dos recursos hídricos no Brasil, atualizar permanentemente as informações sobre disponibilidade e demanda de recursos hídricos em todo o território nacional e fornecer subsídios para a elaboração dos Planos de Recursos Hídricos (Art. 27).

A PNRH estabelece três níveis para a administração dos recursos hídricos: o Conselho Nacional dos Recursos Hídricos; os Comitês de Bacias Hidrográficas; e as Agências de Água. Institui também, como já foi colocado, o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SNGRH).

O SNGRH é integrado pelo Conselho Nacional dos Recursos Hídricos, pelo Conselho de Recursos Hídricos dos Estados e do Distrito Federal, pelos Comitês de Bacias Hidrográficas e por órgãos do poder público das esferas federal, estaduais e municipais cuja atuação se relacione com a gestão destes recursos; e tem os seguintes objetivos (Art. 32):

- I - coordenar a gestão integrada das águas;
- II - arbitrar administrativamente os conflitos relacionados com os recursos hídricos;
- III - implementar a Política Nacional de Recursos Hídricos;
- IV - planejar, regular e controlar o uso, a preservação e a recuperação dos recursos hídricos;
- V - promover a cobrança pelo uso de recursos hídricos.

O Conselho Nacional de Recursos representa a instância deliberativa máxima. As competências a ele atribuídas pela Lei das Águas, principalmente a que se refere ao seu caráter normativo e deliberativo, oferecem as condições necessárias para desempenhar importante papel no estabelecimento de diretrizes complementares para a implementação da Política e dos instrumentos de gestão nela previstos.

As Agências de Água, também criadas pela PNRH, devem desempenhar as atividades técnicas necessárias à aplicação das deliberações dos Comitês de Bacia Hidrográfica, podendo prestar serviços a mais de um comitê, que são os responsáveis pela sua instituição. A ANA – Agência Nacional de Águas – foi criada pela Lei Federal nº 9.984, de 17 de julho de 2000, e é responsável pela execução das

decisões políticas capazes de definir usos adequados para os recursos hídricos brasileiros, atendendo às diferentes necessidades de forma equilibrada e contemplando todos os usos e velando para que uns não se sobreponham aos outros, assegurando o equilíbrio entre as diferentes demandas dos diferentes usuários (ANTUNES, 2014, p. 1182).

Apesar de ter competências executivas relativas à implementação da PNRH, a ANA é organizada como uma autarquia de regime especial, com autonomia administrativa e financeira

vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, integrando assim o SNGRH e, portanto, devendo observar os fundamentos, objetivos e instrumentos da PNRH.

Voltando à PNRH, finalmente é importante destacar o Capítulo VI, que trata das organizações civis de recursos hídricos, quais sejam (Art. 47): os consórcios e associações intermunicipais de bacias hidrográficas; as associações regionais, locais ou setoriais de usuários de recursos hídricos; as organizações técnicas e de ensino e pesquisa com interesse na área de recursos hídricos; as organizações não-governamentais com objetivos de defesa de interesses difusos e coletivos da sociedade; e as outras organizações reconhecidas pelo Conselho Nacional ou pelos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos, que devem ser legalmente constituídas.

Trata-se de um importante passo no sentido de viabilizar um processo participativo de gestão, entretanto nota-se que a PNRH não discute ou abre possibilidades mais diretas no sentido de permitir ou incentivar a participação dos jovens na sua implementação.

O Plano Nacional de Recursos Hídricos é um dos principais instrumentos destinados a implementar a Política Nacional de Recursos Hídricos definida pela Lei nº 9.433/1997. Quase dez anos após a aprovação desta lei, fruto de trabalhos multidisciplinares intensos envolvendo equipes técnicas e de consultoria, além de representantes do Conselho Nacional de Recursos Hídricos e das principais regiões de bacia brasileiras, em 2006, é editada sua primeira versão, resultando em quatro volumes impressos organizados da seguinte maneira: o primeiro apresenta um panorama geral da situação dos recursos hídricos no Brasil, no segundo são apresentados os cenários futuros propostos para o horizonte de 2020, o terceiro apresenta as diretrizes e o quarto os programas nacionais e as metas.

A metodologia empregada em sua elaboração teve como principais desafios abordar as seguintes questões:

I) como estabelecer um processo que ampliasse a consulta à sociedade brasileira (para além das instâncias do CNRH), considerando as instâncias do SINGREH, bem como os distintos “níveis de amadurecimento” da gestão dos recursos hídricos nas Regiões Hidrográficas brasileiras, mantendo uma dinâmica executiva; II) como estabelecer um ambiente de negociação que buscasse a construção de pactos em relação às ações com reflexos sobre os recursos hídricos? (BRASIL, MMA, 2006, p. 37).

O processo participativo que caracterizou todo o desenvolvimento do plano envolveu a organização de instâncias regionais e nacionais, a realização de vários eventos e também uma significativa produção de documentos técnicos. Por outro lado, não se observam, no histórico de elaboração do plano, esforços no sentido de buscar ou incentivar a participação da população jovem neste processo, tampouco na implementação do SINGREH. Nada além de uma discreta

menção ao papel da educação e da formação como um dos desafios da consolidação de um processo de gestão participativo.

Ainda que não faça referência direta aos jovens, merece destaque, neste documento, o Capítulo 9, que trata dos aspectos socioculturais do uso da água e as comunidades tradicionais. Verifica-se com isso, um passo significativo rumo à inclusão de segmentos minoritários, que valoriza os modos e aspectos simbólicos que caracterizam a relação destas comunidades com a água, utilizando-os também como subsídios para definição das políticas públicas ambientais.

Em 2011, foi publicado um novo documento relativo ao Plano Nacional de Recursos Hídricos, onde realizou-se um balanço das ações desenvolvidas entre 2006 e 2010 e são definidas as prioridades para o período subsequente, de 2012 a 2015. Tecnicamente muito bem estruturado, com base nas instâncias de participação definidas pelo SNGREH, apresenta tais prioridades organizadas a partir da definição de objetivos, contexto, executores, parceiras e interlocutores, e indicadores de monitoramento e avaliação. No capítulo II, o documento introduz a utilização de tecnologia social para a gestão de recursos hídricos, em sua prioridade de número 13, entretanto permanece omissa em relação à participação dos jovens neste processo.

O documento mais recente associado à PNRH foi publicado, em 2016, pela ANA, que contém uma cartilha com o Planejamento Estratégico da agência para o período, entre 2016 e 2019, e que apresenta um bem elaborado balanço da implementação desta política.

A partir de uma avaliação crítica do processo, o documento elenca desafios importantes, entre os quais se incluem aqueles destinados ao fortalecimento dos mecanismos participativos e de gestão compartilhada. Entretanto, a população jovem ainda não é mencionada nestes desafios. Neste contexto, seria ingênuo esperar que os jovens brasileiros estejam envolvidos e participantes na gestão dos recursos hídricos.

### **Experiências participativas na gestão dos recursos hídricos e suas relações com a juventude**

Para investigar o envolvimento dos jovens na gestão dos recursos hídricos buscaram-se experiências que os colocassem como atores do processo. O trabalho de KUHLEN e BECKER (2010) tem como base a psicologia ambiental e investiga os modos como a água de abastecimento urbano é representada pelos seus usuários, utilizando como variável a idade dos mesmos. A pesquisa contou com a participação de 295 pessoas moradoras de cinco cidades do estado de Santa Catarina e três do estado de São Paulo.

Foi organizado um questionário com 47 perguntas (abertas e fechadas) cujos resultados buscaram identificar os temas presentes, os núcleos dos discursos e suas principais características, o que permitiu definir o campo semântico da pesquisa. As respostas foram agrupadas por semelhança de conteúdo e grupos de características. Finalmente, os dados extraídos das respostas receberam tratamento estatístico. Observa-se “da amostra geral, 27,5% dos entrevistados tem menos de 25 anos; 35,6% estão na faixa de 26 a 45 anos e 36,9% da amostra têm mais de 45 anos” (KUHNNEN & BECKER, 2010, p. 163).

Os resultados da pesquisa mostraram que a água, enquanto recurso, é reconhecida, pelos participantes de todas as faixas etárias, como um tema essencial para o presente e o futuro, estando associada à sobrevivência humana e à qualidade de vida. Quando relacionada às atividades cotidianas, a água é reconhecida por sua participação de tarefas como as de limpeza, entre outras.

Quando questionados acerca das causas da situação atual e das consequências percebidas em relação à crise hídrica, os jovens atribuíram a responsabilidade pelos problemas associados à água mais às pessoas do que às instituições, o mesmo acontecendo em relação às causas da poluição e contaminação dos recursos hídricos. Analisando estes resultados, as autoras colocam que esta separação nas formas de percepção das questões entre os grupos etários pode estar associada ao novo modelo de construção das políticas públicas em implementação no Brasil.

Ou seja, o modelo de gerenciamento dos recursos hídricos passou por mudanças que partem de um modelo de serviço público estatal centralizado, em que o governo responde por tudo, para um modelo descentralizado que valoriza a gestão participativa. Sendo assim, parece que os jovens vêm assimilando tal forma de gestão incluindo e responsabilizando a população na gestão dos recursos, demonstrando uma possibilidade de então vislumbrar-se a consolidação de novas percepções, atitudes e comportamentos em relação às questões ambientais (KUHNNEN & BECKER, 2010, p. 164).

Ao identificar as ações responsáveis pela poluição das águas, a maioria dos entrevistados citou a falta de cuidado com os rios, indicada em 79% das respostas dos jovens; e em segundo lugar foi identificado o descuido com a limpeza das caixas d'água, citada em apenas 2,5% das respostas dos jovens. Evidencia-se aí a preocupação da juventude com os recursos naturais, no caso o rio, e também que “as ações poluentes estão localizadas em uma dimensão global, se referem mais à sociedade (esfera pública) que ao indivíduo (esfera privada)” (Kuhnen & Becker, 2010, p. 164).

Com relação à percepção da disponibilidade da água no futuro, todos os entrevistados mostraram-se igualmente pessimistas em relação aos recursos e os jovens mostraram-se mais pessimistas em relação ao comportamento das pessoas.

Já no tocante à percepção de mudanças em relação à água, a maioria dos jovens (44,4%) admitiu que passou a economizar a água, resposta imediatamente seguida pelos que não alteraram seu comportamento (39,5%).

Tais resultados permitem inferir que há uma maior conscientização dos jovens acerca dos problemas ambientais e, portanto, talvez estejam mais dispostos a contribuir para a preservação da água através de uma mudança de comportamento. As autoras enfatizam que os jovens, por terem herdado problemas ambientais que não criaram, reagem às políticas econômicas que priorizam os lucros em detrimento da natureza e da vida e aos processos decisórios não participativos.

No Brasil, já existem organizações juvenis como a Rede da Juventude pelo Meio Ambiente e Sustentabilidade - REJUMA, com seus Coletivos Jovens de Meio Ambiente existentes em todos os estados do Brasil, também há os movimentos estudantis, cada vez mais engajados nos debates sobre os problemas socioambientais. Em parceria com o Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental, muitos jovens atuaram no processo da I, II e III Conferências Infante-Juvenil pelo Meio Ambiente. Envolver-se em movimentos dessa natureza indica uma possibilidade de atuação social para as novas gerações. Ideologizados ou não reservam para si (como jovens de outras gerações) a tarefa de mudar a realidade, embora os dados desta pesquisa demonstrem desesperança ao avaliarem o comportamento humano (KUHLEN & BECKER, 2010, p. 166).

O Grupo de Estudos e Práticas do Uso Racional da Água - GEPURA foi criado a partir da demanda de um Plano Diretor Socioambiental Participativo do Campus “Luiz de Queiroz” da USP - Piracicaba. Neste plano diretor, o GEPURA foi inserido como Grupo de Trabalho da água (GT ÁGUA). Os estudantes envolvidos desenvolvem trabalhos relacionados à gestão de recursos hídricos que é o estudo e o manejo de bacias hidrográficas e o uso racional da água. Realiza o monitoramento da qualidade da água através da análise de parâmetros físico-químicos a cada dois meses do Ribeirão Piracicamirim e das Nascentes do campus “Luiz de Queiroz”. E também protagoniza um projeto no assentamento Milton Santos, localizado em Americana – SP, onde realiza análise dos projetos do monitoramento hidrológico do assentamento rural e da qualidade da água de um sistema de captação de água pluvial.

Os objetivos principais do projeto realizado no assentamento são:

- 1) Monitorar a qualidade da água da bacia do Assentamento Milton Santos;
- (2) identificar as possíveis alterações na qualidade da água de acordo com as modificações do ambiente no entorno;
- (3) Acompanhar a evolução e as tendências, em curto e médio prazo, da qualidade das águas da bacia do assentamento;

(4) Entender como ocorre a variação da qualidade da água ao longo do ano hídrico e a interferência do ambiente de entorno nesta variação;

(5) Realizar oficinas de monitoramento hidrológico a fim de divulgar os dados obtidos de forma a interagir e contribuir com os moradores do assentamento;

O assentamento Milton Santos existe desde 2005. Foi criado partindo do princípio de que se uma terra não produz e não cumpre a sua função social ela deve ser destinada à reforma agrária. A princípio, o acampamento era situado em uma granja falida, mas o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA levou as pessoas desse assentamento para a atual localização, já que a nova área tinha se tornado pública após a família que detinha a posse se envolver em dívidas trabalhistas e perder a terra. Atualmente, 68 famílias habitam o local.

A partir disso, fez-se necessário usar os dados coletados através do diagnóstico da água na microbacia para informar a população local, visando difusão de conhecimento, integração nas ações de campo com atividades de sensibilização e o interesse de novas pessoas pela temática da água. Os atores envolvidos diretamente nesse projeto são os alunos universitários e os professores responsáveis do Grupo de Estudos e Práticas do Uso Racional da Água - GEPURA e os moradores do Assentamento Milton Santos.

O estudante de Gestão Ambiental Thiago Paes participou do projeto, em 2015, com duração de 1 ano. O monitoramento aconteceu no córrego Ribeirão Jacutinga e nos poços artesanais. O interesse pelo tema surgiu por parte dos moradores do assentamento, pois estes suspeitavam que a qualidade da água do local não estava boa e então entraram em contato com a ESALQ. Foi uma experiência muito boa para o GEPURA, já que o grupo sempre foi voltado para a área de pesquisa e esse foi o primeiro projeto na área de extensão. Com isso, os estudantes puderam desenvolver ideias para novos projetos com esse caráter e também outros que envolvessem a educação ambiental. Eles consideram que esse trabalho abriu fronteiras para o grupo. O estudante Thiago contou que foi muito bem acolhido no assentamento entre os moradores e também relatou a importância de realizar na prática o que é aprendido em sala de aula. Pelas análises feitas, o grupo constatou que a qualidade da água do assentamento estava dentro das normalidades.

Estas duas experiências ilustram um significativo envolvimento do jovem com a questão da qualidade e preservação das águas. Trata-se de um potencial que deve ser explorado na implementação de processos participativos de gestão dos recursos hídricos. Buscando uma complementação, vale à pena citar outras duas experiências que, mesmo não diretamente vinculadas à juventude, apontam caminhos que podem ser úteis aos objetivos deste capítulo.

Catalão e Ibañez (2014) relatam uma experiência que envolveu estudantes, professores e pesquisadores da Universidade de Brasília, em conjunto com organizações parceiras voltadas à divulgação de conhecimento e promoção de mudanças de hábitos e atitudes com base numa ecopedagogia da água através da qual são privilegiados seus aspectos culturais e simbólicos, que intitularam de ‘água como matriz ecopedagógica’ (AME).

A água é por excelência o elemento da transversalidade pela sua ação comunicativa nas interações celulares e sua presença nos processos circulatórios dos seres vivos e do próprio planeta Terra. Ao adotar uma ecopedagogia da água buscamos a emergência de um conhecimento integrado por meio de movimentos transversais que resultam em redes de saberes comunicantes (CATALÃO & IBÁÑEZ, 2014, p. 65).

Inspiradas nos movimentos das águas, conseguiram perceber como as informações que a água transmite são dependentes de suas ondas e curvas sinuosas, o que também se observa nos processos circulatórios de todos os seres vivos. As autoras relatam que durante as atividades do AME vivenciaram experiências que demonstraram que é possível promover uma educação integral vinculada à dimensão espiritual.

Os caminhos são múltiplos e o elemento água em sua plasticidade, sensibilidade e abertura nos revelou o quanto somos únicos, diferentes e parentes de tudo que pulsa no ritmo organizador e transformador da vida planetária. [...] a percepção da unidade fundamental do universo articula-se com a percepção da diversidade da vida que clama por solidariedade entre todas comunidades de vida, onde se entrelaçam os seres humanos e todos entes planetários (CATALÃO & IBÁÑEZ, 2014, pp. 69-70).

A experiência evidenciou que a mudança dos padrões de consumo depende da mudança de valores, o que só se alcança através de processos educativos capazes de alterar a consciência humana.

Outra experiência relacionada à educação ambiental, relatada por Friedrich (2014), ocorreu no estado do Paraná, mais especificamente na Bacia do Paraná 3 (BP3), que engloba o território de 29 municípios e onde moram mais de um milhão de pessoas. Trata-se de uma educação voltada à transformação, que busca identificar novos modos de ser, sentir, viver, produzir e consumir partindo do entendimento de que, para os seres vivos, a água é sagrada.

Conhecido como Programa Cultivando Água Boa (CAB) a iniciativa conta com a participação de vários parceiros. Os responsáveis procuraram construir uma rede permanente de aprendizado baseada na Ética do Cuidado para com a vida em todas as suas dimensões, promovendo a cidadania tanto individual quanto coletiva, envolvendo atividades que contaram com a participação de pessoas de várias origens, segmentos sociais e instituições.

A ênfase das ações está na educação transformadora formal e não formal, na recuperação de passivos ambientais, no associativismo, na constituição de novos arranjos produtivos locais sustentáveis e na inclusão social e produtiva de setores mais fragilizados econômica e socialmente (produtores rurais, produtores de orgânicos, pessoas envolvidas no cultivo de plantas medicinais, piscicultores,

indígenas, agentes ambientais (catadores), quilombolas, jovens). Com todos há um mote condutor: a busca de um novo jeito de ser/sentir/viver/produzir e consumir. (FRIEDRICH, 2014, p. 148).

O trabalho parte da metodologia proposta por Paulo Freire, que foi adaptada ao programa, e é realizado com base em diálogo de ideias, comunhão de sonhos, responsabilidade compartilhada, metas e compromissos comuns. Inicia, em cada microbacia, com atividades destinadas à sensibilização acerca da questão da água, das alterações climáticas, das novas enfermidades e dos danos decorrentes da contaminação e da poluição e dos desafios locais e globais.

Após a reflexão, de forma cooperativa, participativa e solidária, são propostas novas atitudes, comportamentos e práticas ambientalmente corretas. A seguir acontecem as Oficinas do Futuro, onde os atores são os representantes das comunidades das microbacias, que trazem as inquietudes, críticas e lamentos dos homens, mulheres, idosos, jovens e crianças da comunidade, mas também trabalham com seus sonhos e esperanças, produzindo um plano de ação na forma de um compromisso pactuado por todos.

O trabalho das oficinas é dividido em três etapas. Na primeira – o Muro das Lamentações e a Árvore da Esperança, “a comunidade identifica e lamenta suas condutas causadoras dos danos ao meio ambiente, reconhece e lista os problemas que precisam ser resolvidos, traduzindo também em aspirações de hoje e de amanhã (sonhos)” (FRIEDRICH, 2014, p. 149).

Na segunda etapa – O Caminho adiante, são definidas as ações necessárias à correção dos problemas identificados com o compromisso de se assumir novas condutas baseadas na ética do cuidado e na convivência solidária entre as pessoas e todos os outros seres vivos.

Na etapa final – o Pacto das Águas, celebra-se o cuidado com as águas, num ambiente de compromisso destinado a “comover e mover corações e mentes, de democracia direta, de vitalidade comunitária, de harmonização de conflitos, de corresponsabilidade compartilhada e de celebração” (FRIEDRICH, 2014, p. 150). É quando acontece a assinatura simbólica da Carta do Pacto das Águas. Este pacto

permeia as dimensões: ambiental - ética da sustentabilidade, do cuidado; social - de justiça distributiva, equidade/justiça social; econômica - comércio justo e consumo sustentável/cooperativismo e economia solidária; cultural - identidade e diversidade/gênero/ comunidade de vida e espiritual (FRIEDRICH, 2014, p. 150).

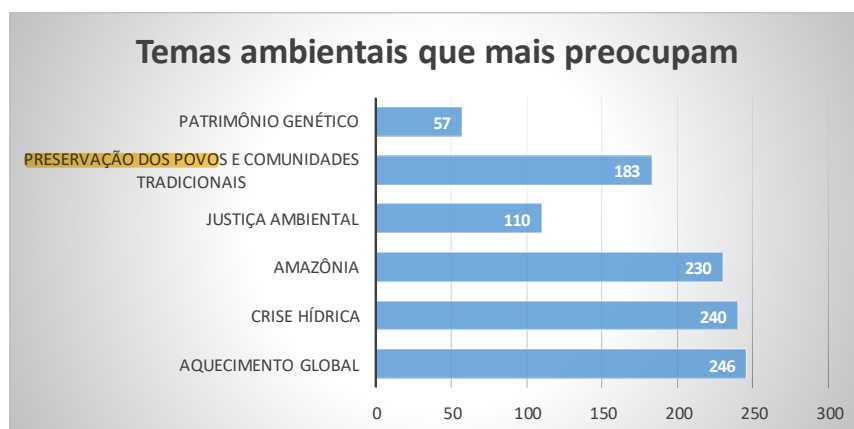
Evidencia-se assim, como processos educativos construídos a partir dos valores simbólicos associados à água e que dialoguem com as comunidades podem ter o potencial de induzir mudanças transformadoras em seus ambientes. Experiências desta natureza deveriam ser inseridas nas políticas voltadas à juventude e meio ambiente.



## Resultados e análise da pesquisa

Em pesquisa respondida por 346 jovens (*on-line*), entre 15 e 29 anos de idade, incluíram-se, entre outras, algumas questões mais relacionadas à problemática dos recursos hídricos. Em uma delas, solicitou-se que os jovens assinalassem nas alternativas consideradas quais os temas ambientais que mais os preocupavam, sendo possível escolher mais de uma opção. Os resultados obtidos, ilustrados no Gráfico 1, indicam a crise hídrica, assinalada 240 vezes, como a segunda preocupação dos jovens, e o aquecimento global em primeiro lugar, indicado em 246 vezes.

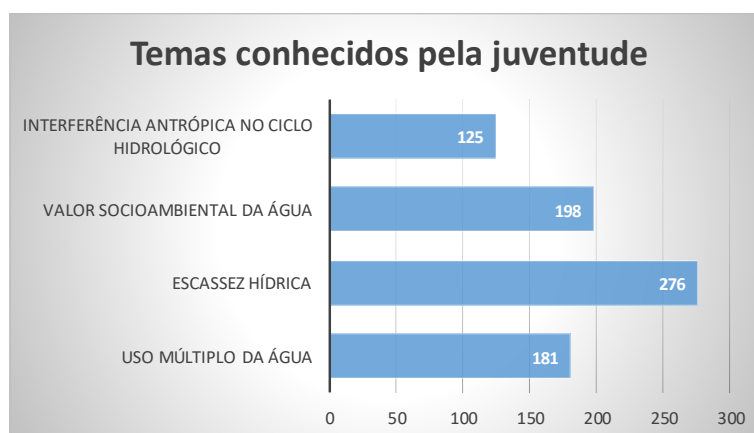
Gráfico 1



Fonte: Elaborado pelo autor, 2017.

A crise hídrica, assim como o aquecimento global, são temas muito comentados nas mídias sociais e na vivência dos jovens em relação à saúde, que se manifestam em problemas decorrentes da baixa umidade do ar, da má qualidade da água, entre outros.

Gráfico 2



Fonte. Elaborado pelo autor, 2017.

Em uma segunda questão mais diretamente relacionada aos recursos hídricos, foi solicitado que os jovens indicassem os temas ambientais conhecidos por eles, entre os quais foram incluídos: a interferência antrópica no ciclo hidrológico; o valor socioambiental da água; a escassez hídrica e o uso múltiplo da água. Como pode ser observado no Gráfico 2, as respostas obtidas mostraram que o tema mais conhecido, aparecendo em 276 indicações, foi a escassez hídrica, seguida pelo valor socioambiental da água e o uso múltiplo da água, apontados, respectivamente com 198 e 181 indicações, e como menos conhecido a interferência antrópica no ciclo hidrológico, indicada 125 vezes.

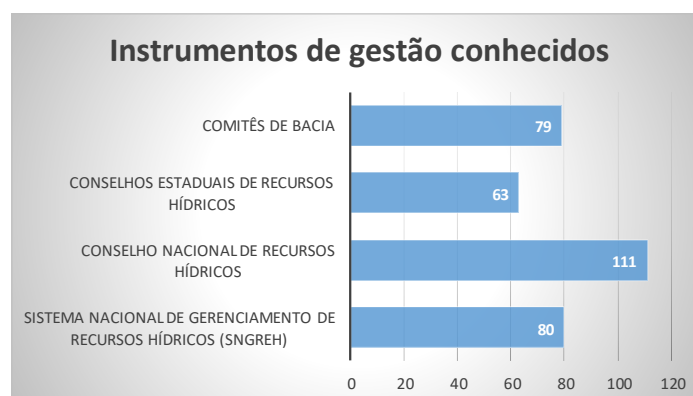
A análise das respostas ilustradas no Gráfico 3 permite inferir que a questão de reconhecimento sobre a temática de escassez de recursos hídricos, justiça ambiental e uso múltiplo d'água está no cotidiano dos jovens, que na maioria de seus domicílios, vivenciam a falta d'água e a intermitência no fornecimento de energia elétrica, bem como o emprego de “bandeiras” em relação às tarifas elétricas, que oneram o bolso dos consumidores.

Acresce que ao lado da política tarifária praticada, constata-se uma sobrecarga onerosa para a população de mais baixa renda, que tem seu orçamento afetado com mais intensidade que os estratos de renda mais altos.

Cabe observar ainda que se na pesquisa, a palavra “antrópica” tivesse sido substituída pela expressão “do homem”, a alternativa ‘interferência antrópica no ciclo hidrológico’ talvez tivesse aparecido em um número mais elevado de respostas.

Com o objetivo de identificar mais diretamente o envolvimento dos jovens com a gestão dos recursos hídricos, uma das questões da pesquisa incluiu entre as alternativas disponíveis nas respostas, quatro instrumentos definidos pela PNRH: o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos; o Conselho Nacional dos Recursos Hídricos (SNGREH) e os Comitês de Bacia.

**Gráfico 3**

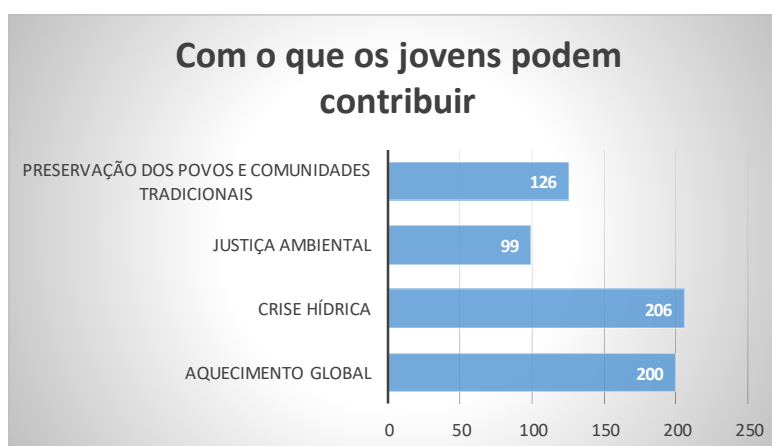


Fonte: Elaborado para o autor, 2017.

Com relação a esses instrumentos, o número de respostas positivas obtidas foi bem mais reduzido se comparado às temáticas ambientais que mais preocupam os jovens, como ilustra o Gráfico 3. Entre os instrumentos, o mais citado foi o Conselho Nacional de Recursos Hídricos, assinalado em 111 das 346 respostas, seguido pelo SNGREH e pelos Comitês de Bacia, que foram registrados, respectivamente, em 80 e 79 respostas. O instrumento menos reconhecido pelos jovens foram os Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos, indicados em 63 das respostas.

Verifica-se assim que, embora sensibilizados acerca dos problemas associados aos recursos hídricos, os jovens conhecem pouco as formas de gestão e participação disponibilizadas pela PNRH para que, efetivamente, possam atuar no sentido de minimizá-los.

**Gráfico 4**



Fonte: Elaborado pelo autor, 2017.

A pesquisa também procurou conhecer com quais questões ambientais os jovens consideram que podem contribuir, indicando, entre as possibilidades de respostas: a crise hídrica, a preservação dos povos e comunidades tradicionais, a justiça ambiental e o aquecimento global. Como ilustra o gráfico 4, no tocante às possibilidades de contribuição, a crise hídrica aparece em maior número de respostas (206 delas) em relação ao aquecimento global, que vem logo em seguida, apontado por 200 jovens.

Infer-se, assim, que os jovens consideram que as causas dos problemas relacionados à crise hídrica estão mais próximas dos seus hábitos cotidianos, e que, portanto, suas atitudes podem fazer diferença para o seu controle.

Em síntese, os resultados organizados nos gráficos apresentados permitem concluir que os jovens estão sensibilizados com os problemas ambientais, especialmente no tocante aos recursos hídricos e, embora não conheçam muito os instrumentos participativos criados pela PNRH, estão dispostos a se mobilizar para alterar o cenário futuro em relação à água.

### **Algumas recomendações**

Antes de traçar algumas considerações com vistas às possibilidades de impulsionar a participação dos jovens na gestão dos recursos hídricos, deve-se destacar que é consenso, entre vários dos autores consultados, o reconhecimento do grande avanço observado neste processo, decorrente da aprovação da Lei de Águas e da subsequente elaboração do Plano Nacional de Recursos Hídricos, marcado pelo processo participativo, envolvendo diretamente os usuários da água e incluindo grupos minoritários, como as comunidades indígenas; ainda que o peso dos representantes dos setores técnicos seja maior e se observe algumas fragilidades no sistema. Assim, as demandas da sociedade civil passaram a ser estratégicas na implementação desta política.

Neste processo, a educação ambiental assume um papel essencial para o desencadeamento de uma transformação cultural que fortaleça a governança democrática da água.

A cidadania ambiental requer para sua efetivação, prioritariamente, educação e espaços efetivos de participação. A ampliação e consolidação dos espaços públicos de participação permite que os diversos interesses sejam representados nos âmbitos de decisão. Esse processo aprimora-se, em janeiro de 2006, com o Plano Nacional de Recursos Hídricos, edificado a partir de uma ampla mobilização da sociedade civil sob a coordenação da Agência Nacional da Água. Num contexto dialógico, ampliou-se a dimensão social da governança da água com diferentes atores, inclusive representantes de povos indígenas, comunidades tradicionais, ONGs e movimentos sociais, e é dentre essas razões que o PNRH pode ser considerado um movimento instituinte, que produziu complementos e inovações que qualificaram e atualizaram o anteriormente instituído pela Lei de Águas [...].

Dessa forma, a educação deve abarcar aspectos éticos e políticos, bem como, aspectos socioculturais que possibilitem a compreensão, por parte da sociedade, dos espaços territoriais na dinâmica ambiental, ou seja, o reconhecimento do sentido de pertencimento as territorialidades hídricas, de forma que a bacia hidrográfica e a água influenciem, enquanto elemento biofísico o conjunto de decisões que serão tomadas (WOLKMER & PIMMEL, 2013, p. 179 e 182).

Entende-se que a governança da água deve ser fortalecida por meio da implantação de práticas participativas e da presença constante de transparência em todos os momentos do processo de tomada de decisão (EMPINOTTI, JACOBI, & FRACALANZA, 2016). Neste contexto, destaca-se a importância de construir e fortalecer espaços de participação, especialmente com a contribuição da população jovem, que se mostra cada vez mais disposta a atuar para a transformação do seu futuro.

De forma complementar, seria importante agregar ao sistema atual uma abordagem que incorpore a dimensão sociocultural e mesmo simbólica da água, que leve a mudanças de valores, por parte das pessoas e das instituições, a partir da simples constatação de que qualidade de vida e destruição da natureza não podem coexistir.

Um banho não se resume apenas à eliminação das impurezas do corpo. Mais do que isso, o banho remove ritualmente a sujeira, a ‘poluição social’ que a todos contamina, de que resulta uma profunda sensação de pureza e bem estar. [...] Certas imersões na água, por exemplo, estão cheias de significado religioso, como é o caso do batismo. [...] Veja-se, ainda, a frequência com que se empregam certas expressões, tais como ‘beber deste conhecimento’, ‘poço de sabedoria’, ‘lavar a alma’, ‘foi a gota d’água’, ‘no fundo do poço’, ‘desta água não beberei’, entre tantas outras (QUEIROZ, 2006, p. 720).

Esta dimensão simbólica, que é acolhida no imaginário das pessoas, que associam a água com a pureza, a fertilidade e a regeneração, em oposição ao significado sombrio que atribuem à água escura e poluída, deve ser evidenciada e explorada como forma de sensibilizar a juventude.

Franklin de Paula Santos (2014) associa o entendimento da bacia hidrográfica numa dimensão mais ampla e cooperativa, apropriando-se dos valores das comunidades como instrumentos para se alcançar a gestão democrática dos recursos hídricos. Segundo o autor, a bacia hidrográfica é um território com limites geográficos definidos, porém, caracterizado por imensa diversidade em termos de perspectivas, valores, desejos e projetos das comunidades ali inseridas. Assim, a criação de um sistema de governança adequado a esta realidade demanda o entendimento de uma dimensão pública e participativa.

A fim de construir um caminho fundamentado num processo de cooperação, apoiado em documentos globais como a Agenda 21, a Carta da Terra e a Declaração dos Princípios da Cooperação Cultural Internacional, o autor sugere a adoção das seguintes ações com potencial pedagógico e poder transformador: a prática da interculturalidade; o exercício permanente de coexistência, seja ela conflitual ou pacífica; a busca da unidade, ainda que na diversidade; e, citando Leonardo Boff, a “coesão mínima e a convergência necessária”.

Convidar os jovens, no contexto das diversas realidades socioculturais em que estão inseridos, a participarem de experiências como as do Movimento Artistas pela Natureza, envolvendo a arte e a cultura em todas as suas formas de manifestação, entre quais resultaram as instalações e obras escultóricas montadas durante o Encontro das Águas II, em 2013 no Museu Nacional de Brasília (Fonteles, 2014), pode ser uma maneira didática e ao mesmo tempo lúdica de sensibiliza-los para o reconhecimento do valor da água para a vida.

Finalmente, é preciso destacar que apresentar aos jovens modos alternativos de lidar com o meio ambiente, envolvendo a água, pode levar a resultados bastante positivos, como os relatados por Peneiredo (2014). Inspirada na experiência do agricultor e pesquisador suíço Ernst Götsch em sua fazenda localizada no sul da Bahia, onde a implantação de um sistema agroflorestal foi capaz de aumentar a quantidade de cursos d’água ali existentes, a autora iniciou experiências no Cerrado brasileiro, que envolveram a recuperação de matas ciliares

através da implantação de espécies nativas, de diferentes ciclos de vida, formando uma floresta de alimentos; inserção de valas de infiltração para retenção de água nos terrenos mais acidentados, e também de bacias de infiltração para recolher a água que escoava das estradas, evitando as enxurradas e a conseqüente erosão dos solos. Iniciativas pequenas que permitiram a formação de uma massa vegetal capaz de gerar e manter a vida, além de aumentar os níveis de vapor d'água emitidos que se transformarão na água líquida vital a todos os ecossistemas.

### **Considerações finais**

Apesar de ter sido elaborada mediante a estruturação de um processo participativo, que envolveu desde as instâncias governamentais, técnicos especialistas das diversas temáticas associadas à questão das águas, representantes da sociedade civil organizada, até chegar nos seus usuários, incluindo setores minoritários, tais como as comunidades indígenas, a juventude nunca foi considerada como um segmento representativo nesse processo. Sendo assim, não foi possível identificar, nem mesmo dentro das estruturas dos comitês estaduais de bacias hidrográficas, espaços de participação ou a presença de entidades organizadas por jovens.

Entre os 346 jovens que responderam à pesquisa realizada durante a preparação deste trabalho, menos da metade afirmou ter conhecimento sobre ao menos algum dos instrumentos de participação supracitados, sendo o Conselho Nacional de Recursos Hídricos o mais mencionado, em 111 das respostas, o que permite inferir que os jovens não estão participando do processo de gestão dos recursos hídricos.

A crise hídrica pode ser considerada uma grande preocupação dos jovens, sendo o segundo problema mais citado, logo atrás do aquecimento global, nas respostas à pesquisa realizada. Tal fato possivelmente está associado ao próprio cotidiano dos jovens, que vivenciam os racionamentos nos serviços de abastecimento e os aumentos nas tarifas, além da crise hídrica estar sempre presente na mídia, especialmente nas redes sociais.

Quanto aos mecanismos de participação social na gestão dos recursos hídricos, pode-se afirmar que a maioria dos jovens os desconhecem, na medida em que, quando indagados diretamente acerca dos instrumentos disponibilizados pela PNRH, menos da metade entre os jovens que responderam à pesquisa admitiram conhecê-lo.

Assim, deve-se, antes de mais nada, aumentar a representatividade dos jovens nos os mecanismos de participação disponíveis; informar aos jovens sobre a existência dos mesmos; e finalmente promover eventos e encontros que divulguem e sensibilizem os jovens sobre a importância do seu envolvimento neste processo.

## Referências

- ANA. **Planejamento estratégico 2016-2019**: cartilha de orientações gerais. Agência Nacional de Águas, Brasília, 2016.
- ANTUNES, P. D.. **Direito Ambiental** (16a. ed.). São Paulo: Atlas, 2014.
- BRASIL, MMA. **Plano Nacional de Recursos Hídricos**. Águas para o futuro: cenários para 2020: Volume 2. Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Recursos Hídricos, Brasília, 2006.
- \_\_\_\_\_. **Plano Nacional de Recursos Hídricos**. Panorama e estado dos recursos hídricos do Brasil: Volume 1. Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Recursos Hídricos, Brasília, 2006.
- CATALÃO, V. M., & Ibañez, M. d. Água, formação humana e sentimento de mundo: aspectos formativos. In S. Ribeiro, V. Catalão, & B. Fonteles. **Água e cooperação**: reflexões, experiências e alianças em favor da vida (pp. 65-76). Brasília: Ararazul, Organização para a Paz Mundial, 2014.
- Coletivo 7 Saberes. A água e os jogos cooperativos - uma experiência no dia mundial da água. In S. Ribeiro, V. Catalão, & B. Fonteles, **Água e cooperação**: reflexões, experiências e alianças em favor da vida (pp. 177-188). Brasília: Ararazul, Organização para a Paz Mundial, 2014.
- EMPONITTI, V. L., Jacobi, P. R., & Fracalanza, A. P. Transparência e a governança. **Estudos Avançados**, 30(88), 63-75. 2016.
- FONTELES, B. Encontro das Águas II - uma escultura coletiva com águas brasileiras. In S. Ribeiro, V. Catalão, & B. Fonteles, **Água e cooperação** : reflexões, experiências e alianças em favor da vida (pp. 99-132). Brasília: Ararazul, Organização para a Paz Mundial, 2014.
- FRIEDRICH, N. M. Água: alimento para vida, para a alma. In S. Ribeiro, V. Catalão, & B. Fonteles, **Água e cooperação**: reflexões, experiências e alianças em favor da vida (pp. 147-156). Brasília: Ararazul, Organização para a Paz Mundial, 2014.
- KUHNEN, A., & Becker, S. M. Como jovens e adultos representam água de abastecimento. **PSICO41**(2), 160-167, 2010, abr/jun.
- LIPSON, Leslie. **Os grandes problemas da Ciência Política**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.
- PAULA JÚNIOR, F. d. In: S. Ribeiro, V. Catalão, & B. Fonteles, **Água e cooperação** : reflexões, experiências e alianças em favor da vida (pp. 41-54). Brasília: Arara Azul, Organização para a Paz Mundial, 2014.
- PENEIREIRO, F. M. In: Sérgio Ribeiro, **Água e cooperação** : reflexões, experiências e alianças em favor da vida (pp. 199-212). Brasília: Ararazul. Organização para a Paz Mundial, 2014.

QUEIROZ, R. d. Caminhos que andam: os rios e a cultura brasileira. In A. d. Rebouças, B. Braga, & J. G. Tundisi, **Águas doces no Brasil**: capital ecológico, uso e conservação (3a ed., pp. 719-737). São Paulo: Escrituras, 2006.

REBOUÇAS, A. d. Água doce no mundo e no Brasil. In: A. d. Rebouças, B. Braga, & J. G. Tundisi, **Águas doces no Brasil**: Capital ecológico, uso e conservação (3a ed., pp. 1-35). São Paulo: Escrituras, 2006.

RIBEIRO, S., Catalão, V., & Fonteles, B. **Água e cooperação**: reflexões, experiências e alianças em favor da vida. Brasília: Ararazul, Organização para a Paz Mundial, 2014.

WOLKMER, M. d., & Pimmel, N. F. Política Nacional de Recursos Hídricos: governança da água e cidadania ambiental. **Seqüência** (67), 165-198, dez. 2013.



### **3. Educação Ambiental e Juventudes: Caminhos para a justiça ambiental**

Partindo-se da revisão bibliográfica de estudos que abordam Educação Ambiental e Juventude, associado ao levantamento de práticas e pesquisas com jovens que se relacionam com a temática do Meio Ambiente, o presente artigo toma como objetivo promover reflexões para a compreensão e ressignificação da Educação Ambiental (EA), articulada com as juventudes brasileiras, através de práticas educativas formais e não formais, que possam contribuir com a justiça ambiental e conseqüentemente com a transformação social.

Assim que os primeiros levantamentos foram feitos sobre o estado da arte em relação ao tema Educação Ambiental e Justiça Ambiental, observou-se que em relação ao primeiro, o Ministério do Meio Ambiente era ele mesmo um importante difusor de conteúdos. Material organizado pela equipe do Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar (PEAAF) para formação de agentes populares de educação ambiental, publicado em vários volumes em 2015, por exemplo, reúne expressivo conjunto de informações sobre a temática. Ainda que redigido em linguagem didática para o que se propõe, a coleção trata com destaque questões pertinentes ao campo da EA. O desafio passou então a ser como contribuir, a partir deste referencial, de maneira a acrescentar com dados e reflexões.

O percurso da pesquisa centrou-se na relação do tema com a juventude. As três perguntas diretivas - O que é justiça ambiental? O que tem a ver justiça ambiental com os direitos da juventude? Que instrumentos e conteúdos existem sobre injustiça ambiental e sobre o papel da juventude que pode ser considerado referência para a educação ambiental? - foram estruturantes no percurso, sempre se conduzindo os estudos do geral para estes pontos específicos.

Metodologicamente, construiu-se uma base de dados com estatísticas para servir de ponto de partida (sobre juventude e sobre meio ambiente); utilizou-se a internet para levantamento de práticas e narrativas de vivências em diferentes estados brasileiros, com destaque para a sociedade civil organizada e, para fazer conexões com o público alvo, validou-se conceitos e reflexões a partir de um conjunto de referenciais bibliográficos. Ademais, o referido artigo apresenta dados da pesquisa exclusivamente realizada para esta discussão, com a escuta de 346 jovens que se manifestaram em especial para este artigo sobre o tema Meio Ambiente e sobre o aprendizado em sala de aula, bom como em entrevistas realizadas com alguns jovens de várias localidades brasileiras.

#### **Sobre as Juventudes**

Foi em 1985, ao longo do Ano Internacional da Juventude, estabelecido pela Assembleia Geral da ONU que se definiu, pela primeira vez, o período da vida em que o ser humano deveria ser identificado como jovem: entre os 15 e 24 anos. Acordou-se também que o sentido do termo juventude respeitaria as muitas culturas em todo o mundo, mantendo relações com as variações políticas, econômicas e sociais de cada localidade.

No campo das políticas públicas, aceitar a existência de diferentes juventudes é basal para uma leitura real do cenário social deste público. Abramo (2005) e Krauskopf (2003) alertam quanto ao equívoco de se considerar a homogeneidade de comportamentos e experiências entre os jovens. Para eles, a preparação de um jovem de classe média dificilmente será a mesma, no campo das oportunidades, que a de um rapaz que precisou trabalhar para ajudar a prover sua família. Nesta linha, ainda é possível destacar as diferentes culturas dos jovens indígenas, ciganos, quilombolas e moradores da zona rural, para citar algumas.

Segundo Claudine Attias-Donfut (1996), o desafio começa ao conceber a diferença entre as palavras jovem e juventude. Embora a diferenciação venha da semântica, o conceito guarda uma compreensão de mundo. Para a autora, juventude pode ser entendida como “geração” e “fase de vida” e jovens como “seres concretos” “situados historicamente”. O primeiro conjunto conceitual segue intrinsecamente relacionado a um tempo e a um modo de vida cultural, e o segundo a experiências individuais comuns a um coletivo.

Ainda de acordo com Abramo (2005) e Krauskopf (2003), um segundo equívoco recorrente, de dentro das políticas públicas, é não visualizar os jovens como sujeitos sociais do presente, mantendo-os como destinatários do futuro. Leccardi (2005) colaborada com o debate afirmando que, nessa perspectiva, o futuro é o espaço para a construção de um projeto de vida. Isso é ainda mais significativo se for considerado que as divisões entre as idades são construídas histórica e socialmente (BOURDIEU, 1983). Com base nesse princípio, a fronteira entre a juventude e a velhice é um objeto de disputas em todas as sociedades, seja pelo poder (político e decisório) ou pelo espaço na economia (emprego e renda, atendimento social).

É deste universo conceitual que surgem termos como geração, moratória social<sup>8</sup> e subculturas da juventude, que influenciaram visivelmente as maneiras como Estado, sociedade e movimentos sociais conceberam e concebem a juventude (GROPPO, 2015).

---

<sup>8</sup> Em trabalho realizado pela Secretaria Nacional da Juventude, “a ideia de “moratória social” tem sido entendida como um crédito de tempo concedido ao indivíduo para que ele proteja sua entrada na vida adulta, favorecendo suas experiências e experimentações, formação educacional e aquisição de treinamento, o que pressupõe a presença do Estado provedor na garantia de acesso ao sistema educacional público (BRASIL, 2014)”.

Contribuições do campo da psicologia ressaltam que o ponto central da consolidação da personalidade do jovem, mais próximo dos 15 do que dos 29 anos, é o desenvolvimento de uma identidade pessoal. Segundo Erikson (1972), do ponto de vista psicológico a aquisição de um sentimento de identidade pessoal é a tarefa básica da adolescência. “Identidade é, resumidamente, a consciência que o indivíduo tem de si mesmo como um ‘ser no mundo’ (OSÓRIO, 1989).” A formação da identidade é gradual e atravessa diversas etapas de desenvolvimento, iniciando-se na infância. É na adolescência que atinge o seu ápice, sendo consumada na etapa posterior.

A identidade é resultado do equilíbrio entre o que o adolescente pensa dele, o que os outros pensam que ele é, e o que ele pensa que os outros pensam dele (OSÓRIO, 1989). Este apontamento serve para assegurar o fato de que a juventude não é uma época estanque na vida de uma pessoa. Trata-se de um período que recolhe as experiências da infância/adolescência e projeta as expectativas da vida adulta, devendo assim ser compreendida por todos os setores que dialogam com este tema, entre eles o das políticas públicas.

Cardoso (2003) destaca a importância de trazer às discussões a heterogeneidade do mundo jovem: “Não se pode cair na armadilha de continuar considerando que existe uma única juventude. As condições de vida da população jovem, num país como o Brasil, são extremamente diferentes e não podem deixar de ser consideradas” (CARDOSO, 2003, p.18). Segundo Cardoso (2003), “as políticas públicas refletem muito mais uma imagem cultivada pelo mundo adulto” e por vezes o olhar do adulto não corresponde à realidade.

É possível perceber esta perspectiva “adultocêntrica” para construção de propostas para a juventude nos estudos de Tommasi (2014) e Castro (2008), nos quais os pesquisadores relatam que os proponentes dos programas analisados em suas respectivas pesquisas sobre protagonismo juvenil, acabaram promovendo ações para os jovens e orientadas de modo a direcionar estas ações às intencionalidades do proponente e não ações feitas pelos jovens e por eles propostas. “Essa percepção era comum a muitos jovens envolvidos em projetos sociais: eles podiam virar *protagonistas*, mas de ações definidas por outros” (TOMMASI, 2005 apud TOMMASI, 2014).

Com esta visão plural, é importante, por exemplo, não desconsiderar questões como a cultura juvenil móvel, estudada por Artopoulos (2011), na obra *Nomadismos Tecnológicos*, que compreende um expressivo número de jovens do mundo contemporâneo, assim como considera que os índios transitam da fase infantil para a adulta. A abrangência da concepção de juventudes é um desafio que precisa receber atenção (BOURDIEU, 1983; CARVALHO,

2004; KISCHKEL, 2004; SPOSITO, 2006, 2007) desde as questões presentes em matrizes culturais até o debate sobre utopias abordado por muitos autores (MENDONÇA, 2003).

De acordo com o texto difundido pela Estação Juventude (BRASIL, 2014), é possível reconhecer os 10 paradoxos constitutivos da condição juvenil, anteriormente identificados por Martín Hopenhayn para a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) e para a Organização Ibero-Americana de Juventude (OIJ), denominado La Juventud en Iberoamérica. Tendencias y urgencias. São elas:

1. Mais acesso à educação e menos acesso ao trabalho decente;
2. Muito acesso à informação e pouco acesso ao poder;
3. Mais expectativas de autonomia e menos opções para materializá-la;
4. Maior acesso aos equipamentos de saúde;
5. Maior mobilidade e mais possibilidade de circulação, mas afetadas por trajetórias incertas e migrações;
6. Maior identificação “para dentro” (entre jovens) e maior impermeabilidade “para fora” (entre jovens e adultos, no interior);
7. Maior aptidão dos jovens para responder às mudanças do setor produtivo atual, onde se destaca a centralidade do conhecimento como motor do crescimento, mas sendo os mais excluídos do ingresso no mundo do trabalho, das instituições escolares).
8. A juventude ocupa um lugar ambíguo entre os receptores de políticas e protagonistas da mudança;
9. Os jovens vivem o aumento da expansão do consumo simbólico e grande restrição do consumo material;
10. Os jovens vivem com expectativas de autodeterminação e protagonismo, mas experimentam situações de precariedade e de desmobilização.

Partindo desta contextualização dos autores supracitados, faz-se necessário destacar as especificidades das diferentes juventudes brasileiras e como elas se dão de forma heterogênea em nossa sociedade em virtude de diversos contextos, localidades e muitas vezes de condições desiguais. Sendo assim, a EA a ser proposta para a juventude nacional não pode perder de vista práticas educativas (formais e/ou não formais) que incentivem a participação social de jovens brasileiros a partir do (re)conhecimento de sua realidade nas questões socioambientais da contemporaneidade.

### **O lugar da Educação Ambiental**

Nos levantamentos realizados para a construção deste artigo, identificou-se que todos os Estados possuem Secretaria de Meio Ambiente. No que se refere à participação da sociedade, o mesmo levantamento constatou que em todos eles existem conselhos uns mais atuantes do que outros, tomando-se por base a rotina dos encontros e os registros documentais, como atas e publicações na mídia. Especificamente em relação à participação das associações e ONGs ambientalistas, das 677 registradas pelo mapeamento realizado por meio do Cadastro

Nacional de Entidades Ambientais (CNEA), constatou-se, após a abordagem destas por email e através de questionários enviados a estas, que 92% atuam no campo da Educação Ambiental.

Historicamente, Lima (2009) aponta que a Educação Ambiental no Brasil se constituiu como um campo de conhecimento e de atividade pedagógica e política a partir da década de 1970. Para o autor, contribuições originárias de muitas áreas, como científicas, matrizes filosóficas, posições político-pedagógicas, atores e movimentos sociais, garantiram à EA uma condição de representação plural. O tema vem sendo protagonizado por organismos internacionais, com destaque para a ONU e a UNESCO e os sistemas governamentais de meio ambiente nas esferas federal, estadual e municipal.

Faz-se necessário, entretanto, superar, na Educação Ambiental, a abordagem marcada pela tradição naturalista e adotar uma perspectiva social nos processos de Ensino-aprendizagem. Na visão de Faht (2011), esse processo passa pela transposição das fronteiras da “velha educação conservacionista” relacionada à instrumentalização e pela redução do conteúdo discutido dos chamados problemas ambientais, tais como poluição, escassez de recursos naturais, diminuição da biodiversidade, etc. Com a complexificação dos processos inerentes à sociedade contemporânea, a educação ambiental precisa assumir mudanças, considerando aspectos culturais, sociais, econômicos e políticos. Para isso, é desejável diminuir a compartimentação do conhecimento, trazendo-se ao debate questões filosóficas, históricas, políticas, sociais e ambientais, dentro de um contexto transdisciplinar. Observar e pensar o mundo como um todo complexo, é o grande desafio da educação ambiental atual.

Sobre a Educação Ambiental Crítica, Loureiro (2004, n.p.) contextualiza que a mesma deve negar

[...] uma organização curricular fragmentada e hierarquizada, neutralidade do conhecimento transmitido e produzido; e organização escolar e planejamento do processo de ensino e aprendizagem concebidos como pura racionalidade, pautados em finalidades pedagógicas desinteressadas quanto às implicações sociais de suas práticas.

Nesta perspectiva, alguns autores, entre eles Carvalho (2007) e Santos e Gardolinski (2016), afirmam que em casos de ações educativas relacionadas ao ambiente natural bem sucedidas, apresentam ganhos cognitivos, mudança de valores e auxiliam na construção da consciência social e individual. Para Castro e Baeta (2011), a EA não pode ser concebida apenas como um conteúdo escolar, pois implica uma tomada de consciência de uma complexa rede de fatores políticos, econômicos, culturais e científicos.

A Economia do Meio Ambiente, por sua vez, é mais recente e utiliza um conjunto de conceitos em torno dos quais nem sempre há concordância quanto aos seus significados. O

interesse em assumir os recursos naturais, como parte integrante e necessária para o desenvolvimento das atividades econômicas, surgiu do desdobramento de um corpo teórico pautado em diferentes contribuições da história do pensamento econômico. Tanto a Economia de Recursos Naturais quanto a Economia Ambiental mostraram-se insuficientes para produzir uma ampla introdução do ambiente natural na análise econômica.

Segundo Tayra e Ribeiro (2005), o desenvolvimento e o meio ambiente estão indissolúvelmente vinculados. Para a harmonia entre os dois campos, três critérios fundamentais devem ser obedecidos simultaneamente: (1) equidade social; (2) prudência ecológica; e, (3) eficiência econômica.

Tais critérios precisam ser partilhados com a juventude de maneira a promover um pacto em defesa dos mesmos, não só pensando em ações para a juventude, mas com a juventude, conforme apresentado na introdução (UNESCO, 2004). Neste sentido, a realização de conferências, fóruns e seminários que coloquem a juventude não só na plateia, mas principalmente nas mesas de negociações é primordial para promoção da correlação entre Meio Ambiente e Juventude.

A sociedade necessita repensar as estratégias do capital, que insistem em apropriar-se da natureza e degradar o ambiente, levando o homem a um distanciamento da sua natureza, destituído do seu caráter simbólico e reduzido à condição de objeto. Perdemos a noção do nosso lugar no cosmos e, com isso, perdemos aquilo que nos faz humanos (ALMEIDA; KAUTZMANN, 2011).

Neste sentido, quem é o responsável por fazer a educação do meio ambiente? Esse é um grande desafio, pois atribuir a gestores, professores, pais, jovens e governantes tal função pressupõe que estes sujeitos estão capacitados a discutir e participar de forma legítima sobre educação e meio ambiente. Nesse caminho,

a educação ambiental nasce como um processo educativo que conduz a um saber ambiental materializado em valores éticos e nas regras políticas de convívio social e de Mercado, que implica a questão distributiva de benefícios e prejuízos da apropriação e do uso da natureza (SORRENTINO et al, 2005, n.p.).

Destaca-se ainda que este deve ser um processo contínuo e permanente que atinge o ensino formal e não formal, examinando questões locais, regionais, nacionais e internacionais em sua complexidade (DIAS, 1994).

Quando se fala de práticas e formação do pensamento da Educação Ambiental, é possível buscar seus fundamentos, por exemplo, na pedagogia de Paulo Freire (1987), relacionando ensino e pesquisa para a promoção de avanços teórico-práticos em suas proposições e diretrizes pedagógicas, abordando temáticas ambientais de forma crítica,

contextualizada e interdisciplinar.

Paulo Freire se aproxima das diversas correntes da educação ambiental em função das trocas e parcerias entre ambientalistas e seus seguidores - também chamados de freireanos, como pode ser observado em “Identidades da Educação Ambiental Brasileira”, coletânea organizada pelo Ministério do Meio Ambiente sob a coordenação de Layrargues (2004).

A pedagogia libertadora (FREIRE, 1987) articula-se à necessidade de propostas de educação ambiental que sejam de caráter crítico-reflexivo e emancipatório. De modo a contribuir com a (trans)formação do indivíduo, que possibilite civilizá-lo, a fim de tornar a humanidade mais consciente de suas ações e conseqüentemente mais responsável pela preservação, proteção do meio ambiente e participante ativo das questões socioambientais. Neste sentido, ao pensarmos a educação ambiental, é necessário que ela surja através de uma perspectiva permanente e integradora.

Quando consideramos o processo de conscientização ambiental no Brasil, podemos constatar que ocorreu mais tarde do que em outros países como Estados Unidos e nos países europeus. Os temas evoluíram também de forma diferente em função das diferentes histórias culturais, predominando nos setores de classe média. Inevitavelmente no Brasil a questão ambiental entrelaça os problemas sociais, intensificando a desigualdade de proteção aos riscos ambientais e de acesso aos recursos naturais justamente para reflexão e internalização das questões ambientais pelas diferentes classes sociais. Não podemos deixar de destacar essas assimetrias ao discutir EA e Justiça Ambiental no país.

A Política Nacional de Educação Ambiental, estabelecida pela Lei Federal Nº 9.795/1999, assume uma função estratégica, contribuindo diretamente para a transformação e formação de cidadãos e cidadãs, focados em colaborar para a construção de sociedades sustentáveis:

São objetivos fundamentais da educação ambiental: I - o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos." (Art. 5º da Lei nº 9.795: Brasil, 1999).

O desenvolvimento da sociedade contemporânea traz à tona mazelas e questões ambientais, e alguns temas podem ganhar força se incorporados pelas diversas juventudes do país e assumidos como valores, integrando sua identidade juvenil. A escola tem um papel importante nesse processo ao almejar uma educação ambiental com foco na participação e integração, convidando o indivíduo a reexaminar seu comportamento a partir de uma visão global e não apenas local. No entanto, faz-se necessário destacar também a relevância de propostas de educação não formal pautadas no protagonismo juvenil desenvolvidas por/com

coletivos conformados por jovens de diferentes localidades do Brasil.

Todavia, Layrargues (2002) pondera em sua análise que o verdadeiro cidadão consciente não é aquele que participa de programas de reciclagem e consome voluntariamente produtos recicláveis, mas aquele cidadão que cobra o Poder Público e exige do Estado a construção e implementação de políticas públicas que proporcionem a desconcentração de renda permitindo, por exemplo, que sucateiros e catadores de recicláveis sejam beneficiados, de forma igualitária, com os recursos oriundos da economia da reciclagem do lixo (LAYRARGUES, 2002).

Tais reflexões nos remetem ao Artigo 225 da Constituição Federal (1988) que orienta que “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum e do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo as presentes e futuras gerações” e nos colocam frente à urgência de trazer as questões ambientais passadas, atuais e futuras para as pautas escolares e de organizações da sociedade civil, bem como políticas públicas do Estado, como forma de discussão de ações para o momento presente com o intuito de (re)educar valores culturais e vícios comportamentais, tornando os cidadãos conscientes das consequências de suas atitudes em prol de um meio ambiente equilibrado e uma sociedade conhecedora de seus direitos e deveres para com ele.

Durante o amadurecimento das questões ambientais no Brasil os debates convergiram para a compreensão de que as questões sociais e ambientais se complementam, não sendo antagônicas. E assim, evoluíram diversas vertentes contemporâneas de Educação Ambiental que levam a abordagens distintas, com propósitos de mesmo interesse.

Loureiro e Layrargues (2013) propõe a ressignificação ideológica da questão ambiental a partir da educação ambiental crítica e do movimento de justiça ambiental com o intuito de buscar elementos que possibilitem não apenas a crítica como também operar politicamente a favor da transformação social. Nas palavras dos autores:

[...] longe de defendermos uma educação ambiental única em seu entendimento de mundo e forma de agir, partimos do pressuposto de que sua natureza conflitiva, na diversidade e na disputa de concepções e espaços na sociedade, fortalece-a e a legitima nas institucionalidades acadêmicas, nas políticas públicas e nos movimentos sociais que buscam a garantia de direitos, a afirmação das diferenças, a superação das desigualdades de classe e a construção de outro patamar societário (LOUREIRO; LAYRARGUES, 2013, p. 55).

A Educação Ambiental crítica assume um processo libertador e mediador na construção social de conhecimentos implicados na vida dos sujeitos, problematizando conflitos socioambientais e conhecendo suas causas. Contextualiza com a realidade local para formar



valores, permitindo a compreensão crítica e a ação política. Além disso, desenvolve o sentimento de pertencimento, diálogo e produção coletiva, estimulando a corresponsabilidade. Como nos lembra Quintas (2006), apenas a relação homem-natureza não é suficiente para apontar caminhos para discussões sobre as questões ambientais e destaca que “a chave do entendimento da problemática ambiental está no mundo da cultura, ou seja, na esfera da totalidade da vida em sociedade” (QUINTAS, 2006. p. 21).

Pode-se dizer que a Educação Ambiental crítica é transformadora e emancipatória, contribui no processo de transformação da realidade socioambiental, é complexa, compreendendo que os problemas ambientais têm raízes histórico-políticas, e para superá-los é preciso transformar as relações sociais, ou seja, transformar a partir da justiça ambiental (GUIMARÃES, 2004).

Neste contexto é possível observar que não se trata somente de preservar a natureza, mas de tentar conciliar o desenvolvimento da sociedade para todos de forma a assegurar que as futuras gerações e as atuais possam usufruir de forma justa e igualitária dos bens que ela oferece. Desta forma, propostas e práticas educativas para a juventude na perspectiva de uma EA crítica, podem ser uma ferramenta importante para colaborar com a educação e conscientização de jovens de diferentes realidades sociais e contribuir para a justiça ambiental.

### **Justiça Ambiental e os jovens como protagonistas**

Para compreender o conceito de Justiça Ambiental, segundo Loureiro e Layrargues (2013), é necessário abordar o tema de dentro da ecologia política, isto porque, esta focaliza a atenção nos modos pelos quais agentes sociais, nos processos econômicos, culturais e político-institucionais, disputam e compartilham recursos naturais e ambientais e em qual contexto ecológico tais relações se estabelecem” (LOUREIRO E LAYRARGUES, 2013, p.55).

Nesta linha, Acselrad (2010) afirma que o conceito de justiça ambiental indica uma ressignificação das questões correlatas ao meio ambiente. O autor reconhece um movimento de apropriação do tema por processos sociopolíticos relacionados com a edificação da noção de justiça social em sentido amplo. Processo esse associado às relações de poder que envolvem os embates sociais dentro dos tradicionais espaços de enfrentamento político. A questão ambiental tem se estabelecido como temática central e vista como indissociável dos tradicionais temas sociais, em especial, emprego e renda.

É preciso esclarecer que não se considera “justiça ambiental” como uma noção intrínseca a uma ou outra disciplina jurídica ou sociológica. Ao contrário, é preciso entendê-la como uma categoria histórica e socialmente construída por sujeitos coletivos.

Num período histórico em que os imperativos da liberalização dos mercados abafam qualquer pretensão de fazer valer direitos e proteger sociabilidades menos predatórias, não importa tanto assumir uma perspectiva normativa quanto ao que seria socialmente desejável e como alcançá-lo, mas sim entender o modo como os próprios atores têm construído suas questões e, no caso da temática ecológica, o modo como estes atores associam seus ambientes a valores (ACSELRAD, 2005, p. 219).

Ao tratar da ressignificação da questão ambiental, Acselrad (2005) revisa os significados culturais ou utilitários atribuídos ao longo da história. Cultura e utilitarismo concorreram, desde o início, para o desenvolvimento e a construção da ideia ambiental. Do ponto de vista da razão utilitária hegemônica, o meio ambiente é indivisível, uno. Em sua composição estão elementos físico-químicos, tais como os recursos materiais. Não se concebe, nessa visão, que a questão ambiental possa integrar, também, conteúdos socioculturais diferenciados. É a partir desta perspectiva que Acselrad (2005) aborda o risco ambiental a que grupos sociais sujeitam todo um planeta. O autor refere-se às rupturas das fontes de abastecimento dos insumos materiais e energéticos e das condições materiais da urbanidade capitalista.

A maneira como o ser humano se apropria dos recursos naturais, como se relaciona com o meio no qual se insere e as lógicas e padrões de consumo são apenas algumas das variáveis socioculturais a serem levadas em conta na análise de como as distintas sociedades e culturas estabelecem suas premissas sobre o meio ambiente.

É dentro deste contexto que tanto Acselrad (2005) como Loureiro e Layrargues (2013) concebem o surgimento dos conflitos ambientais, oriundos da desigualdade distributiva e da leitura equivocada de que o ambiente de um grupo social prevaleça em relação a de outro grupo. Conflito e justiça se entrelaçam em posições antagonicamente opostas, em que a existência do primeiro, imediatamente deveria acionar a segunda. Se há conflito, é preciso que se faça justiça. Os dois conceitos, por sua vez, interagem com questões advindas do direito.

Sobre este tema, Acselrad (2005) refere-se ao direito das futuras gerações de receberem das gerações presentes os mesmos recursos naturais que estas receberam de suas gerações antecessoras, o que é chamado de conflito intergeracional. O autor questiona sobre o quanto metafórico pode ser este direito, mas analisa a concretude do conflito, pois para ele, é bastante real a exposição desproporcional dos socialmente mais desprovidos aos riscos das redes técnico-produtivas da riqueza ou sua despossessão ambiental pela concentração dos benefícios do desenvolvimento em poucas mãos (ACSELRAD, 2005, p. 221).

Segundo Loureiro e Layrargues (2013) para o movimento de justiça ambiental pode-se considerar uma injustiça ambiental situações em que a maior carga de danos ambientais se

destina a segmentos de maior vulnerabilidade social e econômica, como trabalhadores e ou grupos étnicos discriminados comprometendo, desta forma, seu desenvolvimento social e ameaçando a saúde ambiental. E complementam:

Essa condição, reveladora dos mecanismos de desigualdade socioambiental, estabelece-se em sociedades desiguais por meio de mecanismos políticos, sociais e econômicos que concentram os processos decisórios e privatizam os bens públicos, tornando possível e legítimo a utilização dos bens coletivos e naturais para interesses privados (LOUREIRO; LAYRARGUES, 2013, p. 63).

Uma situação que pode ser tomada como exemplo do que afirmam os autores acima é esta noticiada recentemente: “Com 25 praias privadas, Angra dos Reis ensina como os ricos limitam o acesso dos pobres ao mar” (DAFLON, 2017), que trata da privação da coletividade de bem público comum por parte de entidades privadas que constroem resorts, hotéis e condomínios de luxo e limitam (e até mesmo proíbem) o acesso da comunidade à praia. A adolescente Irene Chaba Ribeiro ao tomar ciência da privatização de praias próximas à sua casa se uniu a outros jovens locais que se organizaram em um movimento social com entidades da sociedade civil para derrubar um muro construído por uma iniciativa privada. Após conseguir pôr o muro abaixo, a jovem se tornou ativista, posteriormente geógrafa e pesquisadora sobre esta questão de injustiça ambiental. Indo na contramão do que muitos que pesquisam o litoral de Angra, que se debruçam sobre as questões da praia a partir das populações tradicionais, como quilombolas, caiçaras e indígenas, a adolescente se dedicou a mapear quem instala mansões de luxo que privatizam o acesso ao bem público e promovem a segregação social nas areias.

Partindo desta perspectiva importa destacar que não se pode depreender os problemas ambientais de modo apartado dos conflitos sociais existentes, pois a crise ambiental pode ser compreendida para além do que se entende como problemas da natureza e sim como problemas que se manifestam na natureza (LOUREIRO; LAYRARGUES, 2013).

Sendo assim,

Justiça Ambiental é, portanto, uma noção emergente que integra o processo histórico de construção subjetiva da cultura dos direitos no bojo de um movimento de expansão semântica dos direitos humanos, sociais, econômicos, culturais e ambientais. Na experiência recente, a justiça ambiental surgiu da criatividade estratégica dos movimentos sociais, alterando a configuração de forças sociais envolvidas nas lutas ambientais e, em determinadas circunstâncias, produzindo mudanças no aparelho estatal e regulatório responsável pela proteção ambiental (ACSELRAD, 2010, n.p.).

Um exemplo também de justiça ambiental é salvaguardar os direitos das minorias, tais como povos indígenas, comunidades tradicionais e agricultores familiares, fomentando políticas de geração de trabalho e renda sem descaracterizar o seu modo de vida.

Em seu manifesto de lançamento, a Rede Brasileira de Justiça Ambiental, criada em 2001, denunciou o racismo ambiental e definiu uma ampliação do conceito de justiça ambiental, designando um conjunto de princípios e práticas que:

- a) asseguram que nenhum grupo social, seja ele étnico, racial ou de classe, suporte uma parcela desproporcional das consequências ambientais negativas de operações econômicas, de decisões de políticas e de programas federais, estaduais, locais, assim como da ausência ou omissão de tais políticas;
- b) asseguram acesso justo e equitativo, direto e indireto, aos recursos ambientais do país;
- c) asseguram amplo acesso às informações relevantes sobre o uso dos recursos ambientais e a destinação de rejeitos e localização de fontes de riscos ambientais, bem como processos democráticos e participativos na definição de políticas, planos, programas e projetos que lhes dizem respeito;
- d) favorecem a constituição de sujeitos coletivos de direitos, movimentos sociais e organizações populares para serem protagonistas na construção de modelos alternativos de desenvolvimento, que assegurem a democratização do acesso aos recursos ambientais e a sustentabilidade do seu uso (MMA, online).

Se há injustiça, espera-se que existam lutas. Neste caso, em relação às lutas por justiça ambiental, muitas estão estabelecidas em defesa dos direitos a ambientes culturalmente específicos, como é o caso, das comunidades tradicionais. A proteção às áreas indígenas está na pauta dos conflitos.

A partir desta perspectiva, como os jovens podem contribuir com esta pauta? Na tentativa de enaltecer a participação do jovem, a partir da década de 1980 começou a se ouvir o conceito “protagonismo juvenil”. Instituições do estado e organizações da sociedade iniciaram uma frente, colocando o jovem em destaque, a partir de iniciativas de educação não formal. As ações eram e ainda são restritas a jovens pobres, das camadas populares. O conceito virou metodologia e houve apropriação principalmente de profissionais atuantes nas áreas sociais.

Difundido pela Unesco (2008), no programa Abrindo Espaços, a entidade contextualiza que:

a palavra “protagonista”, formada por duas raízes gregas, significa “lutador principal”, “personagem principal” ou “ator principal”, como ensina o pesquisador Antônio Carlos Gomes da Costa, um dos principais estudiosos do tema no Brasil. O conceito de protagonismo juvenil vem sendo usado para designar o atributo de jovens autônomos, solidários, competentes e participativos, segundo a definição de Gomes da Costa. Considera-se, então, que uma ação estimula esse tipo de formação quando o jovem é o principal ator do seu processo de desenvolvimento. São ações que estimulam sua capacidade de interagir e de fazer interferências na sua escola e na sua comunidade. [...] Ocorre, também, na articulação do jovem com a comunidade, estimulando a ampla participação (UNESCO, 2008, p. 32).

Nessa discussão que protagoniza o jovem, Tommasi (2014) contribui com o debate

sobre a “juventude-problema” e a “juventude como solução”, afirmando que

o contraponto da juventude-problema tem sido a ênfase na juventude como solução, ideia amplamente difundida no âmbito do chamado terceiro setor [...], particularmente entre as fundações empresariais e os projetos de organizações não governamentais (ONGs) financiados por elas. Os jovens seriam, nessa ótica, parte da solução para os problemas sociais, ou seja, suas forças, suas energias, seus desejos de transformação e até sua suposta rebeldia potencial podem e devem ser ativados e utilizados em prol do desenvolvimento social, da melhoria das condições de vida das comunidades locais e do enfrentamento dos problemas sociais, tanto no campo quanto nas cidades (TOMMASI, 2014, p. 536).

Sposito (2008), por sua vez, é crítica em relação ao protagonismo juvenil, proposta que centraliza o jovem como sujeito nas ações educacionais, especialmente em espaços não escolares. Seu receio está na indução de “certa concepção de política para jovens pobres, conformando uma espécie de paradigma de ações educativas”. Ela ressalta a existência de três eixos: (1) imposição da participação obrigatória dos jovens em projetos educativos; (2) previsão de transferência de renda e (3) engajamento dos jovens em atividade comunitária. A autora adverte que atrelados ao conceito de protagonismo juvenil sempre estão os de empreendedorismo juvenil, ou “em termos mais contemporâneos, a proposta de que os jovens seriam ‘agentes estratégicos do desenvolvimento local’” (SPOSITO, 2008, p. 89).

Todavia, o que se almeja destacar neste artigo é o papel da juventude, como ela se organiza e contribui para a discussão e atuação na luta contra a injustiça ambiental e para propostas de educação ambiental (formais ou não formais) que possam contribuir para que essas diferentes juventudes brasileiras se mobilizem de forma crítica em relação aos problemas socioambientais. Sendo assim, projetos de educação não formal pautados no protagonismo juvenil parece ser um caminho.

Sobre protagonismo juvenil, faz-se oportuno contextualizar que muitos projetos que utilizam a metodologia exibem seus resultados positivos. Um deles foi apresentado no Seminário Violar, em agosto de 2010, na Unicamp. Pires e Almeida (2010) pesquisaram um coletivo de jovem de meio ambiente buscando entender a socialização e a sociabilidade. Como resultado da atividade qualitativa, os educadores concluíram que

[...] as vivências experimentadas no interior do Coletivo Jovem se constituíram para os (as) adolescentes um momento em que o encontro com os pares e a produção de rede de amizades foram favorecidas, extremamente valorizadas e mantidas – em tempo real ou virtual. Constatamos, ainda, que mediante as atividades das Oficinas de Meio Ambiente, eles se socializaram em meio a relações menos hierarquizadas e formais, fortaleceram sentimentos de auto-estima e de autonomia e se tornaram (PIRES e ALMEIDA, 2010, p. 314).

Ainda que não absolutamente vinculada à prática do protagonismo juvenil, a iniciativa a partir de busca pela internet de projetos nas áreas de Educação Ambiental e Justiça Ambiental

justifica-se pela demanda apresentada em promover o reconhecimento da participação do jovem em ações ambientais. A busca seguiu critérios menos rígidos, porque o objetivo era relacionar, a partir da combinação de palavras - jovens e justiça ambiental / jovem e educação ambiental - ações em que a juventude fosse a protagonista.

Com relação à iniciativas de justiça ambiental, encontrou-se o projeto “A Juventude pensa a cidade” (LANES e RIBEIRO, 2013), desenvolvido em dois territórios do Rio de Janeiro: a favela de Santa Marta, Botafogo (Zona Sul) e o bairro Campo Grande (zona oeste). Essa iniciativa busca incentivar a mobilização jovem nesses locais, com atividades e discussões relacionadas ao desenvolvimento, as mudanças climáticas e ao direito à cidade. Mais do que abordar temas específicos, as discussões em torno das mazelas e direitos ambientais possibilitou, ao longo dos 5 (cinco) anos do projeto, que os jovens propusessem ações que os agregassem ao seu entorno e os fizessem pensar na sua realidade criticamente.

Na região norte do país, mais especificamente na Amazônia, encontramos o Projeto Jovens Comunicadores da Amazônia (UNIPOP, 2016), que, em parceria com o Instituto Universidade Popular (UNIPOP), realizou o 13º Encontro Formativo do Curso de Comunicação Popular (2016), tendo como tema "Mídia e Educação Ambiental". Nele foram discutidos pelos jovens formas como a mídia retrata os projetos econômicos que possuem impacto ao meio ambiente e a identidade do sujeito amazônico e seu papel de luta na garantia de direitos e contra as violações ambientais. Ainda na região norte, o vídeo “Abacatal no caminho das pedras: a luta pela Justiça Ambiental” (FLOR, 2015) foi produzido por jovens que fazem parte do programa de formação “Juventude, Direito a Cidade e Justiça”, da FASE Amazônia. No vídeo retrata-se a questão do racismo ambiental sofrido pela comunidade quilombola de Abacatal, que se localiza em Ananindeua, na região metropolitana de Belém - PA. Na reserva de conservação Marinha de Soure, localizada na ilha de Marajó, o projeto "Jovens como Protagonistas do Fortalecimento Comunitário" pretendia apoiar o protagonismo dos jovens extrativistas da unidade de conservação buscando a articulação de políticas e a sua introdução na gestão do território, levando assim a uma maior qualidade de vida das populações. O projeto é encabeçado pela ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade) da Resex de Soure e pelo Projeto Manguezais do Brasil. O projeto também é coordenado pelo Instituto Chico Mendes com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Em Quixabeira - BA, região nordeste do país, 150 jovens entre 16 e 29 anos participaram do projeto "Educação Ambiental na Agricultura Familiar: fortalecendo e potencializando a ação da juventude no campo baiano". O projeto busca contemplar jovens

advindos de municípios com economia agrícola de baixa renda, que tem pouco acesso à assistência técnica e ao crédito rural. Busca incentivar a Agricultura Familiar com um foco sustentável.

Dos exemplos supracitados dos casos coletados, pode-se perceber que o tema da justiça ambiental está interligado as discussões do direito à Cidade e do direito de pertencer a um lugar livre de injustiças. Por meio destes projetos ou ações coletivas liderados por jovens, percebe-se que a luta pela injustiça ambiental em si, é uma luta por ambientes mais seguros, sustentáveis e que respeitem os direitos e necessidades das pessoas que ali vivem. Quanto à educação ambiental, os exemplos se diversificam entre os públicos-alvo de jovens e Estados, sendo que grande parte deles trabalha a questão do meio ambiente relacionado ao exercício da cidadania a partir de propostas que compreendem uma educação ambiental crítica, que propõe uma compreensão ampla do meio ambiente não apenas associado as questões socioambientais, mas também, a complexa rede de fatores políticos, econômicos e culturais que elas abarcam.

### **Mas o que pensam os jovens sobre Meio Ambiente na contemporaneidade?**

Como iniciativa para este estudo, abriu-se um canal pela internet<sup>9</sup> para que jovens de todas as localidades pudessem participar respondendo a um questionário montado a partir das perguntas apresentadas previamente como demandas do trabalho de investigação. Foram aplicadas (on-line) 346 enquetes. Com adesão prioritária do Estado de São Paulo, participaram também jovens de Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Espírito Santo, Rondônia, Paraíba, Mato Grosso e Paraná. Entre eles, 58,6% do sexo feminino e 41,4% do sexo masculino. A maioria deles composta por estudantes universitários (56,14%), seguidos de estudantes do ensino médio (21,64%). Interessados em saber se os jovens participantes eram atuantes, a segunda pergunta da pesquisa abordou sobre atividades e militância, sendo possível escolher mais de uma alternativa. Dez jovens, entre todos eles, já foram ou são membros de conselhos de meio ambiente e 75 do total participam ou participaram de projetos na comunidade. Entre os graduandos, 55 participam ou participaram de projetos da universidade. Somente nove do total foram ou ainda são membros de alguma entidade ambiental. Entre os respondentes, 22 participaram de manifestações de rua a favor do meio ambiente. Um número mais expressivo, 161, assinaram algum tipo de documento, no modelo abaixo assinado,

---

<sup>9</sup> Pesquisa on-line realizada pelo site do IPCCIC – Instituto Paulista de Cidade Criativas e Identidades Culturais.- Novembro de 2017.

pedindo a preservação do meio ambiente. Do total, 106 já decidiram seus votos a partir da plataforma a favor do meio ambiente dos candidatos.

Em pergunta específica, sobre qual tema mais preocupa o participante da pesquisa, o aquecimento global liderou com 243 respostas, seguida de crise hídrica, com 237; Amazônia, com 227; preservação dos povos e comunidades, com 180; **justiça ambiental, com 108** e patrimônio genético, com 57 respostas.

Na tentativa de medir o grau de conhecimento dos jovens participantes quanto aos temas relacionados ao meio ambiente, questionou-se sobre alguns pontos específicos. Entre os respondentes, 274 ouviram falar sobre escassez hídrica; **198 conhecem o que é justiça ambiental**; 194 falaram sobre o valor socioambiental da água; 124 sabem o que é interferência antrópica no ciclo hidrológico; 120 ouviram sobre proteção do patrimônio genético.

Em relação aos instrumentos, protocolos e documentos formulados no formato de acordo e reunião de coletivos mais conhecidos (considerando-se a Política Nacional Global, o Sistema Nacional de Gerenciamento Hídrico, o Conselho Nacional de Meio Ambiente, os Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos, os Comitês de Bacias, as Unidades de Conservação de uso Sustentável), o mais relacionado foi o Acordo de Paris com 150 assertivas.

Foram apresentadas perguntas abertas, sendo que a primeira colocava: a sua formação contribuiu para o entendimento e discussão de questões relacionadas ao meio ambiente? Como? Objetivava-se entender se ao longo da vida escolar/acadêmica o jovem tinha acessado informações que fizessem dele um agente social diante das questões ambientais. Neste caso, 188 jovens, 54,33% do total responderam “sim”. Outros 158 jovens, 45, 67% do total, responderam não.

Entre os que responderam sim, a maioria avaliou que a escola foi importante na sua formação para o meio ambiente, em especial, a partir de palestras e projetos complementares de Educação Ambiental. As sucessivas vezes em que os respondentes afirmaram que a abordagem do tema deu-se em atividade paralela associam-se a afirmações de outros jovens que lamentaram o fato da temática não fazer parte da grade de seus cursos, em especial os universitários. Todos que responderam sim argumentaram. Entre os que negaram, somente alguns completaram. Neste caso, a maioria criticou a ausência do tema na escola.

Ainda na expectativa de colaborar com análises vindas da juventude, novamente utilizando meios de comunicação, foram realizadas algumas entrevistas, especialmente para ampliar o entendimento sobre como a juventude compreende o conceito de justiça ambiental. Neste caso é possível avaliar que a definição do termo no afirmativo – justiça - segue



imediatamente relacionado com o seu negativo – injustiça, assim como no caso das palavras guerra e paz. A definição de uma sempre segue anunciando a ausência da outra.

A pergunta foi objetiva: “O que é justiça ambiental para você?” As respostas, advindas principalmente de jovens do ensino superior ou de jovens já com algum tipo de formação profissional concluída, destacam principalmente o acesso desigual a recursos ambientais entre as pessoas, tal como relatou uma estudante de 25 anos do Pará que salienta que “as comunidades pobres são as que ficam mais vulneráveis devido a forma desproporcional na qual os recursos protegidos pela legislação ambiental são distribuídos”. Outros compreendem como um tema apenas relacionado à uma área do direito, como respondeu o estudante de 23 anos de Capivari-SP: “justiça ambiental é tudo que se refere a parte jurídica e da parte de regulamentos ligados as questões ambientais”. Já uma estudante de Leme –SP de 21 anos, compreende este como sendo um assunto bem mais amplo e destaca que a justiça ambiental “seria uma forma de maximizar benefícios e minimizar impactos negativos para todos os envolvidos. Entendo justiça no sentido de equilíbrio dessa relação que envolve todas as formas de vida”.

Da análise dos depoimentos, percebe-se que parte dos entrevistados considera a justiça ambiental como relacionado ao Direito e ao cumprimento das leis. Alguns ressaltam a questão da desigualdade e má distribuição de recursos provenientes do Meio Ambiente. NO entanto, seja por meio da aplicação das leis, pela redução das desigualdades ou pela luta por ambientes mais justos, os jovens entrevistados concordam sobre a relevância da compreensão sobre justiça ambiental.

### **Considerações Finais**

Diante das muitas contribuições já produzidas sobre o tema Educação e Justiça Ambiental, a contribuição desta pesquisa, em especial, é a possibilidade de visualizar como os jovens estão lidando com o tema.

Concluiu-se com a certeza de que o conceito de justiça ambiental (primeira pergunta de pesquisa) foi esclarecido e que sobre o mesmo é preciso ainda promover novos debates permitindo uma maior apropriação de seus sentidos, desde à semântica até sua prática. De dentro da juventude, ainda há uma relação literal do termo, concebendo-o como um campo do direito e não como um direito de fato.

Desta forma, em relação à segunda pergunta: O que tem a ver justiça ambiental com os direitos da juventude?, a resposta é, usando uma linguagem jovem, “tem tudo a ver”. Isso porque refere-se ao fato de que garantir justiça ambiental é, em sua maior abrangência, garantir um futuro sob o ponto de vista da vida humana no planeta. A dimensão hiperbólica da sentença

imediatamente anterior dá a ela a importância que o tema deveria ter, e que, infelizmente não lhe é destinado.

Quanto ao reconhecimento dos instrumentos e conteúdos que existem sobre injustiça ambiental e sobre o papel da juventude, o que pode ser considerado referência para a educação ambiental? (pergunta 3), espera-se que as abordagens diretamente feitas aos jovens e relatadas neste documento, (mapas de vivências e entrevistas) possam permitir avaliações diversas. Uma delas é que ainda se trata a Educação Ambiental como um tema paralelo, (à educação, ao meio ambiente, à juventude) e este é um equívoco, considerando a importância que os entrevistados deram ao papel da educação na promoção das transformações sociais que se deseja no campo da preservação ambiental.

## Referências

ABRAMO, Helena Wendel. “O uso das noções de adolescência e juventude no contexto brasileira”, In: Freitas, Maria Virginia (org). **Juventude e Adolescência no Brasil: referências conceituais**, segunda edição, Ação Educativa, 2005.

\_\_\_\_\_. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, ANPED n. 5-6, p. 25-36, 1997. Número especial.

ACSELRAD, H. Novas articulações em prol da justiça ambiental. In: **Democracia viva**, Rio de Janeiro: Ibase, n. 27, p. 42-47, jun-jul 2005. Disponível em: <<http://www.ettern.ippur.ufrj.br/publicacoes/71/justica-ambiental-novas-articulacoes-entre-meio-ambiente-e-democracia>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

\_\_\_\_\_. Justiça ambiental e construção social do risco. IBASE. **Boletim Justiça Ambiental**, ano 1, n.1, jan. 2003. Rio de Janeiro, v. 1, n.2, nov. 2003. Disponível: <<http://revistas.ufpr.br/made/article/viewFile/22116/14480>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

\_\_\_\_\_. Justiça ambiental - ação coletiva e estratégias argumentativas. In: ACSELRAD, H.; HERCULANO, S.; PÁDUA, J. A. (Org.). **Justiça ambiental e cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004. p. 23-40. Disponível em: <[http://www.icmbio.gov.br/educacaoambiental/images/stories/biblioteca/Publica%C3%83%C2%A7%C3%83%C2%B5es\\_da\\_COEDU/Referencial\\_Te%C3%83%C2%B3rico/RT01b\\_ACSELRAD\\_Meio\\_Ambiente\\_e\\_Justica.pdf](http://www.icmbio.gov.br/educacaoambiental/images/stories/biblioteca/Publica%C3%83%C2%A7%C3%83%C2%B5es_da_COEDU/Referencial_Te%C3%83%C2%B3rico/RT01b_ACSELRAD_Meio_Ambiente_e_Justica.pdf)>. Acesso em: 20 nov. 2017.

\_\_\_\_\_. Justiça Ambiental- novas articulações entre meio ambiente e democracia. IBASE/CUT-RJ/IPPUR-UFRJ. Movimento Sindical e Defesa do Meio Ambiente. Rio de Janeiro, 1997. Disponível em: <<http://www.ettern.ippur.ufrj.br/publicacoes/71/justica-ambiental-novas-articulacoes-entre-meio-ambiente-e-democracia>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

\_\_\_\_\_. Justiça Ambiental: narrativas de resistência ao risco social ampliado. In. MMA. **Encontros e Caminhos: Formação de Educadoras(es) Ambientais e Coletivos Educadores. Vol.1,2,3**. Brasília, 2005. Disponível em:

<[http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/\\_arquivos/encontros.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/_arquivos/encontros.pdf)>. Acesso em: 20 nov. 2017.

Agenda Juventude Brasil. **Pesquisa Nacional sobre Perfil Opinião dos Jovens Brasileiros 2013**. Disponível em <[https://issuu.com/participatorio/docs/agenda\\_juventude\\_brasil\\_-\\_pesquisa\\_](https://issuu.com/participatorio/docs/agenda_juventude_brasil_-_pesquisa_)> Acesso em 02 nov. 2017.

ARTOPOULOS, Alejandro. Notas sobre a cultura juvenil móvel na América Latina. In: BEIGUELMAN, Giselle; LA FERLA, Jorge (Orgs.). **Nomadismos Tecnológicos**. São Paulo: Editora Senac, 2011

ATTIAS-DONFUT, Claudine. Jeunesse et conjugaison des temps. In: **Sociologie et sociétés**. V. XXVII, n. 1. 1996.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 10ª ed. São Paulo: Annablume Editora, 2002. 166 p.

BRASIL, Secretaria Nacional de Juventude. **Estação juventude: conceitos fundamentais – ponto de partida para uma reflexão sobre políticas públicas de juventude / organizado por Helena Abramo**. – Brasília: SNJ, 2014. 128p

BOURDIEU, Pierre. A juventude é apenas uma palavra. In: **Questões de sociologia**. P. 112-121. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

CARDOSO, Ruth. Juventude: conceitos e visões. In: **Encontro Estadual de Políticas Públicas de Juventude**. P. 15-21. São Paulo: Associação de Apoio ao Programa Capacitação Solidária (AAPCS), Imprensa Oficial, 2003.

CARVALHO, Isabel Cristina Moura. Ambientalismo e juventude: o sujeito ecológico e o horizonte da ação política contemporânea. In: **Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo e Instituto da Cidadania, 2004.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 21. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

CASTRO, João Paulo Macedo. Protagonismo juvenil e os novos modelos de políticas públicas. In: **Anais da 26ª. Reunião Brasileira de Antropologia**. Porto Seguro, 2008.

CASTRO, R. S.; BAETA, A. M. B. Autonomia intelectual: condição necessária para o exercício da cidadania. In. LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S. **Educação Ambiental: repensando o espaço da cidadania**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

DAFLON, Rogério. Em Angra, uma aula sobre praias privatizadas. **Ecodebate**. 2017. Disponível em: <<https://www.ecodebate.com.br/2017/11/28/com-25-praias-privadas-angra-dos-reis-ensina-como-os-ricos-limitam-o-acesso-dos-pobres-ao-mar/>>. Acesso em: 19 dez. 2017.

ERIKSON, Erik. **Infância e sociedade**. Tradução G. Amado. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

FLOR, Ainá (Dir.). **Abacatal no caminho das pedras: a luta pela Justiça Ambiental**. Documentário publicado por Fase – Solidariedade e Educação, 2015. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=8QG\\_C85wPHA](https://www.youtube.com/watch?v=8QG_C85wPHA)>. Acesso em: 20 dez. 2017.

GRAJEW, Oded. **Fórum Social Mundial-10 anos 2009**. Disponível em <<https://acervonossasaopaulo.org.br>> Acesso em 25 de nov. 2017.

GROPPO, Luís Antonio. Teorias críticas da juventude: geração, moratória social e subculturas juvenis. **Em Tese**, Florianópolis, v. 12, n. 1, jan./jul., 2015. ISSN: 1806-5023. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/viewFile/1806-5023.2015v12n1p4/29763>

GOULD, K. A. Classe social, justiça ambiental e conflito político. In: ACSELRAD, Henri; HERCULANO, Selene; PÁDUA, José A. (Orgs.). **Justiça ambiental e cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará–FundaçãoFord, 2004. p. 69-80.

GUIMARAES, Roberto Pereira; FONTOURA, Yuna Souza dos Reis da. Rio+20 ou Rio-20?: crônica de um fracasso anunciado. In: **Ambient. soc.** V. 15, n. 3, p. 19-39. São Paulo, dez. 2012 Disponível em<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-753X2012\\_000300003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2012_000300003&lng=en&nrm=iso). Acesso em 26 de nov. 2017.

ICMBIO. **Jovens Protagonistas São Capacitados em Soure**. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/educacaoambiental/destaques/142-jovens-protagonistas-sao-capacitados-em-soure.html>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

KRAUSKOPF, Dina. La construcción de políticas de juventud en Centroamérica. In: LEÓN, Oscar (Ed.). **Políticas públicas de juventud en América Latina: políticas nacionales**. Viña del Mar, Chile: Cidpa, 2003.

KRISCHKE, Paulo J. **Perfil da juventude brasileira: questões de cultura política e participação democrática**. Revista Interthesis, n. 2, DICH/UFSC, 2004b.

LANES Patrícia, RIBEIRO Marina. A Juventude pensa a cidade. **Ritimo**. Disponível em: <<https://www.ritimo.org/A-juventude-pensa-a-cidade>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

LECCARDI, Carmem. **Por um novo significado do future mudança social, jovens e tempo**. P. 35 a 57. Novembro de 2005. Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 17, n. 2

LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. Educação ambiental crítica: do socioambientalismo às sociedades sustentáveis. Universidade Federal da Paraíba. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.35, n.1, p. 145-163, jan./abr. 2009 <http://www.scielo.br/pdf/ep/v35n1/a10v35n1.pdf>

LAYRARGUES P.P. O cinismo da reciclagem: o significado ideológico da reciclagem de lata de alumínio e suas implicações para a educação ambiental. In: LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S. **Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania**. São Paulo: Cortez, 2002.

LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P. Ecologia política, justiça educação ambiental crítica: perspectivas *de aliança* contra hegemônica. **Trab. educ. saúde** [online]. 2013, vol.11,

n.1, pp.53-71. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1981-77462013000100004&script=sci\\_abstract&tlng=p](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1981-77462013000100004&script=sci_abstract&tlng=p)

MMA. **Sustentabilidade e agroecologia conceitos e fundamentos**. Volume 5. Coleção Formação de Agentes Populares de Educação Ambiental na Agricultura Família. Brasília, 2015. Disponível em: <https://www.scribd.com/document/342492471/agentespopulares-volume5>

\_\_\_\_\_. Sustentabilidade e agroecologia conceitos e fundamentos. **Caderno Conceitual do PEAAF**, Brasília, 2015. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/lenildoaraujo7/caderno-conceitual-46264987>>. Acesso em: 18 nov. 2017.

ONU. **O Futuro que Queremos**. Declaração final da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (rio + 20). Versão em português revisada por Júlia Crochemore Restrepo - Revisora de texto da Universidade Federal de Santa Catarina (SIAPE 1953825) e pelo Professor Doutor Daniel José da Silva, do Departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental, Centro Tecnológico, da Universidade Federal de Santa Catarina (SIAPE 1156856). Comitê Facilitador da Sociedade Civil Catarinense Rio +20. Rio de Janeiro. 2012. Disponível em <<http://www.mma.gov.br/port/conama/processos/61AA3835/O-Futuro-que-queremos1.pdf>> Acesso em: 26 nov. 2017.

OSÓRIO, Luis Carlos. **Adolescente hoje**. Porto Alegre: Artmed, 1989.

QUINTAS, José Silva. **Introdução à gestão ambiental pública**. 2ª ed. revista. Brasília: Ibama, 2006.

SANTOS, Milton. **Por uma Outra Globalização: do pensamento único à consciência universal**. São Paulo: Editora Record, 2009.

SOUZA, Hérlon Porfírio de. A obsolescência deliberada dos produtos e sua relação com o meio ambiente. 2012. Disponível em <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/121423>> Acesso em 12 de nov. 2017.

SORRENTINO, Marcos et al. Educação ambiental como política pública. **Educ. Pesqui.**, São Paulo , v. 31, n. 2, p. 285-299, Aug. 2005. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S151797022005000200010&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151797022005000200010&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 30 nov. 2017.

SANTOS, Susana Peres, GARDOLINSKI, Maria Terezinha Hanel Antoniazzi. A importância da Educação Ambiental nas escolas para a construção de uma sociedade sustentável. 2016  
Disponível em:  
<<http://www2.al.rs.gov.br/biblioteca/LinkClick.aspx?fileticket=1VmNggPU170%3d&tabid=5639>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

SPOSITO, Marília Pontes *et al.* Juventude e poder local: um balanço de iniciativas públicas voltadas para jovens em municípios de regiões metropolitanas. **Revista Brasileira de Educação**, v. 11, n. 32, maio/ago, 2006, p. 238-371

\_\_\_\_\_. (Coord.). **Estado da arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: educação, ciências sociais e serviço social (1999-2006)**. V. 1, 2. Belo Horizonte: Argumentvm, 2009.

\_\_\_\_\_. Juventude e educação: interações entre a educação escolar e a educação não-formal. **Educação & Realidade**, vol. 33, nº 2, jul-dez, 2008, p. 83-97.

TAYRA, Flávio; RIBEIRO, Helena. Além das questões técnicas econômicas: uma revisão de valores para o desenvolvimento sustentável. **Revista Pensamento Realidade** – Ano VII – Nº 16/2005. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/pensamentorealidade/article/download/.../6244>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

TOMMASI, Livia de. Tubarões e peixinhos: histórias de jovens protagonistas. In: **Educação e Pesquisa**. V. 40, N. 2, P. 533-548. São Paulo, abr./jun. 2014.

UNESCO. **Abrindo Espaços** - Construindo Saberes. Referências conceituais e metodológico Programa Abrindo Espaços: educação e cultura para a paz. Dez. 2008.

UNIPOP. **Juventude Debate Injustiça Ambiental e Violações de Direitos na Amazônia**. 2016. Disponível em: <<http://www.unipop.org.br/conteudos/noticias-unipop/38619>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

#### **4. Conservação Ambiental com Inclusão Social**

A temática da Inclusão Social dos Jovens que vivem em Unidade de Conservação Ambiental de Uso Sustentável ou que pertencem a Comunidades Tradicionais vem cada vez mais ocupando espaço nas discussões que vinculam Juventude e Meio Ambiente. Entender quem são estes jovens e quais seus valores e suas realidades tem sido cada vez mais objeto de pesquisa de grupos que se debruçam em apontar caminhos para integração entre esta juventude e os locais e os locais onde vivem. Algumas das questões que permeiam estas discussões são: quais são os fatores que contribuem para o êxodo rural da juventude que vive em Unidades de Conservação de uso sustentável? Os jovens de povos e comunidades tradicionais estão sujeitos à vulnerabilidade social? Se positivo, como superá-la? Qual o grau de acesso que os jovens habitantes de Unidades de Conservação de Uso Sustentável têm aos bens e serviços públicos e demais direitos?

Estas são as questões de pesquisa sobre as quais se pautaram este artigo, estruturado a partir de cinco temas: o êxodo rural e a juventude; as Políticas Públicas e a juventude de Unidades de Conservação, a educação ambiental e Unidades de Conservação Ambiental, estudos de caso e por fim o que pensam os jovens e os gestores sobre o processo de Conservação Ambiental com Inclusão Social. As questões de pesquisa foram abordadas a partir da realização de uma revisão bibliográfica sobre os temas, da análise de informações disponibilizados por órgãos Públicos Federais e de entrevistas com jovens e gestores de Unidades de Conservação.

##### **O êxodo rural e a juventude**

Segundo o MMA (2012), diversos programas têm sido empreendidos pelo Governo Federal para a formação de lideranças jovens e valorização da juventude. No entanto, a exclusão social e êxodo rural da população jovem apresentam-se como questões que devem ser abordadas para que se possam compreender as demandas desta comunidade.

Segundo Brandenburg (2010), a não contemplação igualitária da diversidade do espaço rural pelas políticas públicas brasileiras promove a intensificação do êxodo rural e o processo de exclusão social da população rural brasileira. Há ainda no cenário rural a predominância da grande propriedade patronal, sendo as desigualdades sociais e econômicas rurais acentuadas pelo contraste entre as agriculturas extensiva e a familiar (STROPASOLAS, 2002).

Faz-se necessário que as políticas sociais e ambientais a serem implantadas no Brasil ampliem os direitos de cidadania no espaço rural, priorizando-se principalmente os grupos

sociais mais prejudicados na agricultura familiar - os jovens e as mulheres - e que promovam o acesso universal aos serviços de base (SACHS, 2004; STROPASOLAS, 2002).

No que se refere à juventude rural, Silvestro (2001) afirma que a diluição cada vez maior entre limites, espaciais e de valores, urbanos e rurais no Brasil favorece o processo migratório desta população. Segundo Carneiro (1988), esta aproximação promove uma ruptura parcial com os valores tradicionais das suas comunidades de origem, o que muitas vezes resulta no aumento do processo migratório desta juventude. Esta aproximação ocorre principalmente pela ausência ou precariedade dos serviços básicos e pelas poucas oportunidades produtivas em áreas rurais de pequenos produtores familiares ou de comunidades tradicionais.

Stropasolas (2002) afirma que a falta de oportunidades para o exercício de atividades produtivas e/ou profissionais e de educação existentes no meio rural, considerando-se o cenário socioambiental atual, também explica o êxodo rural da população jovem. Segundo o autor, há precariedade no que se refere à educação nas áreas rurais, o que favorece o êxodo rural da população jovem de diversas formas. Além da migração para as cidades desta população em busca de acesso a esta educação, muitos jovens rurais que já saíram da escola e retornaram para suas propriedades rurais têm formação educacional precária. Assim, como afirma o autor, o baixo nível educacional muitas vezes dificulta o desempenho da atividade agrícola e o desenvolvimento das novas atividades no meio rural.

Muitos destes jovens que se apropriam de uma formação educacional oficial não retornam ao campo por não encontrarem relação entre tal formação e o processo produtivo ao qual estavam vinculados. Isto porque, como afirma Delfini (2008), em geral os currículos das escolas rurais têm os mesmos conteúdos programáticos e estratégias de ensino que os das escolas urbanas, dificultando que o jovem rural estabeleça no seu aprendizado uma significância associada às suas referências históricas, aos seus meios e os valores de sua família e grupo comunitário.

Outro fato que resulta desta aproximação entre campo e cidade é a demanda cada vez maior por parte desta juventude de acesso aos bens de consumo, como roupas, utensílios de uso pessoal e equipamentos eletrônicos. Isto favorece a busca destes jovens por independência financeira, o que muitas vezes os impulsiona a buscar empregos formais nas cidades (STROPASOLAS, 2002). As causas do êxodo rural de jovens pertencentes a Unidades de Conservação de Uso Sustentável não se diferem daquelas associadas a outros jovens rurais.

Ao avaliar a migração de população beneficiárias do programa Bolsa Verde em assentamentos rurais e Unidade de Conservação, o ICMBio (2016, p. 60) afirma que “quando



há a saída de familiares, em geral, são jovens com destino ao centro urbano próximo, em busca de um trabalho formal ou continuidade dos estudos”.

Tanto quanto compreender o processo migratório, compreender a relação desta juventude com o território ao qual pertence é fundamental para compreensão do processo de inclusão social de jovens pertencentes às Unidades de Conservação Ambiental. Sendo assim, as políticas públicas federais e estaduais, responsáveis pelo desenho físico e social destes territórios devem ser entendidas como instrumentos básicos para a inserção da juventude rural e de comunidade tradicionais no processo de gestão de seus territórios e do país como um todo.

### **As Políticas Públicas e a juventude de Unidades de Conservação**

Como afirmam Silva e Silva (2011), dentre as políticas públicas, aquelas voltadas à juventude ainda manifestam-se como necessidade recente. Ainda assim, como afirma Souza (2016), dos programas de políticas públicas voltados aos jovens nenhum deles têm como prioridade o jovem rural, sendo que as que abordam indiretamente tal juventude têm como foco a educação e a qualificação profissional.

Mesmo não estando explicitamente vinculada à população jovem de Unidades de Conservação ou de Comunidades Tradicionais, pode-se dizer a contemplação dos jovens nas políticas públicas começa a se estruturar a partir Política Nacional da Juventude em 2005, sendo que dentre as políticas públicas voltadas para a juventude destaca-se o Plano Nacional da Juventude e Meio Ambiente, instituído pela Portaria Interministerial nº 390 de 18 de novembro de 2015.

Das diretrizes do Plano Nacional de Juventude e Meio Ambiente, três estão diretamente vinculadas ao tema tratado neste artigo: apoio a trabalho e renda que visem o desenvolvimento sustentável; ampliação da conservação ambiental com inclusão social; reconhecimento do valor ecossistêmico dos territórios pelos jovens (BRASIL, 2015).

O Estatuto da Juventude, estabelecido pela Lei Federal n 12.852/2013, também busca atender e fortalecer a participação da juventude no processo de gestão do país. Apesar de não fazer qualquer referência à juventude de Unidades de Conservação Ambiental ou de Comunidades Tradicionais, este Estatuto, em seu Artigo 36, apresenta como premissa a participação da juventude rural no processo de elaboração, execução e avaliação de políticas públicas que incorporem a dimensão ambiental.

No que se refere à educação e mais especificamente à educação ambiental vinculada às comunidades tradicionais, a Lei 9795/1999, que institui a Política Nacional de Educação

Ambiental, destaca a necessidade do desenvolvimento de atividades de Educação Ambiental Não-Formal vinculadas a estas comunidades, como aplica o Artigo 13.

Apesar da referência às Unidades de Conservação aparecer na Política Nacional de Educação Ambiental, foi só em 2000 que este instrumento, estabelecido pela Política Nacional do Meio Ambiente - Lei Federal nº 6938/1981 (BRASIL, 1981), foi regulamentado pela Lei nº 9.985/2000 que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) brasileiro e definiu os diferentes tipos de Unidade de Conservação (UCs). Estas unidades estão divididas em dois grandes grupos, as Unidades de Proteção Integral e as Unidades de Uso Sustentável. (BRASIL, 2000).

Apesar da criação das UCs representar um instrumento de proteção dos sistemas naturais brasileiros, há um conflito estabelecido entre a Lei nº 9.985/2000 e o Decreto nº 6.040/2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

Um instrumento que busca viabilizar a permanência das Comunidades Tradicionais em seus territórios, apesar de não apresentar ação ou estratégia específica voltada à população jovem, é o Programa Nacional de Florestas (PNF), criado pelo Decreto no 3.420/2000. Complementarmente ao Programa Nacional de Florestas, a Lei Federal nº 12.512/2011 instituiu dois programas de que favorecem a permanência das Comunidades Tradicionais e rurais nos seus territórios: o Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, ou Bolsa Verde.

### **O Programa Bolsa Verde**

O Programa Bolsa Verde (PBV) é “um programa de transferência de renda para famílias em situação de extrema pobreza que vivem em áreas de relevância para a conservação ambiental. (MMA, 2017, n.p.)”. Das 48133 famílias beneficiárias do Programa Bolsa Verde, 19.875 estão em 70 Unidades de Conservação (vinculadas ao ICMBio), 23.398 estão em 813 assentamentos (vinculadas ao INCRA) e 4860 são ribeirinhas (vinculados a Secretaria do Patrimônio da União/*SPU*). Das famílias beneficiárias em Unidades de Conservação, a grande maioria encontra-se no estado do Pará (11.293 famílias), seguindo de longe pelo estado da Bahia (2.394 famílias) e em seguida pelo estado do Amazonas (1.513 famílias).

Em 2016 foi publicado o Relatório Final do monitoramento amostral do Programa Bolsa Verde – Ano Base 2015, desenvolvido através da parceria institucional entre o Ministério do Meio Ambiente e Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

Analisando-se os dados etários apresentados pelo estudo, conclui-se que a faixa etária jovem (entre 15 e 29 anos) corresponde a 28,24% da população que compõe as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Verde. Observa-se ainda que a faixa etária de crianças (entre 0 e 14 anos) corresponde a 39,35%, a faixa etária de adultos (entre 30 e 64 anos) corresponde a 31,08% e a faixa etária idosa (acima de 65 anos) corresponde a 1,32% destas famílias (MMA, 2016).

No que se refere à frequência escolar, observa-se que aproximadamente 90% a população jovem das famílias beneficiárias em UCs entre a faixa de 15 e 17 anos está matriculada na escola, diminuindo para aproximadamente 30% entre a faixa etária de 18 e 28 anos. Observa-se também que a maioria dos adolescentes entre 15 e 17 anos não matriculados em escola está na região norte e no bioma Amazônia (MMA,2016).

Segundo o MMA (2016) os dados de migração mostram que as famílias mudaram pouco desde o início do recebimento do benefício do PBV, sendo que enquanto houve o aumento médio das famílias por nascimento ou imigração de 2,8%, saiu das famílias por morte ou emigração 5,1% dos indivíduos. No entanto, os dados comparados aos de 2014 mostram maior tendência para saída, especialmente por emigração.

Entretanto, no que se refere à promoção da educação ambiental nas Unidades de Conservação e Centros de Pesquisa e Conservação voltada para jovens pelo ICMBio, “em 2016 foram capacitados 967 jovens em unidades de conservação, representando quase 32% do total de ações apoiadas pela Coordenação de Educação Ambiental - COEDU (ICMBIO, 2016, p. 7)”, sendo a educação ambiental apontada como um dos principais instrumentos de mudança no processo participativo da juventude rural na gestão das UCs as quais estão vinculadas.

### **A educação ambiental e Unidades de Conservação Ambiental**

A Educação ambiental é sem dúvida um dos instrumentos fundamentais para fomento da participação da comunidade e da juventude na gestão de Unidades de Conservação. Ela permite a criação de condições para uma gestão socioambientalmente eficiente e democrática, através da explicitação de conflitos e estratégias coletivas, possibilitando o controle social efetivo na elaboração e execução de políticas públicas (ICMBIO, 2017).

Segundo o ICMBIO e WWF (2016), um dos maiores desafios para o ICMBIO é a consolidação da participação e controle social na gestão de UCs. Por isto as ações educativas promovidas pelo ICMBio baseiam-se no potencial para o desenvolvimento de uma educação ambiental que articule objetivos de conservação com transformação social no espaço das UCs.

Para que isto seja possível, as equipes do ICMBIO no processo de gestão de UCs adotam estratégias de educação ambiental estabelecidas a partir de leituras do contexto, identificação de desafios e conflitos existentes nestas Unidades e de atores sociais participantes ou com potencial de participação nestes espaços (ICMBIO e WWF, 2016).

O ICMBio trabalha com a concepção de educação no processo de gestão ambiental pública de UCs, utilizando-se como modelo uma educação ambiental “crítica, transformadora e emancipatória” (ICMBIO, 2017, p. 15). Esta prática incorpora a participação de segmentos da sociedade relacionados direta ou indiretamente as questões de cada local trabalhado, mas prioriza os grupos em condições de vulnerabilidade socioambiental.

Um dos principais instrumentos para a orientação de ações de alinhamento entre educação ambiental e comunicação para gestão de UCs é o documento composto pelas Diretrizes para a Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental em Unidades de Conservação– ENCEA, que apresenta os princípios, as diretrizes, os objetivos e as propostas de ações necessárias para o desenvolvimento de políticas públicas e de programas de Educação Ambiental e Comunicação em UCs (MMA, 2011). Tendo-se como objetivo estabelecer referências para a aplicação da ENCEA nas UCs, em 2015 o Ministério do Meio Ambiente publicou, em seu site, cinco cadernos temáticos.

Partindo-se dos objetivos e princípios estabelecidos pela ENCEA, o ICMBio estabeleceu as diretrizes para implementação de seus processos educativos nas Unidades de Conservação Federais e regiões de entorno (ICMBio, 2017), sendo a implementação da educação ambiental no processo de gestão pública da biodiversidade norteadas por cinco premissas: participação social, sustentabilidade, sujeitos prioritários da ação educativa, territorialidades e identidades e conservação da biodiversidade (ICMBIO, 2017).

Outro instrumento que viabiliza a participação social através da educação ambiental é o do Projeto Político Pedagógico com bases em processos de Educação ambiental (PPPea). Tal Projeto é um instrumento que permite a utilização da educação ambiental para o atendimento de objetivos dos Planos Manejo de UCs. Um exemplo é o Plano de Manejo da APA do Planalto Central, no qual a promoção da educação ambiental aparece como um dos seus objetivos estratégicos. Este Plano de Manejo apresenta ações prioritárias para o atendimento deste objetivo, ações estas contempladas no o Projeto Político Pedagógico de Educação Ambiental do Parque Nacional de Brasília, da APA do Planalto Central e da Reserva Biológica de Contagem (DOUNIS, 2017).

Outro exemplo foi a utilização de ações e ferramentas pedagógicas para a construção dos marcos estruturantes do Projeto Político Pedagógico Reserva de Desenvolvimento

Sustentável Itatupã-Baquiá. Foram utilizadas técnicas pedagógicas e metodológicas como entrevistas-diálogo, rodas de conversa, oficinas, reuniões, grupos de trabalho, levantamento de dados secundários, observação participante, produção e utilização de vídeo como mediação pedagógica (MMA, 2016a, p. 9).

No Projeto Político Pedagógico de Educação Ambiental e Agricultura Familiar da Floresta Nacional de Tefé, utilizou-se de oficinas, reuniões, entrevistas e observação participante realizadas com lideranças, grupo de mulheres, grupo de jovens, professores, instituições governamentais e não governamentais que se relacionam com o território da unidade de conservação para o planejamento participativo (MMA e ICMBIO, 2016).

No entanto, quando se amplia discussão de educação ambiental aos jovens de Unidades de Conservação e de Comunidades Tradicionais observam-se desafios complementares.

### **A Educação Ambiental e Capacitação da Juventude de UCs**

No que se refere à participação de jovens de comunidades que vivem em UCs, o ICMBio (2012, p. 11) indica que este Órgão deva “estimular a inserção participativa de questões ligadas à realidade e ao cotidiano das UC, bem como à conservação da sociobiodiversidade”, bem como estimular o “desenvolvimento de atividades científicas com jovens de comunidades locais e do entorno das UC, favorecendo a inserção dessas populações como agentes parceiros nas ações de conservação e fiscalização das UC.”

Um dos exemplos que se pode citar da aplicação da educação ambiental como instrumento para o fomento à participação dos jovens na gestão das UCs às quais pertencem é o Projeto Jovem Ambientalista, que desde 2006 vem sendo realizado na Flona Carajás. Este projeto, que trabalha com alunos da rede pública de educação entre 14 a 18 anos idade do município de Parauapebas, busca formar multiplicadores em educação ambiental com visão crítica e capacidade de atuação nas respectivas comunidades. As atividades compreendem aulas teóricas, práticas, atividades socioambientais, seminários, palestras, leitura e debate de textos (MMA, 2015).

Outro exemplo que se pode citar é o Projeto Jovens como Protagonistas do Fortalecimento Comunitário, realizado nas RESEX do Baixo Juruá, RESEX do Rio Jutá e FLONA de TEFÉ<sup>10</sup>, utilizando-se da Metodologia Verde Perto Educação.

---

<sup>10</sup> Conheça mais sobre a aplicação da Metodologia Verde Perto no Projeto Jovens como Protagonistas do Fortalecimento Comunitário na RESEX do Baixo Juruá, Resex do Rio Jutá e Flona de Tefé acessando o vídeo: <<https://www.youtube.com/watch?v=ezjGFLxg-aQ>>

A Metodologia Verde Perto Educação foi desenvolvida em 2007 na cidade de Conselheiro Lafaiete (MG) por Rodrigues e Pereira (2008) que, a partir do conceito de inteligências múltiplas, estruturou um conjunto de atividades com alunos.

Ela foi aplicada, sob a coordenação de Leonardo Rodrigues, entre 2011 e 2013 em UCs federais<sup>11</sup>, como estratégia de aproximar os jovens da gestão participativa destas Unidades. Posteriormente, outras UCs federais e estaduais utilizaram também esta estratégia metodológica.

A experiência de aplicação desta metodologia em UCs pautou-se num tripé: protagonismo juvenil, onde os próprios jovens das UC sugerem e propõe atividades; transdisciplinaridade, sendo diversos assuntos abordados concomitantemente e de forma integrada nas atividades desenvolvidas; e educação lúdica, sendo realizadas atividades lúdicas ligadas ao tema trabalhado de forma intercalada entre as atividades teóricas e as palestras, com a finalidade atrair os jovens para participação e para o retorno às atividades do projeto (ICMBIO, 2013).

Utiliza-se de linguagens diversas em encontros presenciais coletivos para promover a aproximação dos jovens às demandas dos Planos e Projetos. Há a participação dos jovens desde a definição dos temas a serem abordados até a forma como estes são abordados. Os jovens são inicialmente convidados a participar destes encontros e conforme estes vão obtendo autonomia no processo vão assumindo a gestão de todo o processo (RODRIGUES e PEREIRA, 2008; ICMBIO, 2013).

Trabalham-se temas que vão da compreensão do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), até compreensão de instrumentos legais da gestão participativa e estratégias de associativismo e cooperativismo.

### **Estudos de caso**

Vinculados à demanda de inserção da juventude no processo de gestão efetiva das Unidades de Conservação, algumas ações e projetos têm sido desenvolvidos.

Segundo vários autores, repensar e fortalecer o processo de educação é estrutural para que se possa conseguir a maior participação dos jovens rurais, moradores ou não de UCs no processo de gestão de seus territórios.

Partindo-se deste contexto, apresentam-se três estudos de caso, sendo que no primeiro identificam-se demandas para a participação de jovens na gestão de uma UC, no segundo explana-se sobre um projeto implantado para o favorecimento desta participação e no terceiro

---

<sup>11</sup> RESEX do Baixo Juruá, RESEX do Rio Jutaf, Flona Tefé, entre outras.

apresenta-se uma proposta de projetos-piloto para implantação de ações para o fomento da participação de jovens na gestão de UCs.

### **Demandas para a participação de jovens na gestão da RESEX Marinha Caeté-Taperaçu (PA)**

O Pará é o estado federativo brasileiro que possui a maior quantidade de famílias beneficiárias do programa Bolsa Verde residentes em UCs. Dentre estas UCs, a que mais possui famílias beneficiárias é a Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu. As comunidades que aí vivem praticam tanto a pesca, principalmente no mar, quanto a agricultura de subsistência, além da coleta de caranguejo de forma rudimentar. Esta coleta está vinculada a medidas de ordenamento, em função da crescente escassez do caranguejo no mangue (LAMARÃO e MANESCHY, 2015).

Segundo Lamarão e Maneschy (2015), as medidas de ordenamento derivadas da instituição do território em RESEX definiram regras de cogestão do território, envolvendo atores sociais em âmbito local, municipal, estadual e federal, possibilitando também que os habitantes tradicionais possam beneficiem-se de políticas públicas.

Apesar do ordenamento promover a aproximação de vários atores, como afirmam Lamarão e Maneschy (2015), a cooperação entre estes os atores no processo de gestão dificilmente ocorre de forma espontânea, sendo necessário que a cultura institucional sustente um tipo de socialização para a cooperação.

Da mesma forma que ocorre com toda a comunidade, a participação dos jovens na cogestão da UC é baixa, estando estes mais envolvidos com o trabalho (a pesca, a captura do caranguejo, a pequena agricultura). Os autores afirmam que a maioria destes jovens são apenas usuários/beneficiários de políticas públicas, como PBV, por exemplo, não participando efetivamente da discussão e gestão destas. Lamarão e Maneschy (2015, p. 281) indicam a necessidade de investimentos em “processos socializadores de jovens para a participação nas instâncias formais da gestão fortalecendo a cooperação, sobretudo, para preservação dos meios de vida e da cultura”. Por mais que estes jovens busquem a criação de novas práticas socioculturais que valorizem sua cultura, estes são extremamente vulneráveis aos apelos de consumo, ao uso do dinheiro e fluidez entre o que é mercantilizável ou não.

### **O Projeto Jovem Cientista das Águas na Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Piagaçu-Purus – Amazonas**

Localizada no baixo rio Purus, no estado do Amazonas, esta UC tem como um de seus principais objetivos assessorar os moradores da região no manejo sustentável dos recursos naturais. Este Projeto, desenvolvido pelo Instituto Piagaçu (IPi) utilizando a Metodologia Verde Perto Educação, teve como objetivo favorecer o envolvimento dos jovens na organização comunitária e em atividades de manejo dos recursos naturais (SILVA et al., 2015). Atentou para a importância da promoção de reflexão crítica, da participação coletiva e do diálogo entre atores envolvidos na gestão participativa, atuando-se com o público escolar, nos fóruns locais de discussão sobre práticas coletivas de gestão e manejo, e elaborando-se e executando-se atividades continuadas de educação não formal (SILVA et al., 2015).

Inicialmente, o Instituto identificou como demanda a necessidade de trabalho com o público jovem das comunidades locais para que fossem formadas novas lideranças que seguissem o processo de implementação e consolidação dos sistemas de manejo e gestão da RDS-PP, além da necessidade de levar-se aos jovens informações relevantes no contexto de saúde, educação e cultura. Neste contexto foi concebido o Jovem Cientista das Águas, como estratégia de ação do Projeto Peixes da Floresta<sup>12</sup> (SILVA et al., 2015).

O Jovem Cientista das águas possibilitou aos jovens da UC, através de conteúdos extracurriculares, o acesso e/ou troca de conhecimentos científicos, tradicionais e informações técnicas necessárias à prática do manejo sustentável de peixes da região, bem como o estímulo ao protagonismo juvenil (SILVA et al., 2015).

Buscou-se despertar, através do resgate histórico, da participação em pesquisas básicas e aplicadas, do acesso à informação técnico/científica e da promoção da cultura e da arte, o interesse dos jovens pela gestão participativa e manejo sustentável dos recursos naturais. Tal Projeto promoveu momentos de transmissão de conhecimento e de técnicas entre os manejadores mais experientes e os jovens pescadores interessados, como proposto também pelo Projeto Piloto de Capacitação de Jovens Lideranças Multiplicadoras em Unidades de Conservação Federal.

### **Projeto Piloto de Capacitação de Jovens Lideranças Multiplicadoras em Unidades de Conservação Federal**

---

<sup>12</sup> “Este projeto faz alusão à vital e peculiar relação dos peixes com a exuberante floresta amazônica. As ações do projeto englobam localidades inseridas nas áreas urbanas e rurais dos municípios de Anori, Beruri, Coari e Tapauá, localizadas na bacia do rio Purus, e nas áreas urbanas de Manacapuru e Manaus, Estado do Amazonas, perfazendo um total de 5.700 pessoas atingidas diretamente e mais de dois milhões de pessoas atingidas indiretamente (Instituto Piagaçu, 2017, p. 808)”.



O Projeto Piloto de Capacitação de Jovens Lideranças Multiplicadoras em Unidades de Conservação Federal foi desenvolvido como instrumento de capacitação dos atores sociais envolvidos com as UCs para atuarem ativamente e de forma qualificada na gestão destas UCs. Este foi realizado pelo ICMBio com apoio da Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ), baseado no Projeto Jovens como Protagonistas do Fortalecimento Comunitário.

Estruturado em 2012, este Projeto foi proposto para ser implantado a partir de três planos-piloto e teve na sua elaboração a participação ativa dos jovens e das comunidades das Resex do Médio Juruá (AM), Resex do Rio Unini (AM) e Parque Nacional da Chapada Diamantina (BA), sendo as propostas construídas coletivamente entre jovens, analistas ambientais, lideranças comunitárias e representantes das associações destas UCs (ICMBIO, 2013).

O projeto foi inicialmente organizado em módulos, cada um deles a ser realizado com a juventude de uma comunidade através de encontros presenciais com duração de três dias, estendendo-se para cinco em UCs com logísticas de organização mais complexas (neste caso, estes cinco dias contemplam dois módulos). Para desenvolver cada módulo de trabalho será definida uma equipe executora, composta por pessoas que abordem questões teóricas sobre os assuntos em pauta e por artistas que trabalhem com a arte escolhida para ministrar as oficinas. Dentro desta equipe haverá também o moderador, que terá o papel de tradutor entre os diferentes saberes e linguagens abordados durante o encontro (ICMBIO, 2013).

Devem ser realizadas reuniões de preparação com a equipe gestora da UC, com os jovens, com os pais e lideranças comunitárias, com as lideranças da associação de moradores/produtores da UC do entorno para implementação do Projeto e para alinhamento entre todos estes atores (ICMBIO, 2013).

Como temas principais para serem trabalhados nestes projetos-piloto, definiram-se biodiversidade e mudança climática. Estes temas foram inicialmente estruturados em módulos (tabela 1).

**Quadro 1: Módulos propostos para serem desenvolvidas nas três UCs**

<b>Módulo</b>	<b>Plano Piloto Resex do Médio Juruá</b>	<b>Plano Piloto Resex do Rio Unini</b>	<b>Plano Piloto Parque Nacional Chapada Diamantina</b>
1	Contexto da questão ambiental contemporânea no mundo e no Brasil e criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação	Contexto da questão ambiental contemporânea no mundo e no Brasil e criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação	Contexto da questão ambiental contemporânea no mundo e no Brasil e o Sistema Nacional de Unidades de Conservação

2	A história das UC de Uso Sustentável do Médio Juruá	A História do Rio Unini	A história do Parque Nacional da Chapada Diamantina
3	A gestão participativa nas Unidades de Uso Sustentável	A gestão participativa nas Unidades de Uso Sustentável	A biodiversidade da Chapada Diamantina
4	Violência doméstica e preconceito	Saúde e funcionamento do corpo humano	A diversidade cultural da Chapada Diamantina
5	Saúde, prevenção de doenças e planejamento familiar	Nutrição e prevenção de doenças	Os atrativos turísticos da Chapada Diamantina
6	Organização comunitária, formação de lideranças e associativismo	Artesanato nas comunidades	As águas da Chapada Diamantina, saneamento básico e urbanização
7	A biodiversidade do Médio Juruá	Ecologia do Rio Unini	O clima da Chapada
8	Artesanato no Médio Juruá	A biodiversidade do Rio Unini	Alternativas agropecuárias adequadas a região
9	As águas e o saneamento básico	Organização comunitária, formação de lideranças, cooperativismo e associativismo	Fortalecimento das comunidades pela organização e participação social
10	O protagonismo juvenil na gestão do patrimônio natural das UC do Médio Juruá	O protagonismo juvenil na gestão do patrimônio natural da Resex	O protagonismo juvenil na gestão do patrimônio natural da Chapada

Fonte: ICMBio (2013) – Adaptado pelo autor.

Como resultado da organização destes módulos, foram geradas tabelas com competências, habilidades e atitudes estimuladas nos encontros em cada uma das UCs, encontros estes fundamentais para o fomento à participação dos jovens no processo de gestão destas Unidades, segundo jovens gestores.

### **O que pensam os jovens e os gestores sobre o processo de Conservação Ambiental com Inclusão Social**

Então, o que pensam os jovens e os gestores sobre a Conservação Ambiental com Inclusão Social? Nesta etapa do trabalho são abordadas as três perguntas de pesquisa a partir do depoimento de jovens e gestores de Unidades de Conservação Sustentáveis.

Cinco jovens colaboraram para a identificação das problemáticas relativas a cada questão: Gabriella Calixto Scelza - analista ambiental do ICMBio trabalhando na RESEX Marinha de Soure (PA), Manoel Silva da Cunha – Gestor da Unidade de Conservação Resex Médio Juruá (AM), Dione Torquato – diretor de juventude do Conselho Nacional dos Seringueiros/CNS; Huefeson Falcão – Gestor do Projeto Jovens como Protagonistas na Floresta Nacional de Tefé (AM) e Rafael Suertegaray Rossato – analista ambiental do ICMBio trabalhando no Núcleo de Gestão Integrada de Tefé (AM).

### **O êxodo rural da juventude que vive em Unidades de Conservação de Uso Sustentável**

Segundo todos os entrevistados, o êxodo de jovens das Unidades de Conservação é intenso e existem três principais motivos que levam os jovens de UCs a migrarem para as áreas urbanas: o cenário de vulnerabilidade social derivado da dificuldade de acesso a serviços básicos, a falta de perspectivas e de oportunidades de melhoria de vida e a precariedade ou falta de acesso à educação formal e não formal.

Gabriella Calixto Scelza ressalta que tais problemas são enfrentados em UCs de todas as regiões do país e não apenas nas da região norte (onde se encontra). A entrevistada afirma ainda que os jovens reconhecem que vivem em áreas especiais, mas não conseguem perceber como estas podem oferecer-lhes uma qualidade de vida melhor. Segundo Manoel Silva da Cunha, destes fatores aqui apresentados o mais relevante é a fragilidade do processo de educação.

Todos os entrevistados afirmam que a dificuldade de acesso desta juventude à educação formal obriga-os quase sempre a buscá-la nos centros urbanos, principalmente após a conclusão do ensino médio. Além da dificuldade de acesso a esta educação, a grande maioria das escolas disponíveis oferecem uma formação extremamente precária. Como afirma Huefeson Falcão, “nas nossas comunidades, em muitas delas, ainda brigamos por acesso a educação enquanto na cidade se discute sua qualidade.”

Gabriella afirma que “O analfabetismo nas UCs amazônicas é grande e assusta os jovens que sonham com uma vida melhor”.

Segundo Manoel, outro problema complementar é que a educação formal disponível não estabelece relação com os processos produtivos e de vida das comunidades de origem destes jovens, preparando-os para um mercado de trabalho externo às UCs. Ele afirma que este processo de educação não prepara o cidadão para tirar suas riquezas e melhorar a qualidade de vida do uso dos recursos naturais de forma sustentável. Isto os leva a procurar oportunidades de renda em empregos públicos ou privados fora da área rural, nos centros urbanos.

A precariedade da oferta de programas de incentivo a produção sustentável e melhoramento de práticas de manejo dos recursos, de sistemas eficazes de escoamento de produção e de oportunidades de mercado onde seus produtos possam ser vendidos com preços que viabilizem o processo produtivo vinculado à conservação dos recursos naturais é apontado pelo entrevistado Dione Torquato um dos principais problemas a ser enfrentado no que se refere à falta de oportunidades no meio rural. A ausência de serviços básicos favorece também o êxodo rural, afirmam Huefeson Falcão e Rafael Suertegaray Rossato.

Da mesma forma que a falta de oportunidades, a necessidade cada vez maior de acesso dos jovens à tecnologia e redes sociais faz com que estes cada vez procurem os centros urbanos.

## **Caminhos para superação da vulnerabilidade social dos jovens de povos e de comunidades tradicionais**

Todos os entrevistados concordam que os jovens de UCs e de povos de comunidades tradicionais são sujeitos à vulnerabilidade social. Assim como, todos também concordam que há a necessidade de que o Estado cumpra suas funções básicas para que se inicie a superação deste cenário. Dione afirma que “a qualidade das políticas precisa ser melhorada. Precisamos aplicar políticas que atendam as especificidades e necessidades locais das UCs”. Segundo ele, apesar de existirem boas políticas no Brasil, estas são quase sempre inacessíveis para as comunidades das UCs.

Dione afirma que a vulnerabilidade social da juventude de povos e comunidades tradicionais resulta de um contexto amplo de exclusões que gera desde o êxodo destes para o ambiente urbano a procura de melhores condições de emprego até o envolvimento de parte destes com vícios químicos. Ele afirma que estes enfrentam a perda de seus valores culturais tradicionais o que conseqüentemente pode impactar na manutenção futura dos sistemas produtivos rurais tradicionais. Tal mudança reflete a ausência de políticas públicas efetivas e de novas perspectivas para o enfrentamento de novos desafios ambientais.

Gabriella afirma que o alto índice de violência física sofrida pelos jovens, incluindo a sexual e o consumo de álcool e drogas por esta população confirmam a situação de vulnerabilidade aos quais estes jovens estão expostos. A existência de poucos projetos sociais voltados pra esse público, a falta de acesso a cultura e educação e a inexistência de espaços onde eles possam se manifestar e sentirem-se valorizados agravam este cenário.

Hueferson afirma que é “importante incentivar a juventude no contexto nacional por meio de políticas voltadas para área de juventude, meio ambiente e educação ambiental para contribuir no processo de formação de liderança socioambientalistas e no fortalecimento da gestão de suas áreas de uso coletivo.” Neste contexto, segundo o entrevistado, o desafio da educação é apresentar-se como instrumento crítico que estimule a comunidade seja ativa na gestão dos territórios, atuando de forma integrada com o poder público para a conservação do meio ambiente e valorização de seu território e cultura.

Além da necessidade de organização das comunidades tradicionais ou extrativistas para que haja pressão sobre os governos para a implantação de políticas públicas efetivas pelos governos Federal, Estadual e Municipal, outra estratégia apontada pelos entrevistados para tentar superar esta vulnerabilidade social a qual estes jovens são submetidos são fortalecer a relação de pertencimento dos jovens com seu habitat natural e a participação destes na gestão

das UCs a que pertencem. Dois exemplos apresentados por Manoel Silva da Cunha são o projeto Jovens Protagonistas e um projeto liderados por jovens que cuida de filhotes de quelônios para sua posterior soltura, ambos administrados pelos jovens da UC do Médio Juruá. Tais projetos propiciam que o jovem sinta-se bem com o serviço que presta dentro da comunidade sem ser preciso que ele vá atrás de empregos em grandes centros urbanos.

Segundo o entrevistado, é necessário que os jovens participem da organização de ações, como a Olimpíada da Floresta que ocorreu nesta UC, com mais de 500 jovens envolvidos. Rafael afirma que na Flora Tefé, com objetivo de formar cidadãos críticos que lutem pelos seus direitos para que as comunidades de fato tenham acesso a seus direitos básicos e a políticas públicas de qualidade, são desenvolvidos projetos com os jovens no qual estes são agentes protagonistas, participando desde o planejamento até a execução destes.

Para Manoel, a educação é a base para a mudança, mas tem que vir associada dos serviços públicos e do fortalecimento dos sistemas produtivos para que as vulnerabilidades sociais sejam minimizadas. Por exemplo, quando se implanta o Projeto Jovens Protagonistas sem que os jovens estejam capacitados para assumir a gestão do projeto as mudanças não serão mantidas.

Dione afirma que as ações de educação ambiental para capacitação e formação de jovens têm proporcionado que estes se mobilizem para desenvolver ações voltadas para conservação e desenvolvimento da UC, no entanto, segundo Gabriella, tais ações ainda são restritas a poucas UCs.

Todos também concordam que os jovens precisam ter a oportunidade de conseguir se manter economicamente a partir do uso sustentável dos recursos naturais, pois assim fortalece-se a relação de pertencimento destes jovens com a Unidade a qual pertencem. No entanto, este jovem também participa e deve ter acesso ao mundo digital de informações estabelecido pelas mídias digitais e pelas redes sociais.

### **O acesso dos jovens habitantes de Unidades de Conservação aos bens e serviços públicos e demais direitos**

Segundo os entrevistados a ausência de políticas públicas efetivas para comunidades tradicionais e seus jovens resulta na falta de acesso desta população a processos e serviços necessários para estes tenha uma vida digna e com qualidade dentro das UCs.

Para eles, há ausência de serviços básicos, como energia elétrica, água potável, assistência técnica rural, educação e principalmente de saúde.

Huefeson Falcão afirma que as políticas básicas de saúde são tão precárias que na maioria das vezes nem Agentes Comunitários de Saúde e nem equipamentos básicos tem nas comunidades. Gabriella afirma que o grau de acesso desta população aos bens e serviços públicos e demais direitos é baixíssimo. Ela afirma que a “ausência do Estado não é um “privilégio” das UC, mas de todas as regiões isoladas e rurais em geral.” No entanto, segundo ela, o ICMBio percebe a necessidade de atendimento à esta juventude e vem trabalhando no caminho de estabelecer espaços de formação e fortalecimentos destes, buscando apoiá-los em suas demandas, apesar de ainda serem poucas as UCs que têm esta agenda priorizada. “As UC têm pouquíssimos servidores e uma demanda imensa, que causa uma enorme sobrecarga nos servidores, que precisam optar em qual linha de ação atuar, dando maior atenção a outras demandas.”

Huefeson declara que há a “necessidade de realização de um trabalho voltado para os (as) jovens e da criação de um espaço inclusivo para discussão e esclarecimento sobre educação/participação popular, transformação social, resgate da identidade dos (as) jovens extrativistas, educação ambiental, organização comunitária entre outros”.

Segundo Dione, estes jovens sofrem com a negligência do estado em relação à justiça, com o preconceito em função de sua origem e opções sexuais, com a exclusão do sistema de ensino, tornando-se vítimas de um Estado omissivo. Ainda segundo o entrevistado, “vários jovens estão tentando estudar e as comunidades e escolas encontram-se desestruturadas, sem professores e esquecidas pelo poder público,” não há políticas efetivas para que jovens extrativistas permaneçam nas suas comunidades, há ainda a exclusão destes jovens dos espaços de decisão destas Unidades.

A ausência de investimentos econômicos para o fortalecimento educacional, cultural, produtivo e político-social destas comunidades é apontada por todos como realidade que deve ser transformada para que tais jovens possam efetivamente ter seus direitos atendidos.

## **Discussões finais**

### **Quais são os fatores que contribuem para o êxodo rural da juventude que vive em Unidades de Conservação de uso sustentável?**

Vários autores indicam que a ausência ou inadequação de políticas públicas às necessidades dos jovens de Unidades de Conservação de Uso Sustentável ou Comunidades Tradicionais é a base sobre a qual se estruturam todos os fatores que contribuem para o êxodo rural desta juventude.

Faltam políticas públicas sociais e ambientais que ampliem os direitos de cidadania destes grupos sociais, devendo as políticas ambientais estar integradas às políticas socioeconômicas efetivas que promovam o acesso universal aos serviços de base.

Dos principais fatores que contribuem para o êxodo rural desta população, o que se destaca é a ausência ou inadequação da educação formal. Há dificuldade de acesso à educação formal, que na maioria das comunidades só é disponibilizada precariamente até o final do ensino fundamental, impedindo muitas vezes que tais jovens concluam o ensino médio e superior. As estratégias e conteúdo de ensino que os das escolas urbanas distanciam-se dos valores e dinâmicas das comunidades tradicionais. Num primeiro momento, isto provoca o distanciamento entre o aprendizado e as referências históricas e valores do grupo comunitário aos quais estes jovens pertencem. Num segundo momento tal distanciamento não os prepara para os processos produtivos desenvolvidos em suas comunidades de origem. Muitos jovens, no entanto, ao se apropriarem de uma formação educacional oficial, não retornam às suas comunidades por não encontrarem relação entre tal formação e o processo produtivo ao qual estavam vinculados, levando-os a buscar empregos formais nas cidades.

A ausência oportunidades produtivas economicamente viáveis nas Unidades de Conservação faz com que os jovens, mesmo reconhecendo que vivem em áreas de extrema riqueza ambiental, não consigam perceber como as UCs podem oferecer-lhes uma qualidade de vida melhor. Percebe-se que estas juventudes estão se descaracterizando enquanto população tradicional que convive com a natureza.

A diluição cada vez maior entre os limites espaciais e de valores urbanos e o rurais provoca a construção e elaboração de novos valores percebidos por parte dos jovens oriundos de comunidades tradicionais, que sentem a necessidade de atender as demandas de inclusão digital e de acesso aos bens que as mídias divulgam.

Por mais que estes jovens busquem a criação de novas práticas socioculturais que valorizem sua cultura, estes são extremamente vulneráveis aos apelos de consumo, ao uso do dinheiro e fluidez entre o que é mercantilizável ou não.

**Os jovens de povos e comunidades tradicionais estão sujeitos à vulnerabilidade social?  
Se positivo, como superá-la?**

Sim, estão. Os dois principais instrumentos para que esta vulnerabilidade seja minizada são a implantação de políticas públicas que atendam as especificidades e necessidades locais nas Unidades de Conservação e o aumentando a participação dos jovens nas instâncias formais da cogestão das UCs.

Para que esta participação dos jovens seja cada vez maior é necessário que haja a melhora e mudança do processo de educação destes jovens, que sejam criados espaços para discussão e esclarecimento sobre participação popular, transformação social, resgate da identidade dos jovens de comunidades tradicionais, educação ambiental e organização comunitária.

Alguns dos instrumentos que permitem a reaproximação destes jovens com o processo de gestão de suas comunidades são programas estabelecidos em parceria entre Institutos Públicos e Privados e Associações Comunitárias como o Projeto Jovem Cientista das Águas, o Projeto Jovens como Protagonistas do Fortalecimento Comunitário e o Projeto Piloto de Capacitação de Jovens Lideranças Multiplicadoras em Unidades de Conservação Federal.

Os processos produtivos e os serviços sociais têm que estar também associados a este processo de educação para que os jovens sintam-se completos nas suas Comunidades.

### **Qual é o grau de acesso aos bens e serviços públicos, e demais direitos pelos jovens habitantes de Unidades de Conservação de Uso Sustentável?**

Além da restrição de acesso destes jovens à educação formal, a falta de acesso a serviços básicos de saúde também se destaca negativamente. As políticas públicas de saúde para estas comunidades são quase inexistentes, sendo estas atendidas de forma precária por agentes comunitários de saúde.

Estas comunidades e seus jovens têm pouco acesso também a saneamento básico, infraestruturas de abastecimento, programas de incentivo a produção sustentável e de melhoramento de práticas de manejo dos recursos.

Complementarmente, a ausência do poder público nas UCs favorece o processo de violência física e do aumento de uso de entorpecentes dentro destas Comunidades.

Conclui-se então que a participação efetiva da juventude no processo de gestão das Unidades de Conservação de Uso Sustentável, que indubitavelmente pode sim ser incentivada e favorecida por ações integradas entre gestores públicos, organizações não governamentais e o setor privado, por si só não garante o atendimento às demandas desta juventude. Faz-se necessária a participação efetiva dos governos para que garanta minimamente o destes jovens a bens e serviços públicos através da aplicação de políticas públicas efetivas e especificamente voltadas para estas comunidades.

### **Referências**

BRANDEMBURG, Alfio. Do rural tradicional ao rural socioambiental. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. 8, n. 2, p. 417-428, jul/dez. 2010.



BRASIL. **Lei Federal nº 6938 de 31 de agosto de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6938.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm)>. Acesso em 22 ago. 2009.

\_\_\_\_\_. Lei Federal nº 9.985 de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9985.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm)>. Acesso em: 02 mai. 2016.

\_\_\_\_\_. **Guia de Políticas Públicas de Juventude**. Brasília: Secretaria-Geral da Presidência da República, 48 f.: il., 2006.

\_\_\_\_\_. **Plano Nacional de Juventude e Meio Ambiente**. Disponível em: <[http://www.mma.gov.br/images/arquivos/responsabilidade\\_socioambiental/juventude/publicacao\\_versao3.pdf](http://www.mma.gov.br/images/arquivos/responsabilidade_socioambiental/juventude/publicacao_versao3.pdf)>. Acesso em 30 out. 2017. 2015.

CARNEIRO, M. J. O ideal rurano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In: SILVA, F.C.T.; SANTOS, R.; COSTA, L.F.C. (Org.) **Mundo rural e política: ensaios interdisciplinares**. Rio de Janeiro: Campus, 1998, p. 95–116.

DELFINI, Solange Tóla. **Avaliação de um programa de formação de jovens da agricultura familiar: o caso projoovem**. 2008. 82 f. Dissertação (mestrado em Engenharia Agrícola) - Universidade de Campinas – UNICAMP, Campinas.

DOUNIS, Sumaya Cristina. **Projeto Político Pedagógico de Educação Ambiental da APA do Planalto Central, do Parque Nacional de Brasília e da REBIO da Contagem** – Brasília: IICA, 2017.

ICMBIO. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Instrução Normativa No. 26 de 4 de julho de 2012**. Disponível em: <[http://www.lex.com.br/legis\\_23497845\\_INSTRUCAO\\_NORMATIVA\\_N\\_26\\_DE\\_4\\_DE\\_JULHO\\_DE\\_2012](http://www.lex.com.br/legis_23497845_INSTRUCAO_NORMATIVA_N_26_DE_4_DE_JULHO_DE_2012)>. Acesso em: 12 dez. 2017. 2012.

\_\_\_\_\_. **Projeto capacitação de jovens: Orientações - projeto piloto/2013**. Brasília. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/publicacoes/biodiversidade/category/151-monitoramento-da-biodiversidade?download=1402:capacita%C3%A7%C3%A3o-de-jovens-orienta%C3%A7%C3%B5es-projeto-piloto-2013&start=20>> Acesso em: 15 nov. 2017. 2013.

\_\_\_\_\_. **Relatório de Gestão 2016: Educação ambiental**. Disponível em: <[http://www.icmbio.gov.br/educacaoambiental/images/stories/acoes/Relat%C3%B3rio\\_de\\_Gest%C3%A3o\\_-\\_COEDU\\_2016\\_\\_17\\_04\\_17.pdf](http://www.icmbio.gov.br/educacaoambiental/images/stories/acoes/Relat%C3%B3rio_de_Gest%C3%A3o_-_COEDU_2016__17_04_17.pdf)>. Acesso em: 24 nov. 2017. 2016.

\_\_\_\_\_. **Diretrizes e Orientações Metodológicas para planejamento e implementação de processos de Educação Ambiental em Unidades de Conservação Federais e Centro de Pesquisa e Conservação do ICMBio**. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/educacaoambiental/images/stories/biblioteca/Publica%C3%A7>

C3%B5es\_da\_COEDU/PRODUTO\_1\_-\_Diretrizes\_e\_Orienta%C3%A7%C3%B5es\_Metodol%C3%B3gicas\_de\_EA\_em\_UCs\_FIN AL.pdf> Acesso em: 20 nov. 2017. 2017.

\_\_\_\_\_. ICMBIO e *World Wildlife Fund* - WWF. **Educação Ambiental em Unidades de Conservação: Ações voltadas para Comunidades Escolares no contexto da Gestão Pública da Biodiversidade**. Brasília, Maio de 2016.

LAMARÃO, Maria Luiza Nobre<sup>1</sup> e MANESCHY, Maria Cristina. Participação de jovens na gestão de bens comuns: A RESEX Marinha de Caeté - Taperaçu- PA. In: **VII Seminário Brasileiro sobre Áreas Protegidas e Inclusão Social e II Encontro Latino Americano sobre Áreas Protegidas e Inclusão Social, Culturas e Biodiversidade: O presente que temos e o futuro que queremos - Artigos e relatos de experiências**. 2015. **Anais... Florianópolis, 2015**. p. 281–289.

MMA. Ministério do Meio Ambiente. **Diretrizes para Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental em Unidades de Conservação**. ENCEA. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/educacaoambiental/images/stories/Politica/politica-encea/encea.pdf>>. Acesso em: 11 nov. 2017. 2011.

\_\_\_\_\_. **Monitoramento e Difusão do Programa Bolsa Verde**. Relatório Final do monitoramento amostral do Programa Bolsa Verde – Ano Base 2015. Disponível em: <[http://www.mma.gov.br/images/arquivos/desenvolvimento\\_rural/bolsa\\_verde/monitoramento%20socioeconomico%202015.pdf](http://www.mma.gov.br/images/arquivos/desenvolvimento_rural/bolsa_verde/monitoramento%20socioeconomico%202015.pdf)> Acesso em: 21 nov. 2017. 2016.

\_\_\_\_\_. **Bolsa Verde**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/desenvolvimento-rural/bolsa-verde>>. Acesso em: 02 nov. 2017.

\_\_\_\_\_. **O desafio de garantir participação no complexo universo da gestão**. Série educação ambiental e comunicação em unidades de conservação. BRASÍLIA, 2015.

\_\_\_\_\_. **Projeto Político Pedagógico**. Reserva de Desenvolvimento Sustentável Itatupã-Baquiá. Gurupá – PA

MMA e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio. Projeto Político Pedagógico de Educação Ambiental e Agricultura Familiar da Floresta Nacional de Tefé. Disponível em: <[http://www.icmbio.gov.br/educacaoambiental/images/stories/biblioteca/PPPea/PPPea\\_-\\_FLONA\\_Tef%C3%A9.pdf](http://www.icmbio.gov.br/educacaoambiental/images/stories/biblioteca/PPPea/PPPea_-_FLONA_Tef%C3%A9.pdf)>. Acesso em 11 nov. 2017. 2016a.

\_\_\_\_\_. **Projeto Político Pedagógico de Educação Ambiental e Agricultura Familiar da Floresta Nacional de Tefé**. Disponível em: <[http://www.icmbio.gov.br/educacaoambiental/images/stories/biblioteca/PPPea/PPPea\\_-\\_FLONA\\_Tef%C3%A9.pdf](http://www.icmbio.gov.br/educacaoambiental/images/stories/biblioteca/PPPea/PPPea_-_FLONA_Tef%C3%A9.pdf)>. Acesso em: 15 nov. 2017.

RODRIGUES, Leonardo da Silveira e PEREIRA, José Odilon. Promovendo Educação Ambiental por Meio das Inteligências Múltiplas: O Programa Verde Perto. In: IV Encontro Nacional da Anppas, 2008. **Anais**. Brasília, 4 a 6 jun. 2008. p. 1-12.

SACHS, Ignacy. Inclusão social pelo trabalho decente: oportunidades, obstáculos, políticas públicas. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 23–49, 2004.

SILVA, Roselani Sodré da e SILVA, Vini Rabassa da. Política Nacional de Juventude: trajetórias e desafios. **Caderno CRH**, Salvador, v. 24, n. 63, p. 663-678, 2011.

SILVA, Luiza Helena Pedra da et al. A experiência do projeto jovem cientista das águas na reserva de desenvolvimento sustentável Piagaçu-Purus, Amazonas. In: *VII Seminário Brasileiro sobre Áreas Protegidas e Inclusão Social e II Encontro Latino Americano sobre Áreas Protegidas e Inclusão Social, Culturas e Biodiversidade: O presente que temos e o futuro que queremos - Artigos e relatos de experiências*. 2015. **Anais. Florianópolis, 2015**. p. 807–813.

SILVESTRO, Milton Luiz et al. **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar**. Florianópolis: Epagri; Brasília: Nead/Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001. 120 p.

SOUZA, Bruno Lacerra. **A reprodução social nos assentamentos de reforma agrária: os desafios e perspectivas dos jovens do assentamento reunidas em Promissão/SP**. 2016. 119 f. Dissertação (mestrado em geografia). Universidade Estadual de São Paulo – UNESP, Marília.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. **O mundo rural no horizonte dos jovens: o caso dos filhos (as) de agricultores familiares de Ouro/SC**. 2002. 279 f. il. Tese (doutorado em Ciências Humanas/Sociedade e Meio Ambiente). Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis.


## 5. A questão do patrimônio genético e a juventude dos povos indígenas e comunidades tradicionais.


Discutir o interesse da juventude integrante de povos e comunidades pelos conhecimentos tradicionais associados (CTA) ao patrimônio genético, bem como em que medida os jovens participam das decisões e podem aproveitar as oportunidades nesse campo, valorizando sua cultura e a biodiversidade, são as questões fundamentais abordadas nesse artigo. Tratar de patrimônio genético, contudo, pressupõe pensar diversidade, tanto ambiental quanto cultural, o que significa considerar o modo de vida dos detentores dos saberes e a ele relacionado.

No que tange à diversidade ambiental, desde 1985, quando o termo biodiversidade foi concebido por Walter Rosen (FRANCO, 2013), houve um aumento dos esforços científicos para salientar a importância da sua preservação. Paralelamente a esse movimento, surgiram debates sobre o seu valor econômico para as sociedades humanas. Enquanto autores como Ehrenfeld (1988) consideram um erro pautar o acesso à diversidade biológica em termos de propriedade e valor de uso, outros estudiosos argumentam que a biodiversidade precisa ser precificada “para garantir que o que importa para a sociedade está conservado” (RANDALL 1988 apud SMALE, 2005, p. 1, tradução nossa).

Nesse debate sobre o valor, a questão do patrimônio genético ganhou relevância. De acordo com a Lei 13.123/15, patrimônio genético é definido como “informação de origem genética de espécies vegetais, animais, microbianas ou espécies de outra natureza, incluindo substâncias oriundas do metabolismo desses seres vivos” (BRASIL, 2015, art. 2, I). Mas, ao ser considerado como um recurso, esse conjunto de informações passa a ser visto, comercialmente e do ponto de vista da segurança alimentar, como “material genético com valor atual ou potencial” (UN, 2014, n.p, tradução nossa). Esse ponto é focal, se for considerado que grande parte da biodiversidade e, portanto, do patrimônio genético, encontra-se em países em desenvolvimento (WHIMP, 2013).


Os últimos 20 anos representaram uma mudança considerável para o significado econômico e social do material genético, na medida em que o interesse comercial pelo seu uso crescia e surgiam pressões cada vez maiores para a proteção dos direitos intelectuais desses investimentos (WHIMP, 2013). Assim, os países em desenvolvimento “expressaram preocupação sobre o seu patrimônio genético sendo explorado com pouca ou quase nenhuma recompensa” (WHIMP, 2013, p. 143, tradução nossa).

A questão ganhou vulto ao  **considerer-se** que a maior parte da biodiversidade dos países em desenvolvimento está em territórios onde se encontram povos indígenas e comunidades tradicionais. No caso do Brasil, esses grupos possuem especificidades que lhes garantem características identitárias que devem ser salvaguardadas pelo Estado (BRASIL, 1988, art. 216), entre essas especificidades está o que se chama conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético (CTA).

Berkes, Colding e Folke (2000) salientam que por mais que o CTA seja similar ao conhecimento científico no que tange ao acúmulo de observações, eles  **possui** divergências em pontos fundamentais. Durante muitos anos, a palavra “tradicional” carregava um significado negativo na comunidade científica, pois remetia às atitudes “simples” e “selvagens” do século XIX, por isso, muitos pesquisadores utilizavam o termo menos valorado de “conhecimento indígena” (WARREN 1995 apud BERKES; COLDING; FOLKE 2000).

O CTA, compreendido como um complexo de crenças, práticas e conhecimento foi definido no inciso II, do artigo 2 da Lei 13.123\15, como a “informação ou prática de população indígena, comunidade tradicional ou agricultor tradicional sobre as propriedades ou usos diretos ou indiretos associada ao patrimônio genético” (BRASIL, 2015, art. 2, II).

No âmbito internacional, a problemática do CTA foi abordada pela ONU durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, no Rio de Janeiro, realizada em 1992 (ONU, 2017). Uma das maiores contribuições deste evento para a questão da biodiversidade e do patrimônio genético foi o lançamento da Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB), que dividiu a biodiversidade em três níveis: “diversidade de espécies, diversidade genética e diversidade de ecossistemas” (FRANCO, 2013, p. 6).

Um das questões colocadas pela Convenção consistiu em apontar para a formulação de políticas voltadas para a garantia de direitos  **especiais** aos povos indígenas e às populações ditas tradicionais sobre recursos genéticos. O que se viu foi o reconhecimento da relação intrínseca entre o modo de vida dessas populações e a conservação dos seus saberes e dos recursos presentes em seus territórios (ABREU, 2009). Signatário dessa Convenção, o Brasil assistiu sua ratificação pelo Congresso Nacional, entrando em vigor em dezembro de 1993.

Nesse mesmo ano o debate se ampliou. O termo conhecimento tradicional associado apareceu no Relatório “Discriminação contra Povos Indígenas”, de 28 de julho de 1993, fruto do trabalho da Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas, Subcomissão de Prevenção de discriminação e proteção de minorias. Nesse documento, a proteção da propriedade

intelectual e cultural desses povos foi associada à sua autodeterminação e à realização dos direitos territoriais.

No Brasil, essa pauta consolidou-se como política pública com a publicação, em 2001, da Medida Provisória nº. 2.186-16 (Emenda Constitucional n. 32/01), que foi regulamentada pelos decretos n. 3.945/01 e n. 4.946/03 e que possuía como objetivos centrais “o acesso e a remessa de componente do patrimônio genético, o acesso e a proteção ao conhecimento tradicional associado e a repartição justa e equitativa dos benefícios” (OLIVEIRA, [2017], p.16). Em 2007 foi publicado o Decreto nº. 6.040, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Nesse texto há tópicos que tratam sobre a participação desses povos nos processos decisórios referentes aos seus direitos e interesses, como pode ser observado no artigo 2º, “a visibilidade dos povos e comunidades tradicionais deve se expressar por meio do pleno e efetivo exercício da cidadania” (BRASIL, 2007, art.2, II), e “a promoção dos meios necessários para a efetiva participação dos Povos e Comunidades Tradicionais nas instâncias de controle social e nos processos decisórios relacionados aos seus direitos e interesse” (BRASIL, 2007, art.2, X). Finalmente, no ano de 2015, foi aprovada a Lei nº. 13.123/15, que versa, dentre outras questões, sobre o patrimônio genético e os conhecimentos tradicionais associados brasileiros.

### **A Lei de 13.123/15**

Em 2014, os Ministérios do Meio Ambiente (MMA), do Desenvolvimento e Comércio (MDIC) e da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), encaminharam ao Congresso Nacional o Anteprojeto de lei sobre Acesso ao Patrimônio Genético, Conhecimento Tradicional Associado e Repartição de Benefícios. Esse documento foi apresentado a Câmara dos Deputados como PL 7735/14 e depois ao Senado Federal como PLC 2/15.

Esse processo não ocorreu sem resistência. No mesmo ano, 78 Associações, entre elas, o Levante Popular da Juventude, assinaram uma carta em repúdio ao projeto. A maior preocupação das comunidades era a exclusão da obrigatoriedade de autorização prévia do CGEN, que era garantida anteriormente pela MP nº. 2.186-16, para pesquisas sobre o patrimônio genético. Em 20 de maio de 2015 foi publicada a Lei n. 13.123. Nela, manteve-se o fim da autorização prévia do CGEN, sendo exigido apenas o cadastro auto-declaratório no Sistema Nacional de Gestão do Patrimônio Genético (SisGen).

Sobre o CGEN é um órgão de caráter normativo, consultivo e deliberativo criado dentro do âmbito do Ministério do Meio Ambiente pela Lei 13.123/15 (MMA, s.d). Composto por vinte conselheiros, com onze representantes da administração pública federal e nove da

sociedade civil, (MMA, s.d), o CGEN representa um meio de participação para os jovens advindos de comunidades indígenas e tradicionais, na medida em que há organizações representativas das comunidades tradicionais, indígenas e dos agricultores familiares, assim como dos acadêmicos e dos empresários (BRASIL, 2017).

Quanto ao Comitê Gestor do Fundo Nacional para a Repartição de Benefícios, também criado pela Lei 13.123/15, ressalta-se que este também possui assentos para os membros das comunidades tradicionais (MMA, s.d).



Mesmo diante dessas questões, Oliveira ([2017]) salienta que essa legislação trouxe um avanço considerável, pois, ao apresentar conceitos bem definidos, permitiu “segurança jurídica, incentivos ao uso da biodiversidade brasileira, competitividade internacional, [...], regularização e sobretudo, maturidade nas análises e discussões” (OLIVEIRA, 2017, p. 19).

A Lei n. 13.123 foi regulamentada pelo Decreto n. 8772/16, dispondo sobre “[...] o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade [...]” (BRASIL, 2015).

### **Políticas Públicas para os Povos indígenas e Comunidades Tradicionais e o conhecimento**

As políticas públicas para os povos indígenas e Comunidades tradicionais respaldam-se na Constituição Federal, tendo em vista que o texto reconhece o dever do Estado de proteger as “manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional” (BRASIL, 1988, art. 215). Ainda, o artigo 216 reconhece como patrimônio cultural brasileiro os bens culturais portadores de referência “à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”.

Contudo, a compreensão clara sobre quem são os povos e comunidades que deveria ser alvo dessa proteção, seria construída paulatinamente. Em 2004, foi criada a Comissão Nacional para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – CNPC, modificada por Decreto, em 2006. Mas, será um ano depois que os “povos e comunidades tradicionais” recebem uma definição, pelo Decreto n. 6040, de 7 de fevereiro de 2007, passando a ser compreendidos para finalidade de políticas públicas como sendo,

grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007, art.3, I).

Alguns anos depois, por meio do inciso I do artigo 8 da Lei 13.123, o Estado reconhece

[...] o direito de populações indígenas, de comunidades tradicionais e de agricultores tradicionais de participar da tomada de decisões, no âmbito nacional, sobre assuntos relacionados à conservação e ao uso sustentável de seus conhecimentos tradicionais associados ao patrimônio genético do País, nos termos desta Lei e do seu regulamento (BRASIL, 2015, art. 8, s. 1)

Em relação a CDB e à própria CF, esse marco legal representa um avanço, na medida em que reconhece o papel desses povos no debate e conservação do patrimônio genético. A referida Lei define ainda a noção vigente até os dias de hoje, para fins de políticas públicas, de comunidade tradicional como

grupo culturalmente diferenciado que se reconhece como tal, possui forma própria de organização social e ocupa e usa territórios e recursos naturais como condição para a sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas geradas e transmitidas pela tradição (BRASIL, 2015, art.2, IV).

No Relatório Final da 5ª. Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutrição, publicado em 2015, foram registradas trinta e quatro identidades. Em 2016, o Decreto nº. 8.750/2016 instituiu o Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais, quando finalmente, chegou-se ao reconhecimento oficial de 27 identidades com representatividade no conselho, além de uma cadeira reservada especificamente para a juventude de povos e comunidades tradicionais.

De acordo com o Portal Ypadê (2016), independente das diferenças existentes entre esses povos, eles precisam ser agrupados por critérios de autodefinição e características culturais, sociais e econômicas. Nesse sentido, para que sejam objeto de políticas públicas específicas, deve-se considerar que a maioria deles extraí da biodiversidade brasileira os recursos para a salvaguarda da sua identidade, do seu território e do seu modo de vida.

Isso se torna ainda mais relevante se forem considerados os dados do Cadastro Único para os Programas Sociais do Governo Federal. Nesse banco de dados são observados, dentre outros grupos em situação de pobreza, os chamados grupos populacionais tradicionais e específicos (GPTE). De maneira esquemática as famílias integrantes desses grupos são identificadas no cadastro como: (1) **origem étnica:** indígenas, quilombolas, ciganas e comunidades de terreiro; (2) **relação com o meio ambiente:** extrativistas, pescadores artesanais e ribeirinhas; (3) **relação com o meio rural:** assentados da Reforma Agrária, acampadas rurais, agricultores familiares e beneficiárias do Programa Nacional do Crédito fundiário; (4) **situações conjunturais:** atingidas por empreendimentos de infraestrutura, de presos do sistema carcerário, de catadores de material reciclável, aquelas compostas por pessoas em situação de rua (BRASIL, 2014, p. 15). Neste documento são consideradas as de origem étnica e de relação com o meio ambiente.



Os dados indicam um aumento do número de famílias cadastradas. No caso dos quilombolas, eram cerca de 60 mil em 2011 e elevou para próximo das 120 mil. As famílias indígenas eram pouco mais de 100 mil em 2012 e superior a 120 mil em 2014. Os ciganos subiram pouco. Entre as famílias relacionadas ao meio ambiente, quem mais cresceu em demanda foram os pescadores, depois os ribeirinhos e, por último, os extrativistas.

Importante destacar, ainda, que ao contrário das demais famílias cadastradas, os GPTEs concentram-se no meio rural (69%). A exceção são os ciganos, que são predominantemente urbanos (91,1%) e a comunidade de terreiro (84,8%) (BRASIL, 2014, p. 36). Finalmente, são também os GPTEs que apresentam os índices mais desfavoráveis quanto ao abastecimento de água, ao escoamento sanitário, à habitação, à coleta de lixo e à iluminação.

O relatório (BRASIL, 2014) conclui que os GPTEs vivenciam uma dupla invisibilidade: a social e a institucional. Essa situação é caracterizada por menos oportunidades de emprego, menor remuneração, escolarização e é agravada pelas injustiças econômicas e sociais, tendo em vista que as políticas públicas universais são menos acessíveis para esses grupos (BRASIL, 2014).

Nessa perspectiva, as políticas públicas que articulam a preservação, a apropriação e a repartição de benefícios relativos ao patrimônio genético, representado nessa biodiversidade, são vitais para a continuidade da existência dessas identidades formadoras da nação brasileira.

Finalmente, da discussão feita até aqui, o que se pode refletir é que ações governamentais tem partido do princípio do etnodesenvolvimento, ou seja, aquele que ocorre a partir da base filosófica e conceitual das comunidades tradicionais (SAMPAIO, REGO E CASTRO, 2014). O termo envolve a definição de desenvolvimento sustentável de uma comunidade quando aliado à valorização, salvaguarda e promoção do seu patrimônio, considerado a partir de três dimensões da cultura dos povos: simbólica, cidadã e econômica.

### **Os Protocolos Comunitários como alternativa de participação**

O artigo 8j da convenção de Diversidade Biológica (CDB), destaca a importância de incentivar a aprovação dos detentores do CTA, encorajando a repartição equitativa dos benefícios que eventualmente advém desse conhecimento, de inovações e práticas (BRASIL, 1998, art. 8j). Contudo, embora exista esse incentivo legal, ainda cabe ao Estado a autoridade para determinar o acesso a recursos genéticos (BRASIL, 1998, art. 15, I).

Com a ratificação da Convenção em âmbito internacional, surgiu um grupo de trabalho específico, conhecido como *The Working Group on Access and Benefit Sharing* (WGABS) para “negociar um regime internacional sobre o acesso e a repartição de benefícios

para ser implantado nas provisões dos artigos 15 e 8 (j) do CDB” (BAVIKATTE, JONAS, 2009, p. 12, tradução nossa). Embora tenha ocorrido avanços, houve a ênfase no uso comercial do CTA, mas não houve efetividade em estabelecer diretrizes que viabilizassem o desenvolvimento local das comunidades detentoras desses recursos (BAVIKATTE, JONAS, 2009).

Bavikatte e Jonas (2009) introduzem esta discussão com duas perguntas: como as comunidades tradicionais podem se proteger de um regime que busca comercializar o seu conhecimento? E como eles podem ir além daquilo que foi proposto pelo WGABS para proteger seus modos de vida? Para os autores, a resposta para uma proteção mais efetiva do conhecimento pertencente às comunidades tradicionais está nos **protocolos comunitários**.

Vistos como uma forma de documentar as regras gerais das comunidades tradicionais sobre o uso e a **manutenção dos recursos provenientes de seu território (RAMOS, 2015)**, esse tipo de mecanismo legal ganhou força com o Protocolo de Nagoya de 2014, que trata da **Repartição Justa de Benefícios decorrente do acesso aos recursos genéticos (ABS)**. Além disso, **é responsável por ampliar as disposições da Convenção sobre Diversidade Biológica por meio da obrigação das partes contratantes a estabelecerem medidas domésticas sobre o acesso ao conhecimento tradicional (MORGERA; TSIUMANI; BUCK, 2015)**.

De acordo com Morgera, Tsioumani e Buck (2015, p. 170, tradução nossa), por mais que,

[...] o protocolo não reconheça explicitamente o ‘direito’ dos indígenas e das comunidades tradicionais de ter o consentimento prévio informado [prior informed consent- PIC] para garantir o acesso ao seu conhecimento tradicional, ele o faz implicitamente ao requerer as partes [assinantes do protocolo] a colocar uma legislação ou outras medidas que deem espaço para o consentimento prévio informado (aprovação ou envolvimento) a esse respeito.

O Brasil é um dos países signatários do Protocolo de Nagoya, sem, contudo, ter sido ratificado pelo Poder Legislativo até o presente momento (BRASIL, 2017). Durante esse período, observou-se o surgimento de protocolos comunitários dentro do país.

O primeiro protocolo é de 2014, e foi criado pela comunidade tradicional de Bailique, localizada no Estado do Amapá, em parceria com a ONG Grupo de Trabalho Amazônico (GTA). Desenvolvido “como uma forma de empoderar a comunidade, fazendo com que esta possa dialogar com atores externos em “termos iguais” (RAMOS, 2015, n.p), o documento se pauta na busca por parceiros para vender os produtos que são produzidos na comunidade, mas ressalta-se que não é filantropia o que buscam, mas parceria, e não para daqui alguns anos, mas para agora (GONZALES, 2016).

Outros modelos de protocolos comunitários que envolvem comunidades tradicionais podem ser observados quadro 1, abaixo:

**Quadro 1 Protocolos comunitários.**

COMUNIDADE	LOCALIZAÇÃO	ANO	DESCRIÇÃO
<b>Bailique</b>	Arquipélago de Bailique- Amapá	2014	Realizado com o apoio da ONG Grupo de Trabalho Amazônico (GTA). Na primeira fase, criou-se o comitê de Conhecimentos Tradicionais do Bailique, que é composto por parteiras, bezendeiras (os) e curandeiras (os) e foram realizados os registros dos conhecimentos tradicionais da comunidade. Na segunda fase, se desenvolveu um comitê gestor que ficou responsável por direcionar as discussões e diretrizes para a implementação do protocolo (GTA, 2014)
<b>Raizeras</b>	Comunidades raizeras do Cerrado dos Estados do MA, TO GO e MG	2016	Voltado para a preservação da medicinal tradicional e da saúde comunitário. Publicado pela articulação PACARI, uma rede socioambiental composta por “organizações comunitárias que praticam a medicina tradicional através do uso sustentável da biodiversidade do Cerrado” (PACARI, 2016, n.p).
<b>Reserva extrativista de Riozinho do Anfrísio</b>	Reserva Extrativista Terra do Meio- Estado do Pará.	2015	Realizado em colaboração com o Instituto de Manejo e Certificação Florestal ou Agrícola- IMAFLORA, e a Instituto Socioambiental (ISA). Com o protocolo, a reserva começou a comercializar os seus produtos com duas grandes empresas de borracha e cosméticos (IMAFLORA, 2015).

Fonte: Elaborado pelo autor, 2017.

No caso do protocolo de Bailique, por exemplo, observa-se o envolvimento da juventude da comunidade, ao reivindicar o direito à educação sem a necessidade de abandonar o arquipélago. De suas reivindicações, surgiu o Centro Vocacional Tecnológico (CVT), que foi aprovado durante o IV Encontro do Protocolo Comunitário de Bailique, em 2015 (EMBRAPA, 2015). O CVT é voltado para ensinar os jovens a processar os recursos advindos do arquipélago. Embora tenha sido uma conquista, o que esses jovens realmente desejam é educação formal e acesso à universidade (GONZALES, 2015).

Ressalta-se que ao analisar esses protocolos comunitários bioculturais observou-se que são uma alternativa viável e democrática de participação para os jovens de comunidades tradicionais, na medida em que são elaborados pelos próprios membros e permitem uma regulação do acesso ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional associado.

### **Juventude e Conhecimento Tradicional Associado (CTA) ao Patrimônio Genético.**

Após a conceituação e a contextualização do campo de conhecimento no qual se insere este artigo, cabe agora problematizar o interesse da juventude de povos indígenas e comunidades tradicionais em relação aos conhecimentos tradicionais associados ao patrimônio genético de seus territórios. Outra questão relevante é em que medida os jovens participam das decisões e podem aproveitar as oportunidades relacionadas ao uso de seus CTAs, valorizando sua cultura e biodiversidade.

Para que o jovem efetive sua participação política social, os estudos indicam que é necessário promover a conservação ambiental com a inclusão social da juventude. No objetivo 7 do Plano Nacional da Juventude e Meio Ambiente:

Valorizar e preservar saberes e conhecimentos dos povos e comunidades tradicionais entre os jovens, para que participem dos processos decisórios sobre o aproveitamento das oportunidades relacionadas ao uso dos conhecimentos tradicionais e do patrimônio genético de seus territórios (MMA, [2015], n.p).

As temáticas da sustentabilidade e das comunidades tradicionais aparecem na proposta 2, do eixo 5 de debate da 2ª. Conferência Nacional da Juventude, de 2011, ao propor que “os Conselhos de Juventude no Brasil devem se constituir [...] com garantia de espaço de participação nos conselhos de juventude para [...] jovens do campo, e de comunidades indígenas, quilombolas, de terreiros e povos tradicionais [...] (2º CONFERÊNCIA NACIONAL DA JUVENTUDE, [2011] p. 8-9).

Na 3ª. Conferência Nacional da Juventude, de 2015, as questões das comunidades tradicionais aparecem em vários pontos. Contudo, ela foi incluída nos resultados finais, como uma prioridade, com 182 votos, perdendo apenas para a redução da maioria penal, com 209 votos (SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE; CONSELHO NACIONAL DE JUVENTUDE, 2016).

Ampliar e acelerar o processo de Reforma Agrária e regularização fundiária, bem como reconhecimento e demarcação de terras pertencentes a povos e comunidades tradicionais, em especial das terras indígenas e quilombolas, acabando com as práticas forçadas de remoção de seus territórios. Assim, viabilizando a regularização da documentação de assentamentos já existentes, permitindo que os jovens tenham condições de permanecer ou regressar as suas terras originais, e serem assim contemplados pelos programas, projetos e ações para a juventude rural (SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE; CONSELHO NACIONAL DE JUVENTUDE, 2016, p. 21).

Embora as duas conferências demonstrem uma preocupação dos jovens participantes com a situação sensível das comunidades tradicionais, não foi observado nos relatórios, contudo, questões com ênfase a respeito dos conhecimentos tradicionais dessas comunidades,

salvo no campo cultural e artístico. A questão do patrimônio genético parece não ter sido considerado como relevante nos relatórios finais.

Analisando outras fontes, além do relatório da Conferência, é possível aferir que essa percepção pode ser uma indicação de que os jovens das comunidades tradicionais possuem pautas diferentes da juventude de uma maneira geral. Isso fica exemplificado na entrevista concedida a Batista (2015), durante a terceira Conferência Nacional da Juventude, pelo jovem de 27 anos Eduardo de Almeida Damanesco:

Nós, da juventude do campo, precisamos participar de todos esses espaços para fazer com que as pessoas entendam nossas posições. Na juventude, por exemplo, nossas demandas são muito diferentes dos demais. Queremos garantir a nossa permanência no campo. Nem sempre há muita compreensão a isso porque acham que todo mundo quer viver na cidade. Somos do campo. Queremos continuar lá e com mais qualidade de vida (BATISTA, 2015, n.p).

Batista (2015), salienta que esse relato representa a forma como muitos jovens advindos de comunidades tradicionais e rurais pensam. A autora ainda afirma que, durante a terceira Conferência Nacional da Juventude, o tema do direito à terra foi repetido diversas vezes por ele e outros jovens que dependem das terras em que vivem para sobreviver.

Embora a questão da terra seja presente nas reivindicações desses jovens, o mesmo não parece ocorrer com a questão do patrimônio genético, que não encontra-se na pauta principal da juventude de comunidades tradicionais.

Com base nessa afirmativa e considerando que o jovem é ator estratégico nas políticas públicas, reconhece-se que é necessário envolvê-lo de maneira mais sistemática na discussão sobre conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético. A promover a ampliação do interesse dos jovens dos povos indígenas e comunidades tradicionais, o Estado abre espaços para surgirem caminhos que podem significar a sobrevivência do seu conhecimento e da própria identidade cultural das comunidades.

Essa problemática pode ser exemplificada pelo caso dos Tupinambá, que apresentam vários relatos históricos sobre os mais velhos lamentam o abandono, pelos jovens, do caminho e do exemplo dos antepassados (PEREIRA, 2004). A perda dos laços de pertencimento com o lugar onde vive e com a comunidade a qual pertence, expõe o jovem à situações de risco, tendo em vista que as comunidades não podem mais contar com eles para a sucessão geracional da sua cultura e território (SEJURN, n.d).

Vale a pena destacar a ação positiva que vem sendo desenvolvida com os Kaoáwa e Guarani, no Mato Grosso do Sul. Cerca de 70.000 pessoas dessas duas etnias vivem no Mato Grosso do Sul. Eles lutam desde 1980 para recuperar terras que foram perdidas ao longo da

história. Com o território restrito, houve empobrecimento das práticas extrativistas e de plantio (TEODORO, 1998). O grande conhecimento que esses povos têm sobre biodiversidade encontra-se entre os mais velhos. Identificava-se um desinteresse dos mais jovens, associado à redução dos recursos naturais (REGO, BRAND, COSTA, 2010). O comportamento dos jovens é considerado extravagante e contrário à tradição (PEREIRA, 2004). Para reverter essa situação, foi realizado um projeto entre pesquisadores e indígenas em quatro áreas: recuperação ambiental e produção de alimentos; educação escolar indígena diferenciada; saúde preventiva; e comportamento e território. Envolvendo os velhos da comunidade na transmissão de conhecimentos aos jovens, estabeleceu-se uma sinergia entre teoria e prática no que tange aos conhecimentos tradicionais. O que se observou com o projeto, é que o jovens tem se sentido mais felizes por estudar em uma escola onde podem falar a língua materna e compartilhar o conhecimento da sua cultura.

### **O que pensam os jovens de povos e comunidades tradicionais**

Em vídeo produzido durante o II Encontro Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais, realizado entre 25 e 28 de novembro de 2014, em Luziania, GO, e em entrevistas concedidas a Narely Batista do site Maracá durante a Terceira Conferência Nacional da Juventude em 2015, jovens lideranças de povos e comunidades tradicionais se manifestaram a cerca do que desejam em relação às políticas públicas.

Uma das questões mais fundamentais para os depoentes é que os jovens desse segmento afirmam ter pautas diferentes em relação ao restante da juventude brasileira.

Mesmo diante de um cenário de recrudescimento em relação aos povos da terra, às comunidades originárias e aos povos indígenas, os representantes desses povos vêm se reunindo, desde 2013, para assumir seu papel como protagonista na defesa dos seus direitos, buscando discutir o processo chamado por eles de “descolonização” em relação à cultura ocidental e a construção do “bem viver” dessas comunidades.

Durante essas reuniões, os jovens discutem como “tirar da cabeça da juventude” dos povos e comunidades tradicionais o modelo de desenvolvimento capitalista no qual o Brasil foi formado. Acreditam que essa é a forma mais efetiva de evitar que eles abandonem as suas tradições e modo de vida. Além disso, eles reafirmam a necessidade de obter cada vez mais espaço para dar voz às necessidades específicas desses povos.

Em continuidade a esse debate, durante a terceira Conferência Nacional da Juventude, realizada em 2015, em Brasília, os jovens advindos de comunidades rurais e tradicionais

trouxeram pautas que tratavam principalmente do direito de viver nas terras em que nasceram (BATISTA, 2015).

Em entrevista a Batista (2015), Niotxaru Pataxó, Michele Tucano e Cícero Tabajara, representantes da juventude indígena, ressaltaram a importância da questão da terra para tratar de políticas sobre juventude. Para Cícero Tabajara, de 25 anos, de Piriri, no Piauí, é importante fortalecer a pauta da questão da terra, pois ela está extremamente alinhada com a saúde mental e física dos jovens indígenas (BATISTA, 2015).

Clea Michele Tucano, de 24 anos, é de São Gabriel da Cachoeira, no Amazonas e comentou durante a Conferência que o número de suicídios de jovens indígenas aumentou consideravelmente em sua região. A jovem afirma que muitos em sua comunidade acreditam que estes tenham sido possuídos por maus espíritos, mas ela ressalta que esse número é resultado de uma crise de identidade pela qual passa os jovens indígenas e que é causada pelo desrespeito aos seus direitos fundamentais (BATISTA, 2015). Para a entrevistada “esse espaço da Conferência [da juventude] também é importante para isso. Precisamos combater a depressão que há na juventude indígena e isso é muito difícil se não nos reconhecem como brasileiros e não temos como participar das discussões políticas que definem metas, por exemplo” (BATISTA, 2015, n.p).

Niotxaru Paraxó, de 25 anos, salienta que “o estatuto da juventude é um marco e ajudou bastante, mas para as comunidades indígenas ainda há muito o que fazer, uma vez que não há como desassociar a questão territorial da educação, da saúde, do bem-estar social e do respeito a cultura. O índio sem seu território não tem chances de sobreviver” (BATISTA, 2015).

Gabrielle Üeker Thum e Jaqueline Krumreich Bartz, representantes do povo pomerano, comunidade localizada no Rio Grande do Sul, argumentam durante a Conferência que sua pauta mais urgente não é a questão da terra, pois o seu território já é reconhecido, mas sim a garantia ao reconhecimento e ao respeito a diversidade.

Voltando ao tema do II Encontro Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais em 2014, jovens de diferentes comunidades falaram em vídeo gravado no evento quais eram as suas principais pautas. Julia, uma jovem representante do povo caiçara no Rio de Janeiro comenta a importância da luta pela terra e do orgulho de se morar nela. Esse também é o foco da fala de Samuel, da comunidade Gerazeira de Minas Gerais, que argumenta que a sobrevivência dos povos tradicionais depende do direito as suas terras. É também a terra, a preocupação de Gabriela, indígena de Roraima, que destaca sua importância e do dever do jovem de cuidar dela.

Eldo, extrativista do Pará, pede que as pessoas lutem pelos direitos dos povos extrativistas, que se encontram excluídos na floresta, sem acesso a educação e a saúde. Para ele, deve-se lutar não só pelos povos quilombolas e indígenas, também para as comunidades extrativistas. O jovem também ressalta a importância de oportunidades de participação e de visibilidade para os povos das comunidades tradicionais.

Para Babalóríxá Vitor, jovem do Povo de Terreiro do Rio Grande do Sul, o importante é ressaltar o porquê que essa juventude deve lutar. Durante a sua fala, ele comenta: “a gente luta pelo passado, estamos lutando pelo presente e [estamos], pensando futuro” (YPADÊ, 2014, n.p). Tat’ t etu Qdé Moromí, também da juventude de terreiro, mas do Estado do Pará, ressalta que os jovens de sua comunidade estão morrendo. Para ele, construir sonhos e protagonismo é muito importante, mas que atualmente a pauta fundamental é sobreviver. Por isso, é preciso empoderar esses jovens para que se tornem lutadores e ganhem poder de discussão para construir uma realidade diferente.

A questão da visibilidade é o foco principal para a jovem Cigana Sara, do Distrito Federal. Ela deseja sair da invisibilidade e “não apenas nas palavras, mas no papel” (YPADÊ, 2014, n.p). Ressalta a importância do suporte legal por parte do Estado para que os seus direitos sejam garantidos.

Para a quilombola Ivanita que também é raizeira de Goiás e Andréia, apanhadora de Sempre Vivas de Minas Gerais, a questão fundamental é a memória como matéria prima para o fortalecimento da identidade. Ivanita argumenta que os jovens não desejam tomar o lugar de seus antepassados, mas sim dar continuidade a sua luta. Já Andréia, deseja buscar as memórias de seus antepassados e passar para os seus filhos aquilo que aprendeu. Liliane, advinda de comunidade quilombola do Rio Grande do Norte, também fala de luta: “nós vamos à luta, que a luta não para” (YPADÊ, 2014, n.p). A jovem também pede o emponderamento da juventude. Os jovens descendentes quilombolas estão preocupados com sua memória e tradições, como alicerces de sua identidade, é o que pensa Maria Helena, da comunidade Kalunga (GO), que aponta a importância da afirmação da identidade das comunidades tradicionais.

As tradições também estão entre as preocupações da Pantaneira Aline, do Mato Grosso. Suas preocupações relacionam-se à manutenção da pesca, do artesanato e da produção de doces da sua comunidade. Ela também pede para que todos se unam em uma corrente para salvar o Pantanal, como ecossistema ameaçado.

Jaziel, da comunidade de Fundo de Pasto da Bahia, afirma que a juventude do meio rural deseja políticas públicas que garantam a permanência do jovem no campo. Para ele, é preciso que a juventude tenha vez e voz e que os jovens consigam a garantia de seu território e



do conhecimento que é passado de geração em geração sem serem ameaçados pelos grandes empreendimentos.

A língua, como element essencial da identidade, é a preocupação de Djoan, jovem advindo de uma comunidade indígena no Alagoas. Ele afirma que sua língua mãe está morrendo. Seu desejo é recuperar a riqueza de sua língua, que hoje se encontra restrita ao ambiente da comunidade. Como o jovem salienta “se o índio falasse na sua língua [...] ele era morto” (YPADÊ, 2014, n.p).

**Terra. Vida. Voz. Respeito. Visibilidade. Identidade.** São os principais temas ressaltados pelos jovens ao longo do documentário, que é encerrado com a fala de Babàlóríxá Vitor: “Nós precisamos de espaço para falar [...], jovem brinca, [...], mas quando o jovem tem que lutar e batalhar pelo seu futuro, e o futuro da sua geração, ai ele sabe lutar, ai ele sabe defender o que é nosso [...], e nós vamos defender esta causa até o final” (YPADÊ, 2014, n.p).

### **Considerações finais**

Ao longo do texto procurou-se discutir o interesse da juventude integrante de povos e comunidades pelos conhecimentos tradicionais associados (CTA) ao patrimônio genético, bem como em que medida os jovens participam das decisões e podem aproveitar as oportunidades nesse campo, valorizando sua cultura e a biodiversidade.

Por meio de exemplos pesquisados e das respostas obtidas dos sujeitos da pesquisa constatou-se que a questão do patrimônio genético e o engajamento dos jovens está longe de auferir uma solução definitiva, em que pese os esforços observados e documentados nas múltiplas políticas públicas a respeito. Há demanda crescente das populações quilombolas, indígenas e tradicionais que não encontram a resposta em tempo ágil suficiente para atendê-la, ao mesmo tempo, o que se tem realizado até o presente não demonstra a efetividade necessária.

A juventude é a parte que se mostra mais vulnerável no que tange ao tema patrimônio genético, pois encontram-se colidindo a sua potencialidade, como expressão do futuro e, o seu patrimônio indentitário, que é a expressão da sua herança cultural. O tempo presente parece de ruptura, exigindo que algo profundo e de longo prazo se faça visando a guarnecer o patrimônio que lhes foi transmitido pelos ancestrais, mas que se lhe tem mostrado um ônus no que se refere a sua preservação. Falta algo para a construção de um elo.

A aliança que pode ser construída entre o poder das políticas públicas, e de seus órgãos responsáveis, com a vivência naquelas comunidades pode recuperar os jovens que se afastaram daquele mundo, na ilusão de um universo melhor, fora do seu modo de vida tradicional.

Finalmente, a criação de programas escolares que respeitem as tradições dessas comunidades, com material próprio, valorização da língua mãe e formação de consciência de cidadania cultural torna-se um ponto fundamental para o momento presente. Associado a isso, deve-se criar oportunidades de trabalho decente de acordo com a especificidade de cada povo, garantindo justiça ambiental e sentimento de pertencimento ao território. Essas são algumas das questões que, diante do que foi pesquisado, conclui-se que devem nortear as ações que levarão esses jovens a se comprometerem com o patrimônio genético, que não é apenas deles, mas estão sob a responsabilidade de todos os cidadãos do país e do globo.

## Referências

2º CONFERÊNCIA NACIONAL DA JUVENTUDE. **Propostas Finais Aprovadas**. [2011]. Disponível em: <[https://issuu.com/participatorio/docs/propostas\\_finais\\_da\\_ii\\_conferencia](https://issuu.com/participatorio/docs/propostas_finais_da_ii_conferencia)>. Acesso: 20 nov.2017

ABREU, R. A emergência do patrimônio genético e a nova configuração do campo do patrimônio. In: ABREU, R. e CHAGAS, M. **Memória e patrimônio**. Ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. p. 34-48.

ALMEIDA, A. W. B.; RUBIM, A. C. Kokama: a reconquista da língua e as novas fronteiras políticas. **Revista Brasileira de Linguística Antropológica**. Volume 4, Número 1, Julho de 2012. Disponível em: <<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:DvmP6c9Kiz4J:periodicos.unb.br/index.php/ling/article/download/8875/6676+&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>. Acesso em: 1º. Abr. 2016.

ARRUDA, A. C. **Rede de inovação de dermocosméticos na Amazônia: o uso sustentável de sua biodiversidade com enfoques para as cadeias produtivas da castanha-do-pará e dos óleos de andiróba e copaíba**. Disponível em: <[http://seer.cgee.org.br/index.php/parcerias\\_estrategicas/article/viewFile/347/341](http://seer.cgee.org.br/index.php/parcerias_estrategicas/article/viewFile/347/341)>. Acesso em: 11 nov. 2017

AS-PTA – Agricultura Familiar e Agroecologia. **Carta Política da 14a Feira Regional de Sementes e Agrobiodiversidade**. 10/08/2016. Disponível em: <<http://www.contrafbrasil.org.br/imprimir/news/e47da1b463e010f11d9c03c5966ab37d/>>. Acesso em: 19 nov. 2017

BAVIKATTE, Kabir; JONAS, Harry. A Bio-Cultural Critique of the CDB and the ABS. In: \_\_\_\_\_. **Biocultural Community Protocols**. UNEP: Natural Justice, 2009. Disponível em: <<http://cisdl.org/biodiversity-biosafety/public/docs/communityprotocols.pdf>>. Acesso em: 26 nov. 2017

BATISTA, Narely. **Comunidades Tradicionais debatem vida e morte na #3Confjuv**. 19/12/2015. Maracá Livre. Disponível em: <<https://www.maracalivre.com.br/single-post/2015/12/20/Comunidades-Tradicionais-debatem-vida-e-morte-na-3ConfJuv>>. Acesso em: 20 nov. 2017

BENSUSAN, N. **Conselho de Gestão do Patrimônio Genético: o “x” da questão não está na matemática....** 15/08/2016. Instituto Socioambiental. Disponível em:

<<https://www.socioambiental.org/pt-br/blog/blog-do-ppds/conselho-de-gestao-do-patrimonio-genetico-o-x-da-questao-nao-esta-na-matematica>>. Acesso em: 19 nov. 2017

BERKES, F.; COLDING, J.; FOLKE, C. Rediscovery of Traditional Ecological Knowledge as Adaptive Management. **Ecological applications**. v. 10, n. 5. Wiley on behalf of the Ecological Society of America, 2000. p. 1251-1262. Disponível em: <[www.jstor.org/stable/2641280](http://www.jstor.org/stable/2641280)>. Acesso em: 17 nov. 2017

BRASIL. **Câmara dos Deputados**. Requerimento de Urgência. 31/05/2017. Disponível em: <[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1565175&filenome=Tramitacao-MSD+245/2012](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1565175&filenome=Tramitacao-MSD+245/2012)>. Acesso em: 18 dez.2017

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 2.519, de 16 de março de 1998**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d2519.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2519.htm)>. Acesso em: 26 nov. 2017

\_\_\_\_\_. **Medida Provisória No 2.186-16, de 23 de agosto de 2001**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/mpv/2186-16.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/2186-16.htm)>. Acesso em: 26 nov. 2017

\_\_\_\_\_. **Decreto No 6.040, de 7 de fevereiro de 2007**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm)>. Acesso em: 13 dez.2017

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 8.772, de 11 de maio de 2016**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/decreto/D8772.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8772.htm)>. Acesso em: 07 nov. 2017.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13123.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13123.htm)>. Acesso em: 07 nov. 2017.

\_\_\_\_\_. Portaria n.381, de 3 de Outubro de 2017. **Diário Oficial [da] República do Brasil**, Poder Executivo, Brasília-DF, 4 out.2017. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80043/regimento-interno/Portaria%20381-2017%20Alteracao%20Regimento%20Interno.pdf>>. Acesso em: 18 dez.2017

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Cadastramento diferenciado**. Diversidade no Cadastro Único - Respeitar e Incluir. -- Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Renda de Cidadania, 2014. Disponível em: <[http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/bolsa\\_familia/Cadernos/Diversidade\\_CadUnico.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/bolsa_familia/Cadernos/Diversidade_CadUnico.pdf)>. Acesso em: 20 nov. 2017.

CAISAN. Disponível: <[www.caisan.gov.br](http://www.caisan.gov.br)>. Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. São Luís, 07 de outubro de 2015.

CONSELHO DE GESTÃO DO PATRIMÔNIO GENÉTICO. Relatório de Atividades do CGEN, 2014. Disponível em: <[https://www.academia.edu/15971468/Relat%C3%B3rio\\_de\\_Atividades\\_2014\\_Conselho\\_de\\_Gest%C3%A3o\\_do\\_Patrim%C3%B4nio\\_Gen%C3%A9tico](https://www.academia.edu/15971468/Relat%C3%B3rio_de_Atividades_2014_Conselho_de_Gest%C3%A3o_do_Patrim%C3%B4nio_Gen%C3%A9tico)>. Acesso em: 07 nov. 2011.

\_\_\_\_\_. **SEMINÁRIO CEBRAP 2014**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=2Sgbk6Siws4>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

DORIGON, C.; RENK, A. . **Juventude Rural, Produtos Coloniais e Pluriatividade..** 1ª. ed. Chapecó: Argos, 2013. 95p .

ECOD.FAO alerta para efeitos de perda da biodiversidade na segurança alimentar. Disponível em: <<http://www.ecodesenvolvimento.org/noticias/fao-alerta-para-efeitos-de-perda-da-biodiversidade>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

EHRENFELD, D. Why put a value on biodiversity? In: WILSON, E. (ed.) **Biodiversity**. National Academy Press, Washington, DC, 1988. p. 212 – 223.

EMPRAPA. **Macroprogramas**. [2017] Disponível: <<https://www.embrapa.br/pesquisa-e-desenvolvimento/macroprogramas>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

\_\_\_\_\_. **Projeto de Centro Tecnológico para o Bailique é aprovado por lideranças comunitárias**. 17/06/2015. Disponível em: < <https://www.embrapa.br/tema-integracao-lavoura-pecuaria-floresta-ilpf/busca-de-noticias/-/noticia/3387269/projeto-de-centro-tecnologico-para-o-bailique-e-aprovado-por-liderancas-comunitarias>>. Acesso em: 26 nov. 2017

FRANCO, J. L. A. O conceito de biodiversidade e a história da biologia da conservação: da preservação da wilderness à conservação da biodiversidade. **História (São Paulo)** v. 32, n. 2. 2013. p.21-48. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/his/v32n2/a03v32n2.pdf> > . Acesso em: 17 nov. 2017

GONZALES, Amelia. **No protocolo comunitário, chance de instalar novo regime sob controle social**. Portal de Notícias do G1. 22/06/2015. Disponível em: < <http://g1.globo.com/natureza/blog/nova-etica-social/post/no-protocolo-comunitario-chance-de-instalar-um-novo-regime-sob-controle-social.html>>. Acesso em: 26 nov. 2017

GRUPO DE TRABALHO AMAZÔNICO (GTA). **Protocolo Comunitário do Bailique**. [2014]. Disponível em: < [http://www.amazoniacosmetico.com.br/arquivos/PROTOCOLO\\_COMUNITARIO\\_DO\\_BAILIQUE\\_Ana\\_Margarida\\_Bailique.pdf](http://www.amazoniacosmetico.com.br/arquivos/PROTOCOLO_COMUNITARIO_DO_BAILIQUE_Ana_Margarida_Bailique.pdf)>. Acesso em: 26 nov. 2017

GUARANI, V. **Mobilização Indígena. Ministro Dias Toffoli Recebe Lideranças Indígenas no STF**. 16 de abril de 2015. Disponível em: <<https://mobilizacaoacionalindigena.wordpress.com/tag/apib/>>. Acesso em: 19 nov. 2017.

IMAFLOA. **Protocolos Comunitários podem ser o primeiro passo na direção de relações comerciais éticas com as comunidades tradicionais e indígenas**. 12/02/2015. Disponível em: < <http://imaflora.blogspot.com.br/2015/02/protocolos-comunitarios-podem-ser-o.html>>. Acesso em: 24 nov. 2017

MAURO, F; HARDISON, P. D. Traditional Knowledge of Indigenous and Local Communities : International debate and policy initiatives. **Ecological applications**. v. 10, n. 5. Wiley on behalf of the Ecological Society of America, 2000. p. 1253-1269. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2641281>>. Acesso em: 17 nov. 2017

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Plano Nacional de Juventude e Meio Ambiente**. [2015]. Disponível em: < <http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/juventude> >. Acesso em: 13 nov. 2017.

\_\_\_\_\_. **Fundo Nacional para a Repartição de Benefícios**. s.d. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/patrimonio-genetico/fundo-nacional-para-a-reparticao-de-beneficios>>. Acesso em: 18 dez.2017

\_\_\_\_\_. **Conselho de Gestão do Patrimônio Genético**. s.d. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/patrimonio-genetico/conselho-de-gestao-do-patrimonio-genetico>>. Acesso em: 18 dez.2017

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO. **Planejamento Plurianual 2016-2019**. Disponível em:

<<http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/arquivo/spi-1/ppa-2016-2019>>. Acesso em: 07 nov. 2017.

\_\_\_\_\_. **Diálogo sobre o protocolo de Nagoya entre Brasil e a União Europeia**. Brasília: MMA/SBF, 2013. Disponível em: < [file:///C:/Users/Lilian/Downloads/dilogos%20bra.ue\\_nagoia\\_portugues\\_ingles\\_baixa%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Lilian/Downloads/dilogos%20bra.ue_nagoia_portugues_ingles_baixa%20(1).pdf) >. Acesso em: 26 nov. 2017.

MONTEIRO, A, P, Igor; LEITE, L, M, Vera; ARAUJO, F, Bárbara. Violação do Direito ao Consentimento Livre, Prévio e Fundamentado na Lei N.13.123/15. In: MOREIRA, C, P, Elaine; et al. **A “nova” Lei N. 13.123/15 no velho marco legal da Biodiversidade: entre retrocessos e violações dos direitos ambientais**. São Paulo: Instituto Planeta Verde, 2017. p.126-137. Disponível em: <[http://www.planetaverde.org/arquivos/biblioteca/arquivo\\_20170303100927\\_2758.pdf](http://www.planetaverde.org/arquivos/biblioteca/arquivo_20170303100927_2758.pdf)>. Acesso em: 13 dez.2017

MOREIRA, A. C. Acesso e uso dos Conhecimentos Tradicionais no Brasil: o caso do Vero-o-peso. In: SOARES, I.V. e CUREAU, S. **Bens culturais e direitos humanos**. São Paulo: SESC, 2015. P. 185 – 208.

MORGERA, Elisa; TSIOUMANI, Elsa; BUCK, Matthias. Access to Traditional Knowledge Associated with Genetic Resources. In: **Unraveling the Nagoya Protocol**. Brill, 2015. Disponível em: <[http://www.jstor.org/stable/10.1163/j.ctt1w76vvq.14?seq=1#page\\_scan\\_tab\\_contents](http://www.jstor.org/stable/10.1163/j.ctt1w76vvq.14?seq=1#page_scan_tab_contents)>. Acesso em: 26 nov. 2017

NAVARRO, T. **Plano amplia participação dos jovens nas políticas públicas de meio ambiente**. Ministério do Meio ambiente. 23/12/2015. Disponível em: < <http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/plano-amplia-participa%C3%A7%C3%A3o-de-jovens-nas-pol%C3%ADticas-p%C3%ABlicas-de-meio-ambiente> >. Acesso em: 19 nov. 2017.

NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISAS DAS POPULAÇÕES INDÍGENAS. **Patrimônio genético e propriedade intelectual dos povos indígenas são temas do Curso Básico de Formação em PNGATI para o Cerrado**. 01/10/15. Disponível em: <<http://neppi.org/index.php?template=noticias.php&indice=1145> >. Acesso em: 19 nov. 2017

OLIVEIRA, A.C. D. **Manual de Acesso ao Patrimônio Genético Brasileiro e ao Conhecimento Tradicional Associado**. Abifina, [2017]. Disponível em:

<[http://www.abifina.org.br/arquivos/download/manual\\_acesso\\_ao\\_patrimonio\\_genetico\\_brasileiro.pdf](http://www.abifina.org.br/arquivos/download/manual_acesso_ao_patrimonio_genetico_brasileiro.pdf)>. Acesso em: 17 nov. 2017.

O QUE PENSAM os jovens das comunidades tradicionais. **Portal Ydapê**. 04/12/2014. 14'09". Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=Cqz4t\\_Z6JGo](https://www.youtube.com/watch?v=Cqz4t_Z6JGo)>. Acesso em: 20 nov.2017

ONU BRASIL. **17 objetivos para se transformar o mundo**. 2017. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>>. Acesso em: 26 nov. 2017

\_\_\_\_\_. **A ONU e o Meio Ambiente**. 2017. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/acao/meio-ambiente/>>. Acesso em: 26 nov. 2017.

PACARI. **Protocolo Biocultural das Raízeras do Cerrado**. 24/03/2016. Disponível em: <<http://www.pacari.org.br/protocolo-comunitario-biocultural-das-raizeiras-do-cerrado/>>. Acesso em: 24 nov. 2017

PINTO, A. R. et al (org.) **Quilombos do Brasil: segurança alimentar e nutricional em territórios titulados**. 2014. Disponível em: <Cadernos de Estudos NÚMERO 20 ISSN 1808-0758 DESENVOLVIMENTO SOCIAL EM DEBATE>. Acesso em: 20 nov. 2017.

PORTA YDAPÊ. **Povos e Comunidades tradicionais**. CNPCT- Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. 10/08/16. Disponível em: <<http://portalydade.mma.gov.br/povos-e-comunidades-tradicionais>>. Acesso em: 26 nov. 2017.

RAMOS, Roberta. **Brazil's first community protocol: the Bailique experience**. International Institute for Environment and Development. 25/08/2015. Disponível em: <<https://www.iiied.org/brazils-first-community-protocol-bailique-experience>>. Acesso em: 26 nov. 2017

Relatório final da 5ª. Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutrição, 2015. Disponível em: <[http://www4.planalto.gov.br/consea/eventos/conferencias/arquivos-de-conferencias/5a-conferencia-nacional-de-seguranca-alimentar-e-nutricional/relatorio\\_2015\\_consea\\_web-final.pdf](http://www4.planalto.gov.br/consea/eventos/conferencias/arquivos-de-conferencias/5a-conferencia-nacional-de-seguranca-alimentar-e-nutricional/relatorio_2015_consea_web-final.pdf)>. Acesso em: 20 nov. 2017.

RENK, A. (Org.) ; DORIGON, C. (Org.) . **Juventude Rural, cultura e mudança social**. 1ª. ed. Chapecó: Argos, 2014. 223p .

SANTILLI, J.. A biodiversidade e as comunidades tradicionais. 2011. Disponível em: <<http://arquivos.ambiente.sp.gov.br/cea/2011/12/JulianaS.3.pdf>>. Acesso em 19 nov. 2017.

SANTOS, L. **Projeto Praias Boraris, em Alter do Chão, alia ciência e conhecimento tradicional**. 24/02/2016. Disponível em: <<http://amazonia.org.br/2016/02/projeto-praias-boraris-em-alter-do-chao-alia-ciencia-e-conhecimento-tradicional/>> . Acesso em: 19 nov. 2017

SARDINHA, L. M. V. et al. Análise das condições de vida, segurança alimentar e nutricional e acesso a programas sociais em comunidades quilombolas tituladas. In: PINTO, A. R. et al. **Quilombos do Brasil: segurança alimentar e nutricional em territórios titulados**. Brasília, DF : Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2014. Disponível

em:<file:///C:/Users/lilian/Downloads/cadernos\_de\_estudos20.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2017.

SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE; CONSELHO NACIONAL DE JUVENTUDE. **3º Conferência Nacional da Juventude**. Brasília, DF: 2016. Disponível em: <<http://juventude.gov.br/articles/0017/5777/relatorio-final-3-conferencia.pdf>>. Acesso em: 20 nov.2017

SEJURN. Direito a mobilidade e meio ambiente. [n.d] Rio Grande do Norte. Disponível em: <[adcon.rn.gov.br/ACERVO/sejurn/DOC/DOC000000000096127.DOCX](http://adcon.rn.gov.br/ACERVO/sejurn/DOC/DOC000000000096127.DOCX)>. Acesso em: 19 nov. 2017.

SEPPIR. **Relatório de Gestão 2016**. Disponível em: <<http://www.seppir.gov.br/sobre-2/relatorios-de-gestao/relatorio-de-gestao-2016.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

SILVA, R. S.; SCHIOCCHET, T. A biotecnologia e a possibilidade de compatibilização das patentes com a proteção dos conhecimentos tradicionais associados. *Scientia Iuris*, v. 17, p. 211-230, 2013. Disponível em: <<https://unisinos.academia.edu/TaysaSchiocchet>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

SMALE, Melinda. Concept Metrics and Plan of the Book. In : \_\_\_\_ (ed). **Valuing Crop Biodiversity: On-farm Genetic Resources and Economic Change**. Wallingford- UK: CABI Publishing, 2005. Disponível em: <[https://books.google.com.br/books?id=qhs\\_IVC-Y3wC&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs\\_ge\\_summary\\_r&cad=0#v=onepage&q&f=false](https://books.google.com.br/books?id=qhs_IVC-Y3wC&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false)>. Acesso em: 26 nov. 2017

UN Environment. Genetic Resources. In: \_\_\_\_\_. **Biodiversity A-Z**. 16/10/14. Disponível em: <<http://www.biodiversitya-z.org/content/genetic-resources>>. Acesso em: 26 nov. 2017.

WHIMP, K. Access to genetic resources: legal and political issues. In: WHIMP, Kathy; BUSSE, Mark. **Protection of Intellectual & cultural property in Papua New Guinea**. ANU Press, 2013. p. 143-168. Disponível em :<[http://www.jstor.org/stable/j.ctt2tt1dw.16?seq=1#page\\_scan\\_tab\\_contents](http://www.jstor.org/stable/j.ctt2tt1dw.16?seq=1#page_scan_tab_contents)>. Acesso em: 17 nov. 2017.